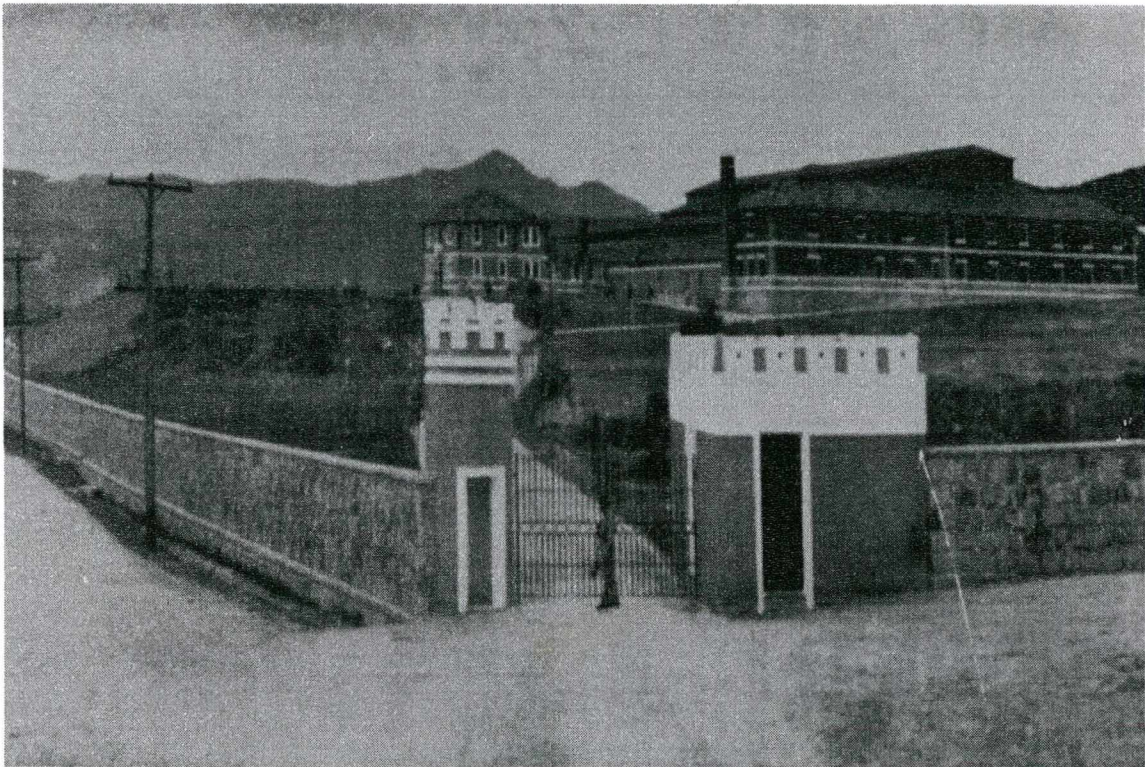


VIVIANI POYER

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DA PEDRA GRANDE
UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COMBATE A CRIMINALIDADE EM
FLORIANÓPOLIS ENTRE 1935-1945



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS

2000

VIVIANI POYER

***PENITENCIÁRIA ESTADUAL DA PEDRA GRANDE
ESTUDO DA INSTITUIÇÃO ENTRE 1935-1945***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Schmitz.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS

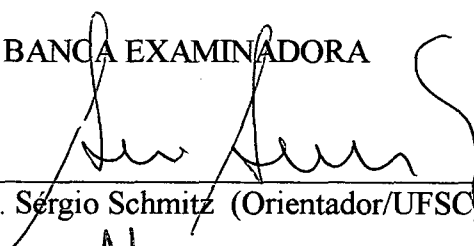
2000

**PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PEDRA GRANDE
UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COMBATE
A CRIMINALIDADE EM FLORIANÓPOLIS ENTRE 1935-1945**


VIVIANI POYER

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

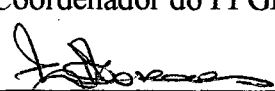
BANCA EXAMINADORA



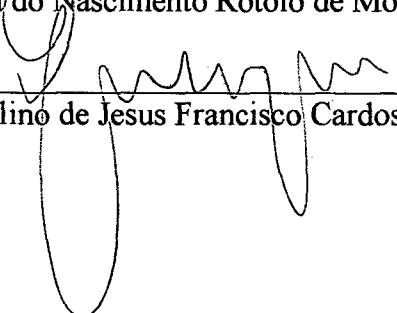
Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Orientador/UFSC)



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia (UFSC)
Coordenador do PPGH/UFSC



Prof. Dr.ª Laura do Nascimento Rótolo de Moraes (UFSC)



Prof. M.Sc. Paulino de Jesus Francisco Cardoso (UDESC)

Florianópolis, 03 de outubro de 2000.

À Minha Mãe

Dedico este trabalho a você, que nas horas mais difíceis de minha vida esteve sempre ao meu lado. Minha mãe, amiga e companheira de felicidades e tristezas.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	03
AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO	06
ABSTRACT.....	07
APRESENTAÇÃO	08

CAPITULO I:

FLORIANÓPOLIS E A MODERNIZAÇÃO	12
I.I ANSEIOS MODERNOS.....	12
I.II UMA NOVA MANEIRA DE TRATAR A CRIMINALIDADE.....	26

CAPITULO II:

A REFORMA	47
II.I É NECESSARIO REFORMAR.....	47
II.II REFORMA A VISTA.....	57
II.III UMA NOVA FASE.....	75

CAPITULO III:

O REFORMADOR99
III.I EDELVITO CAMPELO D'ARAUJO: UM HOMEM PORTADOR DE UM SABER DISCIPLINAR99
III.II A EMERGENCIA DE UM SABER SOBRE O CRIME E O CRIMINOSO ..	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
ANEXO.....	131
FONTES CONSULTADAS.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	135

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Vista lateral da Penitenciária.....	81
FIGURA 2 – Vista parte frontal da Penitenciária	81
FIGURA 3 – Vista interior do novo pavilhão da Penitenciária	82
FIGURA 4 – Cozinha da Penitenciária	83
FIGURA 5 – Sapataria da Penitenciária	84
FIGURA 6 – Carpintaria da Penitenciária	85
FIGURA 7 – Oficina de vime da Penitenciária.....	86
FIGURA 8 – Colchoaria da Penitenciária.....	87
FIGURA 9 – Vassouraria da Penitenciária	88
FIGURA 10- Gabinete de Identificação da Penitenciária	90
FIGURA 11- Gabinete Médico da Penitenciária	91
FIGURA 12- Interior de uma cela da Penitenciária	92
FIGURA 13- Escola da Penitenciária	93
FIGURA 14- Abrigo de Menores.....	95
FIGURA 15- Colônia psicopatas	96
FIGURA 16- Colônia Santa Teresa	97

AGRADECIMENTOS

Como todos os trabalhos desta natureza, este também não é fruto apenas de meu empenho. Muitas pessoas acabaram se envolvendo de uma maneira ou de outra para que ele pudesse ser realizado, e são à todas estas pessoas que devo os meus agradecimentos.

Posso me contar como uma privilegiada, pois o presente trabalho não teria êxito caso não pudesse contar com dois grandes amigos, que me orientaram e incentivaram nesta jornada. Agradeço ao Professor Dr. Sérgio Schmitz, que além de orientador tornou-se um amigo; nas horas difíceis soube me compreender e ajudar. Ao meu coorientador doutorando Paulino de Jesus Francisco Cardoso, incentivador de todo o trabalho, desde quando, este, ainda era apenas um *projecinho* de pesquisa. Obrigado por ter acreditado em mim.

Agradeço também ao apoio financeiro da CAPES, sem o qual este trabalho não teria se realizado, à Universidade Federal de Santa Catarina e aos professores e funcionários do programa de Pós-Graduação em História, pela atenção dispensada.

Aos amigos que fiz no Arquivo Público do Estado, em especial Neuza, Ana Maria e o Seu Walter.

Aos meus companheiros de turma que me propiciaram momentos divertidos e alegres com as suas companhias, Eveli, Valdete, Marcos e Frank.

À Cláudia Mortari, companheira de profissão, que o destino de uma forma meio engraçada acabou nos aproximando e nos tornando grandes amigas.

As minhas colegas de trabalho, Rosane, Carmem e Greicy, que me ajudaram com a sua compreensão quando delas eu precisei.

Aos meus familiares, que me acompanharam nas idas e vindas deste trabalho, sempre pacientes e presentes: a o meu pai Elemar, minha mãe Geny e meu irmão *Neno*.

Em especial agradeço ao meu companheiro, Eduardo pelo seu carinho, atenção, compreensão e incentivo nesta trajetória. Nas horas de desespero pude contar com seu ombro amigo e, muitas vezes, se não fosse pelo seu incentivo, talvez eu tivesse desistido... Obrigado.

RESUMO

O presente trabalho desenvolve um estudo, sobre as reformas que foram efetuadas na Penitenciária Estadual da Pedra Grande em Florianópolis, de 1935 a 1945. Através desta reforma, que contemplou não só a parte física da Instituição, como também a estrutura técnico-administrativa, tentou-se implementar um efetivo regime penitenciário no Estado, que era quase inexistente até então.

Este estudo, a princípio, procura evidenciar as diversas mudanças que ocorriam na Capital, palco das idéias modernistas de certos grupos políticos que pretendiam dar uma nova cara a antiga Desterro, sintonizando-a com as idéias modernizadoras que imperavam no Brasil e no mundo. Buscava-se transformar Florianópolis numa cidade higienizada, civilizada e sobretudo moderna.

Com a reforma na parte física do prédio, começou a se implantar novas técnicas penais, baseadas na *Ciência Penal Positivista*.

O Diretor da Penitenciária, Edelvito Campelo D'Araujo um homem moderno portador de um forte saber disciplinar, procurou através de tal empreendimento, organizar melhor as oficinas, oferecer aos encarcerados ambientes mais amplos e higienizados, incentivar ao trabalho profissionalizante, pagar pecúlio aos sentenciados pelo trabalho prestado à Instituição, acabar com regalias concedidas de forma injusta à certos grupos de apenados, enfim, pude evidenciar que este buscava tornar o ambiente numa moderna instituição penal através da aplicação racional das penas.

ABSTRACT

The present work develops a study, on the reforms that had been effected in the State Prison of Pedra Grande in Florianópolis, from 1935 to 1945. Through this reform, that not only contemplated the physical part of the Institution, as also the technician-administrative structure, it was tried to implement an effective penitentiary regimen in the State, that was almost inexistent until then.

This study, at the beginning, looks for evidencing the various changes that occurred in the Capital, the stage of modernists ideas of certain politicians groups who intended to give a new face to Desterro, to make adequate it to the modernizing ideas that reigned in Brazil and the world then. They wanted to transform Florianópolis into a **hygienicallyzed**, civilized and over all modern city.

With the reform in the physical part of the building new criminal techniques started to be implanted, established by a Positivist Criminal Science.

The Director of the Prison, Edelvito Campelo D'Araujo a modern man which carried a strong disciplinary knowledge, looked through such enterprise to organize in a better working way the workshops, to offer ampler and cleaner areas to the jailed ones, to stimulate them to become professionally qualified people, to pay savings to the sentenced ones for the given work to the Institution, to finish with unjust forms of distributing advantages to certain groups of jailed ones, at last, I could evidence that he wanted to become the environment in a modern criminal institution through the rational application of the penalties.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é fruto de alguns anos de pesquisa, iniciados ainda na graduação em 1995¹. Naquele momento queríamos entender o contexto que tornou possível a instalação, na cidade de Florianópolis, de uma penitenciária.

E mais, desejávamos compreender os sentidos das reformas realizadas naquela instituição disciplinar executadas durante o Estado Novo, entre 1937/1945. Contudo, muito ainda havia para ser explorado. Na época um número incrível de fontes foram localizadas, porém nos dedicamos demasiadamente aos relatórios dos diretores da penitenciária. Mesmo assim, talvez, influenciadas pelas leituras de Michel Foucault, preocupamo-nos em excesso com reflexões sobre os discursos presentes nestes documentos.

Certamente, não tínhamos (e não temos) a pretensão de esgotar o assunto. Mas apenas, perceber outras matizes, em se tratando de um tema polêmico e, por isso, talvez tão atual.

Afinal, as revoltas que volta e meia acontecem na Penitenciária de Pedra Grande estão a nos lembrar que o sistema carcerário, imaginado pelas mentes ilustradas, como solução para criminalidade nem de longe está em condições, se é que um dia esteve, de resolver o problema.

No projeto de pesquisa tinha a intenção de apontar algumas considerações em torno de aspectos do sistema de segurança pública no Estado, reforçados com a construção e principalmente, com a reforma da Penitenciária.

¹ Neste ano participei, juntamente com Eliane Pereira, de um projeto de iniciação científica denominado "A Penitenciária Estadual de Florianópolis - Combate a criminalidade no Governo de Nereu Ramos", sob orientação do Prof. M.sc. Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Neste sentido, procurei pensar como ponto de partida as reformas da Penitenciária não isoladamente, mas inseridas em um conjunto de medidas e inovações propostas por Nereu Ramos e pelas elites modernizantes, para a remodelação dos comportamentos públicos e para a instauração de uma ordem urbano industrial em Florianópolis.

Diversos foram os órgãos públicos a que recorri como fornecedores de material de pesquisa, destacando-se o Acervo do Arquivo Público do Estado por lá se encontrar o maior volume de material referente à Penitenciária. Uma vez que aquele acervo era subordinado a Secretaria de Segurança Pública e aquela Instituição também, sendo para este enviado tudo que dizia respeito especificamente sobre a Penitenciária.

Dentre o material citado se encontram os diversos relatórios dos ex-diretores daquele Estabelecimento, que foram de grande valor para a minha pesquisa. Apresentados quase que anualmente, eram enviados ao Secretário do Interior e Justiça. Constituíam uma espécie de coletânea de vários relatórios menores, redigidos pelos diversos chefes das diferentes seções penais, que eram consideradas centros de apoio e equilíbrio que mantinham e asseguravam a vida penitenciária.

Nestes pequenos relatórios, específicos de cada seção, obtinham-se informações como seu funcionamento, (se fora próspero ou não), prestação de contas, dados estatísticos a respeito dos apenados, afastamento de funcionários. Enfim, é possível através deles ter-se uma visualização sobre a vida da Penitenciária .

As mensagens e falas dos governadores, também encontradas no Arquivo Público do Estado, nos deram uma certa noção de como era articulada esta reforma. Documentos diversos como ofícios internos, minutas, correspondências, atas, pedidos, requerimentos, pareceres e demais vieram a contribuir para desvendar um pouco do cotidiano da Penitenciária.

Igualmente compensadora se deu a coleta de dados realizada na Biblioteca Pública de Santa Catarina, pois através da análise dos dados levantados em órgãos da Imprensa Catarinense da época foi possível perceber as questões diversas que procuravam formar a opinião pública. Com essa análise, podemos nos reportar no tempo e coletar evidências de tensões, medos e desejos dos grupos letrados da sociedade florianopolitana.

Este contato com os periódicos, por outro lado, permitiu a reformulação de impressões elaboradas no início da pesquisa. Crime e criminalidade, por exemplo, não se tratavam de assuntos a preocupar quotidianamente editores e, provavelmente, a sua clientela leitora, pois raras são as vezes que aparecem longas notícias sobre o tema. Os periódicos contentavam-se, de um modo geral, a publicar pequenas notas situadas nas extremidades das páginas e dificilmente ultrapassavam cinco linhas.

Procurando mesclar noções *de crime, criminalidade, instituições totais, relações de poder*² com “*detalhes aparentemente marginais*”³ sobre a Penitenciária e sua reforma, pude tornar possível a execução do presente trabalho. Compreendo, assim, que esse se enquadra nas preocupações de um campo historiográfico, empenhado em apontar novos problemas, em tematizar o cotidiano como lugar de enfrentamentos políticos em refletir sobre as mais variadas práticas de dominação, a partir de novos ângulos.

Dito de outra maneira, pretendendo mudar o modo de abordagem. Muito menos preocupada com os discursos institucionais, interessa-me o estabelecimento penal construído pela ação de homens de carne e osso. Pessoas ambíguas, que elaboram suas experiências a partir de suas culturas herdadas ou partilhadas.

Assim, a penitenciária que pretendo discutir não se reduz à fala dos Diretores. Até porque os documentos indicam meras evidências e não a verdade absoluta de um fato.

² Procurei buscar na extensa bibliografia de Michel Foucault tais noções que julguei necessárias para compreender melhor estas relações.

³ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.17.

Ela é formada por um conjunto de personagens. Sujeitos com visões diferentes sobre o crime, a criminalidade e o modo de lidar com os detentos.

Portanto, em nossa interpretação, se a penitenciária constitui um instrumento de dominação racionalista, sua implantação implicou em uma série de negociações, tensões e, para desespero dos Diretores, estratégias que na prática procuravam burlar as regras instituídas.

Inspirado-se em Michel de Certeau e Michelle Perrot, deduz-se que nenhum sistema normativo é perfeito e coerente, pois sempre irão existir, ao mesmo tempo, as práticas de dominação e de resistência. A presente pesquisa procurou focar não os temas clássicos da historiografia, (heróis, revoluções, guerras), mas aquelas dimensões, vivências e experiências marcadas pela dor sofrimento e angústia dos envolvidos. E, como diria Shakspeare, “*Há história na vida de todos os homens*”.⁴

O resultado desse trabalho, resolvi expor em três capítulos, que buscam respectivamente: o primeiro, mostrar o contexto catarinense quando da decisão de se criar uma Penitenciária em Florianópolis, discutir um pouco sobre as questões penitenciárias em Santa Catarina e a necessidade de se reformar a Penitenciária. O segundo, debater a reforma e a organização técnico administrativa e, finalmente o terceiro, achei de suma importância dedicar às relações no interior da Penitenciária e ao papel reformador do Diretor Edelvito Campelo D’Araujo.

Não sei se consegui alcançar os objetivos propostos, mas acredito que busquei indicar uma forma diferente de estudar as instituições totais que se estabeleceram em nossa cidade na primeira metade do século XX.

⁴ Willian Sheakspeare. Apud. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril...* p. 37.

I Capítulo

Florianópolis e a Modernização

I.I – Anseios Modernos

A reforma da Penitenciária da Pedra Grande e a conseqüente tentativa de se implantar um efetivo regime penitenciário no Estado é vista por nós, ao mesmo tempo, como fim de um ciclo de propaganda e de reformas urbanas, [buscando demolir as antigas formas oitocentista da cidade] ou pelo menos aquilo que as mentes modernistas concebiam como provinciano e atrasado, e início de um processo de efetiva instalação de um Estado moderno, visto como instrumento técnico a cargo de ilustrados homens de ciência. São exemplos disso homens como [Nereu Ramos, Osvaldo Rodrigues Cabral, Edevilto Campelo de Araújo] que tomaram para si a tarefa de gerir a coisa pública, com o objetivo de *melhorar* a qualidade de vida dos habitantes da cidade.

Ao que parece, neste período, disputavam espaço no Brasil e em Santa Catarina, idéias oriundas não mais de uma sociedade rural e aristocrática, mas de um meio urbano, sintonizado com as reflexões desenvolvidas nas academias de ciências da Europa. Assim, neste momento tem-se o advento de um conjunto de esforços para promover reformas urbanas, as quais procuravam adequar o cotidiano das cidades aos imperativos de um mundo moderno.

Esse processo tem em si uma História. Em meio à decadência da escravidão e às idéias liberais oriundas da Europa, concretizadas com a Proclamação da República, surgiam questões que preocupavam seriamente certos grupos abastados da época.

Uma das principais questões a se resolver seria a manutenção de hierarquias sociais, pois, com o fim da escravidão, todo um mundo ordenado, tendo por base o estatuto da escravidão e o da pureza de sangue, vinha abaixo. Os antigos colonos europeus, portugueses em especial, durante o Império, chamados de brasileiros corriam o risco de perder os privilégios e serem obrigados a se misturar a uma população vista como miscigenada e, até então, mantida à distância pela etiqueta social. No final do século XIX, as elites acreditavam que o mundo estava de cabeça para baixo.

É neste quadro que as teorias raciais ganharam sentido. Teorias que circulavam na Europa há algum tempo e que tornaram possível a construção de uma outra interpretação para os problemas brasileiros. Através de uma racialização das tensões sociais, o Brasil passou a ser visto como um país mestiço, taxado por alguns como portador de uma população extremamente feia em função desta grande miscigenação, o que comprometia, segundo certos grupos, o futuro da nação.

No esforço para manutenção das hierarquias sociais, com o passar dos anos, as teorias raciais irão ganhar notoriedade se tornarão alvo de grandes debates públicos.

Curiosa foi a maneira como os grupos letrados utilizaram as teorias raciais e as harmonizaram com o modelo político liberal, por princípio baseado na valorização do indivíduo, no sentido de transformá-las em um novo instrumento para a reatualização da antiga ordem social escravista. Procuraram aproveitar aquilo que lhes seria útil e descartar o que não se enquadrava ao novo projeto político da nação, ou, como diria Lilia Moritz Schwarcz, *“mais interessante é refletir sobre a originalidade do*

*pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país”.*¹

Este remanejamento de teorias ora de natureza social darwinista, ora evolucionista serviu para reatualizar antigas práticas de dominação, ou seja, para uma redefinição do papel do Estado e uma reelaboração das ideologias legitimadoras das antigas estruturas hierárquicas, estabelecendo-se, assim, novos critérios de cidadania.

Ao que parece, a representação dominante entre estes grupos até meados do século XIX, baseava-se na figura do senhor paternalista, bondoso, sério e firme, responsável pela educação e salvação da massa de escravos, libertos e gentios.

A partir do final do século, este modelo foi aos poucos se desmantelando, em parte por pressão dos próprios escravos, e se rendendo aos ideais da política liberal, ao passo que iriam surgir novas concepções de Estado, ou, como afirma Foucault, “(...) *a família como modelo de governo irá desaparecer*”². Logo, o príncipe deixará de ser visto como o grande pai capaz de se compadecer das moléstias dos filhos. O governo deveria ser gerido de acordo com princípios técnicos, racionais. Se a racionalidade exigia o fim da escravidão, esta mancha a sujar a imagem do país, também demandava uma caracterização do espetáculo racial brasileiro e seus limites para a completa civilização e modernização do Brasil.

¹ Para aprofundar a discussão sugerimos, SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 19.

² Para aprofundar melhor esta questão sobre a superação do modelo familiar como forma de governo, sugerimos a leitura de FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Grall, 12ª ed. 1996. p. 288.

Essas mudanças nas idéias políticas e sociais levaram não só à manutenção de hierarquias como também justificaram novas formas de inferiorização dos grupos trabalhadores. Sem esquecer que ao mesmo tempo, forneceram todo um arsenal conceitual para lidar com um novo contexto não escravista e, no caso das regiões Sul e Sudeste, profundamente marcadas pela imigração. Daí rotularem e inventarem diferentes categorias, as chamadas classes perigosas, e fornecerem ao antigo Estado patrimonialista ferramentas para um efetivo gerenciamento da população.

Cabe lembrar que neste momento houve um fortalecimento de instituições científicas, como museus e faculdades. Entidades de ensino superior, de produção e divulgação científicas, que vieram proporcionar a elaboração das novas referências, tornaram possível a implantação deste novo projeto político brasileiro.

Percebe-se que, de acordo com as idéias dominantes da época, o Brasil, além de país mestiço, era também *doente e precisava ser curado*.³ Mas como prevenir problemas que eram verdadeiras epidemias que assolavam o país, como tuberculose, febre amarela ou cólera? Através da prevenção, ou seja, por meio de campanhas de vacinação e de higienização da população.

Neste período o alvo do Brasil médico será a área de higiene pública, tendo por objeto igrejas, escolas, portos, cemitérios, locais públicos e até casas de moradia. Segundo os *cientistas sociais*⁴ da época. “*Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos e controlando seu desvio, e evitando degeneração*”.⁵

³ Esta era uma dúvida importante, os acadêmicos não sabiam se de fato o país era doente e mestiço, ou, mestiço e por isso doente. Não por acaso, esta fase dos grandes ensaístas nacionais é conhecida por pessimismo racial. Seus mais ilustres representantes foram Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e, mais tarde, Oliveira Viana.

⁴ Os cientistas aos quais me refiro são os médicos higienistas e sanitaristas do período.

⁵ SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças...* op. cit. p. 226.

Na política sanitária de purificação da cidade, os higienistas sociais interferem na moradia dos pobres com o desejo de constituir a esfera do privado, com a intenção de demarcar os espaços de circulação dos diferentes grupos sociais. O país podia ser dividido entre capazes e incapazes, entre perfectíveis e degenerados, em um esforço deliberado para constituir divisões econômicas e sociais enraizadas. A nação não era vista como um todo, mas entendida como um aglomerado de diversas raças e, a partir destas, é que se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas.

Sobretudo a urgência era higienizar as camadas pobres da população, que neste momento eram sinônimo de classes perigosas. Deste modo deveria se manter o controle de tudo aquilo que fosse público, afim de que tais locais não servissem para a proliferação desses grupos, que colocavam em risco a imagem do Brasil que se tentava criar.

Sidney Chalhoub, em seu livro *A Cidade Febril*, faz uma ampla discussão sobre este período e mostra como as camadas pobres da sociedade, moradoras de habitações populares denominadas imprecisamente de cortiços, eram discriminadas.

A própria palavra cortiço foi aos poucos adquirindo sinônimo de moradia que servia de esconderijo a *perigosos*. Estes *perigosos*, submetidos a suspeição generalizada, na verdade, eram trabalhadores pobres, em grande parte de origem africana, lavadeiras, meretrizes, engraxates ou de um modo geral, pessoas que viviam grande parte de suas vidas nestas habitações coletivas, a única saída na falta de um local para morar. Ali suas histórias de vida se desenrolavam. Mesmo em meio a grandes dificuldades, aquele era o seu lugar, o único que, devido às circunstâncias da vida, lhes restara como moradia.

Os cortiços eram objetos de controle por parte de órgãos públicos já desde meados do século XIX mas, à medida que a política sanitária ia se consolidando, passavam a ser atacados com maior rigor.

Em Florianópolis, já em meados da década de 20, é possível perceber que se procurava “*intimidar*” estas formas de moradia. Os jornais locais publicavam grandes notas em suas páginas, buscando, assim, despertar a atenção dos grupos mais abastados e das autoridades para o assunto, bem como tentando formar opinião pública a respeito da questão e, acredito que movido por este intuito, em 22 de julho de 1926, foi publicada a seguinte nota no jornal O Estado:

(...) A superintendência Municipal caberia evitar que o fato se reproduzisse e talvez com mais desastrosas consequências, em outros tantos pardieiros no próprio centro da Capital, habitados pela pobreza(...).
Essas casas velhas abundam nas ruas centrais da cidade, dando a Florianópolis o aspecto de uma grande aldeia em ruínas(...).
Ora, isso, soube impedir o surto progressista da Capital, atravancando o espaço com velharias indecentes e anti-higiênicas, é uma contínua “*espada de Demócles*” sobre as cabeças das famílias que ali habitam, a falta de melhores cômodos(...).⁶

Coincidentemente ou não, o mesmo movimento que, em cidades como São Paulo, Florianópolis e Rio de Janeiro, destruiu as igrejas das irmandades negras, expulsou as quituteiras das áreas centrais, demoliu habitações populares empenhou-se na criação pelo Estado de diversos organismos, cada qual com a função de abrigar um diferente grupo social: hospícios aos loucos, presídio aos criminosos, fábrica aos

⁶ Jornal O ESTADO, 22 de julho de 1926.

operários. De acordo com Raquel Rolnik, procurava-se adequar “*cada um em seu lugar*”.⁷

Este período marca o despontar da medicina legal, que passou a focar não a doença ou o crime, mas sim o doente ou o criminoso que precisava ser tratado.

O que estava em questão já não era o crime praticado, mas a virtualidade do ato. Portanto, todas as medidas possíveis de prevenção aos comportamentos desviantes deveriam ser tomadas pelos poderes constituídos. Reprimir o alcoolismo, a embriaguez, o fumo e condenar o boteco, o bordel, jogar capoeira ou mesmo passear com um violão significava proibir tudo que podia sabotar as condutas públicas dignas de uma ordem urbano-industrial.

Podemos perceber que no contexto de formação do mercado de mão-de-obra assalariada a que o país tentava se adequar existia a forte preocupação com a organização e o disciplinamento da *massa dos pobres*, daí em diante entendidos como *desocupados*.

Num Brasil onde o trabalho braçal possuía as marcas da infâmia, tornou-se uma tarefa urgente inculcar na população um conceito positivo a respeito do trabalho disciplinado. Ou seja, o que se esperava de tal prática era disciplinar para o trabalho, reprimindo toda e qualquer forma suspeita de desocupação, enquadrando-a na maioria das vezes como vadiagem.

Percebe-se, porém, que a vadiagem era somente praticada pelos *pobres*; uma vez que o indivíduo tivesse meios de subsistência, não haveria problema algum se permanecesse na ociosidade, pois este não representava riscos à sociedade.

⁷ ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros em São Paulo**. Folha de São Paulo, 28/09/1986. (Folhetim).

Assim, em nosso entendimento, percebemos que as mudanças ocorridas em Florianópolis neste período não se restringiram a alterações na paisagem da cidade, ao embelezamento ou à salubridade, mas também e principalmente, aos hábitos morais da população, que além de ser mais higiênica, deveria ser sobretudo trabalhadora e honesta.

É neste sentido que podemos tomar como evidência esta nota policial publicada no Jornal O Estado, “(...) *alguns garotos costumam reunir-se, á noite, no jardim Gustavo Richard, á praça 17 de novembro, onde se exercitam nos jogos de “bóca” e “chancheta.”*”⁸ *a polícia precisa assistir a essas partidas que são muitíssimo animadas(...).*”⁹

Podemos notar a pressão que os setores letrados, leitores e produtores de jornais procuravam exercer sobre os *hábitos* que, segundo esta visão, precisavam ser moralizados, uma vez que esta parcela pobre da população representava perigo à desejada civilidade e modernidade que a cidade tanto perseguia. Esta gente pobre, moradora da “Toca, Pedreira, Figueira, Tronqueira, Beco do Sujo, Cidade Nova”¹⁰ precisava, então, ser vigiada e reprimida através da polícia, já que controlar seus passos impediria a prática de atos considerados perigosos; reforçando-se, assim, conceitos morais.

Neste contexto é possível perceber que a polícia começava a se aparelhar efetivamente para deixar de ser um braço armado de perseguição aos escravos e tornar-se um instrumento disciplinar, de controle e repressão daqueles comportamentos

⁸ Jogo de bóca é uma brincadeira com bolas de gude e chancheta é outra brincadeira com tampinhas de garrafa.

⁹ Jornal O Estado, 29 de março de 1926.

¹⁰ Para se ter uma melhor visualização da localização destes bairros, apresenta-se em anexo na página 131 um mapa da antiga Desterro em meados do século XIX.

públicos que destoassem ao novo projeto de civilidade urbana. Pregava-se, assim, o trabalho e a ordem como fator de superação da miséria social.

Segundo as atitudes destes grupos dirigentes, foi possível evidenciar que os atos deveriam ser prevenidos, como uma doença contagiosa, porém, curável, caso fosse logo detectada e tratada, pois casos simples de ociosidade, por exemplo, se não combatidos profilaticamente, mais tarde poderiam tornar-se, na visão daqueles, um problema maior e mais difícil, podendo levar o envolvido a praticar um crime. Creio que por estes intuitos a imprensa dava destaque e chamava freqüentemente a atenção dos órgãos públicos envolvidos na questão que, por sua vez, tratavam *todos* basicamente, com as mesmas formas de poder, o que fazia de qualquer pessoa comum um criminoso em potencial.

Tudo indica que, em Desterro/Florianópolis, as elites não fugiram ao modismo que procurava mudar a cara do Brasil. Através da leitura de jornais da época, percebe-se a influência dos padrões europeus de civilidade e também a tentativa de inserir a cidade em um processo de reorganização urbana e de remodelação dos comportamentos públicos.

No entanto, mais do que meras cópias de práticas culturais e políticas oriundas dos grandes centros urbanos do país, este esforço de modernização atendia as demandas políticas e sociais locais, que podemos evidenciar sem muita dificuldade, pois era comum a publicação de notas jornalísticas levando ao público leitor assuntos que preocupavam os grupos abastados de Florianópolis.

Entre os mais vultosos problemas que estão a exigir solução, nesta terra, há o da falta duma regulamentação do serviço de criadagem.

Parece-nos, pois, diante disso, que seria conveniente a todos – exceção feita dos criados que mereçam recusa de serviço a regulamentação policial da criadagem, que viria resolver um problema de não despiciendas conseqüências.

Por exemplo: a obrigatoriedade de terem os criados uma caderneta, fornecida pela polícia e onde os patrões registrassem o comportamento de cada um, nas diversas casas em que servissem, teria excelente resultado (...).

(...) Estas coisas, dizemo-las na suposição de que as nossas zelosas autoridades policiais, agora que se acham empenhadas em sanear moralmente a capital de umas tantas coisas que envergonhavam o nosso povo, se dignarão aproveitá-las, do melhor modo possível. É verdade que a realização da empresa sugerida existe algum trabalho, talvez mais penoso do que parece a quem não conhece a entrosagem policial (...). Mas não é também verdade que, ao cabo de tudo, a nossa população ficaria satisfeita com a polícia, que provaria não recusar atenção ás necessidades que se lhe apontam?

Parece-nos portanto, que o caso merece um momento de estudo das diligentes e atacadas autoridades locais, a quem, particularmente, vão dirigidas estas opiniões.¹¹

O que esta nota indica é uma preocupação com a organização do trabalho no pós-abolição. A massa escravocrata estava preocupada em continuar utilizando os serviços. Mas morria de medo, desconfiava, de uma gente sobre a qual, a princípio, não possuía nenhuma autoridade moral.

Estudos como os de Joana Maria Pedro(1994), Hermetes Reis de Araújo(1989) e Henrique Pereira Oliveira(1991) evidenciaram que uma fração dos grupos emergentes na segunda metade do século XIX, no esforço para construir sua hegemonia, tentou reordenar o centro urbano da velha capital provinciana. As camadas em ascensão na sociedade florianopolitana não eram mais constituídas por antigos funcionários públicos, eclesiásticos e militares, mas originária das atividades comerciais, transportes e pequenas indústrias.

¹¹ Jornal O Estado, 20de julho de 1926.

Ao que tudo indica, estes grupos eram em grande parte responsáveis pela elaboração de novas formas de delimitação dos espaços sociais, na medida em que, por travar contatos freqüentes com indivíduos de classes sociais mais baixas, achavam necessário tornar restrito aos grupos mais abastados tudo que achavam não ser necessário a presença daquela classe.

Podemos perceber através desta nota a tentativa de proibição da presença de diversas pessoas em salões de bailes e festas devido a sua condição social, “(...)rogo-lhe especial favor de por meio do seu acreditado jornal, cientificar o Sr. Padre Miguel, que não é lícito levar sua mulatinha à bailes, do que se deve evitar para não sofrer nenhum desgosto (...)”.¹²

De acordo com Hermetes Reis de Araújo, estes grupos, ansiosos por ascenderem a posições que lhes garantissem situações de segurança material e prestígio, e incorporar as modas e os hábitos que importavam do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário; era preciso ser “civilizado, ser higienizado e ter gosto”.¹³

Por exemplo, no final do século XIX, foram instalados bondes em Florianópolis, os quais tornaram-se um espaço de demonstração de civilidade e de lugar social. Mas a modernidade não era para todos, apenas alguns privilegiados tinham acesso a estes bondes que circulavam pela cidade, porque a companhia Carris Urbano e Suburbanos de Florianópolis proibia a entrada nos bondes “de pessoas maltrapilhas ou incoerentemente trajadas”.¹⁴

¹²Jornal Correio Catarinense 18 de agosto de 1853. Apud. PEDRO, Joana Maria, at all. **Negro em Terra de Branco**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1988. p.33.

¹³ARAÚJO, Hermetes Reis de. Apud. PEDRO, Joana Maria - **Mulheres Honestas, Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis, UFSC, 1994. p.24.

¹⁴PEDRO, Joana Maria. **Negro em Terra de Branco...**, op. Cit. p.30.

Procurava-se, assim, através de formas mais sutis do que nunca, estabelecer hierarquias sociais, mesmo que essas se apoiassem no campo da “*consciência abstrata*”.¹⁵

Neste sentido, seguindo os passos de Joana Maria Pedro, pode-se perceber que um campo de embates sobre a cidade e seus habitantes era a presença de mulheres das camadas populares nas ruas de Desterro/Florianópolis no final do século XIX e início do século XX.

Envolvidas nas mais variadas formas de sobrevivência, tais mulheres não eram bem aceitas pela elite local, que propunha o exílio destas à esfera íntima do lar como referência principal de famílias distintas, “*sendo resultado disto, a elaboração e efetivação de inúmeras ações repressivas, através das quais, os representantes do poder público tentaram impedir a livre circulação destas mulheres em áreas centrais da cidade*”.¹⁶

Era muito comum, por exemplo, notas policiais nos jornais da Capital, falando sobre prisões de mulheres que se portavam “*inconvenientemente*”¹⁷ em jardins e praças públicas e eram enviadas ao xadrez de chefatura de polícia, ou de meretrizes que ficavam a vagar pelas ruas da cidade, “*praticando atos ofensivos a moralidade*”.¹⁸

Enfim, procurava-se tirar das ruas tudo que pudesse atrapalhar o *progresso* da Capital, afinal de contas, para o poder público e *cientistas*, a prostituição, além de ser considerada doença física e sujeira moral, significava, sobretudo, mais uma das tantas

¹⁵ Quem explica melhor este termo é Foucault, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

¹⁶ PEDRO, Joana Maria, **Negro em Terra de Branco...**, op. cit. p.115.

¹⁷ Jornal O Estado, 09 de julho de 1926.

¹⁸ Jornal O Estado, 28 de fevereiro de 1927.

doenças sociais que deveriam ser combatidas pelo órgãos responsáveis pela tarefa de limpar a cidade.

A prostituta não era vista apenas como transmissora de moléstias, ela própria era vista como uma doença. Como procura mostrar Ivonete Pereira em seu trabalho, ao qual faz menção ao poder exercido pelo discurso sobre a sífilis, que acabava interferindo na vida destas mulheres:

Sendo assim, a prostituta apresentava-se como um “*triplo problema à cidade*” uma vez que, através de sua atividade transmitia a doença a outras pessoas (aos filhos, aos pais de família, aos bêbados); embriagando-se anulava os efeitos dos remédios sobre seu corpo, e, poderia com a evolução da doença chegar a loucura. E uma vez louca, como quando embriagada, realizava atos que agravavam ainda mais a sua ação maléfica à cidade, sendo ela por si só “*um perigo ambulante.*”¹⁹

Outro alvo do poder público em Florianópolis eram os mendigos que perambulavam pelas ruas que, segundo a opinião pública, prejudicavam a imagem que se queria construir de uma cidade limpa, organizada e encantadora para os que aqui vinham se hospedar ou visitar.

Paralelamente a tais ações de repressão aos modos de vida indesejáveis, a Capital também passava por um processo de remodelação, através de inúmeras obras públicas, que davam uma cara nova à antiga Desterro. Essas obras marcaram as duas primeiras décadas do século XX. Em 1910, foram inaugurados a rede de água e o sistema de energia elétrica e, em 1913, deu-se início aos trabalhos para o

¹⁹ IVONETE, Pereira. **As Decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 95.

estabelecimento da rede de esgoto. As ruas foram alongadas, capinadas e desobstruídas, bem como redefinidas e calçadas. Foi também neste período que criou-se a Avenida Rio Branco.

Este, igualmente, foi um período em que as picaretas funcionaram intensivamente nas demolições feitas de casas e habitações que se localizavam em áreas próximas a prédios importantes, como o Congresso Representativo e o Teatro Álvaro de Carvalho, ou como as que existiam nas proximidades da atual Avenida Hercílio Luz, conhecida na época, antes da sua inauguração, como Avenida do Saneamento.

Esta última, em especial, representa uma das ações administrativas mais marcantes diante do significado normatizador de suas práticas saneadoras, uma vez que o seu percurso cortava uma área da cidade que era alvo de repressão por parte dos poderes públicos na batalha de saneamento e higienização. Áreas como a Pedreira, Figueira e Tronqueira eram vistas como um foco de miasmas e conhecidas pelos poderes públicos como centros de vadiagem.

Estas localidades tiveram a sua população arrancada em massa, como as suas casas. Através destas ações procurava-se retirar de cena um representativo entrave à modernidade e ao progresso da cidade que se desejava; sobretudo se destruía as histórias de vidas desta gente, empurrando-a para a periferia da cidade – os morros. Ou, como afirma Antônio Luiz Miranda, em seu trabalho: *“A Florianópolis republicana afastava-se cada vez mais, da provincial Desterro do Império. A população pobre e negra da velha cidade, que habitava os cortiços, e perambulava pelos pequenos portos,*

*as prostitutas as lavadeiras, os carregadores de dejetos, os “loucos”, os mendigos não tinham mais lugar no espaço da nova cidade.*²⁰

Podemos perceber, então, que no esforço de reorganização do espaço urbano, de remodelação das condutas públicas e de construção de um processo civilizador nos trópicos procurou-se repensar os modos de caracterização e os instrumentos de controle de modos de vida indesejáveis.

I.II – Uma Nova Maneira de Tratar a Criminalidade

Em meio a este clima de repressão que procurei expor anteriormente, as condutas consideradas criminosas seriam talvez um dos focos em destaque, agora cada vez mais evidenciadas e punidas, sendo alvo da antropologia criminal e da medicina legal. Através destas duas áreas de investigação científica, começa-se desenvolver estudos mais apurados sobre a natureza criminosa, a fim de se poder controlar com maior sutileza e precisão atos que eram um flâgrante entrave à modernidade e à civilização.

Estudos como os de *Michel Foucault*²¹ e *Michelle Perrot*²² indicam que já há alguns séculos procurava-se repensar as diversas formas de punição a um criminoso.

²⁰ MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis: De um Instrumento da Modernidade a Utilização por um Estado Totalitário.** Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1998. p.32.

²¹ Para esta pesquisa consultamos diversas obras de Michel Foucault, destacadamente **Vigiar e Punir e Microfísica do Poder.**

²² PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Prisões, asilos, hospitais psiquiátricos fazem parte da História, mas nem sempre são alvo de interesse do historiador. Assim é que vemos relativa importância nos autores acima citados, pois trazem até nós elementos que nos permitem compreender como agiram sobre as pessoas as novas e sofisticadas técnicas de poder.

Foucault, em seus trabalhos, toma por objeto de estudo aquelas que ficaram conhecidas por instituições totais, que são espaços de exercício de um poder e de produção de um saber disciplinar centradas no corpo dos indivíduos. Enquadrando-se como instituições totais hospitais, escolas, quartéis, manicômios, penitenciárias, não por eles mesmos, originários de um processo evolutivo cujas raízes se perdem no tempo, mas como *locus* instituídos e instituidores no mundo moderno, frutos de uma complexa relação entre poder e conhecimento.

É possível perceber através de suas obras que a segunda metade do século XVIII e início do XIX são marcados por transformações notáveis no campo de combate à criminalidade, dando-se destaque agora para o ato de vigiar; sendo a vigilância algo novo, totalmente diferente do que era aplicado até então.

Trata-se de uma técnica que aos poucos procura atingir como alvo o criminoso, não se baseando em leis de ação e reação, ou como nas Ordenações Filipinas, onde todo delito era um crime contra a majestade do poder real. Logo, deveria ser exemplarmente punido, marcando-se no corpo dos condenados a força da justiça do rei.

Até a primeira metade do século XVIII, a pena aplicada a um criminoso geralmente era o suplício, quando o corpo era o alvo principal da repressão penal. Esta prática tinha por significado impor a soberania e disciplina, onde o rei escrevia seu

poder sobre as pessoas, com ferimentos que marcavam os seus corpos. A ofensa a qualquer pessoa era vista como uma ofensa ao rei.

Com Foucault, podemos perceber que as penitenciárias não são instrumentos civilizadores; se é que algum dia foram consideradas como tal (por nós). Na verdade, nada mais são que produtos e produtores de um nova forma de dominação. Obras como *Vigiar e Punir* (1997) e *Microfísica do Poder* (1996) são essenciais para percebermos que o poder não é algo a ser possuído, pois é uma relação social, não está em um centro possível de ser atacado, mas se institui através de uma rede de micropoderes, que podem ser articulados a macropoderes.

Como afirma Foucault, os grupos dirigentes não inventaram o controle da sexualidade infantil, de encerramento de doentes mentais e criminosos, mas perceberam nestas práticas centradas na vigilância e disciplina, formas eficazes, racionalistas de manejo da população e de impor limites à ampliação da cidadania, ela própria, muitas vezes, colocada em dúvida.

Segundo Michelle Perrot, no início do Império francês viu-se uma ruptura da maneira como tratar o condenado, com o abandono do sistema celular e a opção pela deportação. Finalmente no decreto de 27 de fevereiro de 1848 foi abolida a pena de morte em matéria política. Os castigos físicos são proibidos na Marinha e nas colônias, a pena de espancamento com varas, as punições corporais nas prisões com a argola fixa na parede, canga e algemas atrás das costas. A pena de exposição também é extinta. Como diria Foucault, "*Aos poucos vão se acabando as cenas de punição pública, que por fim serão vistas com maus olhos*".²³

²³FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, op. cit. p.14.

Vimos, assim, que menos de um século separa a transformação no combate à criminalidade. Antes se enfrentava efetivamente o criminoso; agora, o alvo de combate será o crime praticado, o ato em si. Emerge a noção de vigiar e não mais de punir, sendo que este vigiar constitui-se principalmente da idéia de privação do direito de liberdade. Segundo Foucault, *“a punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata”*.²⁴

No convite ao diálogo, alguns temas são considerados como de conhecimento de todos, idéias que já dispensam defesa e propaganda. O cidadão culto deveria conter seus sentimentos, quase sempre avessos a razão. Assim, o medo, a raiva deveriam estar excluídos do combate ao crime que, transformado em delito, deixa de ser considerado um atentado demoníaco para se tornar objeto de reflexão acadêmica, matéria a ser deixada a cargo de especialistas.

O crime perde o seu lado animalesco e passa a ser visto apenas como um delito, uma infração da lei. Já não é mais a figura do rei, símbolo de poder e soberania que é ferida e, sim, o ato se constitui em violação de uma lei que é instrumento de poder por parte do Estado.

A prisão, portanto, é vista como forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas, um mecanismo que o novo poder de classe irá desenvolver. Com certeza os valores invocados aqui são a bondade, humanidade e solidariedade cristã. Muito diferente dos tempos atuais, quando as prisões se tornaram, ou pelo menos são assim representadas, um risco à sociedade extremamente necessário a partir do momento que transformados na única solução, detestável por vezes, mas a única. *“A prisão fez sempre*

²⁴Idem. p.15.

parte de um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos".²⁵

Desse modo, a justiça, longe de se glorificar pelo uso da força, deveria tentar ao máximo evitar ferir ou matar, daí o objetivo essencial da pena, procurar corrigir, reeducar, usando os trabalhos forçados como instrumento de punição. Esta punição não corporal, principalmente a partir da década de 20, contará com um exército de técnicos, como médicos, psiquiatras, psicólogos, guardas, entre outros, sendo os substitutos do carrasco.

Esses técnicos têm a função de tratar o doente, reeducá-lo para um futuro retorno à sociedade regenerado e capaz de uma boa readaptação. Pelo menos isto é o que pregavam. *"Não se pune portanto para apagar o crime, mas para transformar um culpado (atual ou virtual); o castigo deve levar em si uma certa técnica corretiva"*.²⁶

De um modo geral, estes técnicos irão influenciar a vida de todas as pessoas da sociedade moderna através de técnicas disciplinares quase imperceptíveis que passam a fazer parte do dia-a-dia. Para tudo passam a existir regras *técnicas* que, segundo os especialistas, levam a todos uma vida melhor, organizada, segura e produtiva.

A valorização do modelo da *fábrica higiênica* marca o despontar da mudança para um novo regime disciplinar, que pretende tornar o espaço da produção *tranquilo, agradável, limpo e atraente* para o trabalhador. Sonhava-se com a superação da luta de classes através de reformas como a desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma de moradia popular, quanto

²⁵FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, op. cit. p. 198.

²⁶ Idem. p.104.

pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. Ou como afirma Margareth Rago:

A passagem para a década de 20 assiste uma mudança nos regimes disciplinares, anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A nova fábrica, higiênica, racionalizada e moderna, deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais sofisticadas de dominação.²⁷

As casas, os lugares públicos, o ambiente de trabalho precisavam ser disciplinados e higienizados. As coisas não podiam mais se misturar, a fim de que a sociedade, vista como uma máquina, funcionasse perfeitamente no ritmo modernizador. Cada grupo passaria a ter seu lugar e sua função, afinal todos são peça integrante da máquina moderna que se pretendia instaurar .

Atentos a tais práticas, estavam os grupos dirigentes de Florianópolis, sintonizados com esta tendência nacional, pois é de conhecimento público que algumas instituições, com a finalidade de recolher das ruas desajustados, já começavam a mudar o cenário da Capital, entre elas o “*Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim*”.²⁸

Em meados da década de 20, mais precisamente em 1926, o então governador do Estado, Adolpho Konder, começa a despertar atenção de todos para os

²⁷RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.11-12.

²⁸ARAÚJO Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

problemas que o sistema prisional de Santa Catarina apresentava. A notícia intitulada “Uma Penitenciária”, publicada no Jornal A República em 07/10/1926, constitui um bom ponto de partida para melhor visualizarmos a situação. Nela, a proposta do então governador de construir uma instituição penal em Florianópolis passa a ser defendida na medida em que tal obra *“hoje em dia faz parte da normalidade do aparelho administrativo de todas as sociedades cultas”*.²⁹ Afinal, a situação da estrutura carcerária no Estado era terrível:

Quase todos os criminosos condenados no Estado vêm cumprir pena nas cadeias de Florianópolis, São José, São Francisco ou Laguna. A primeira, para consolo da dignidade da Capital, vai desaparecer dentro em breve. A de Laguna, embora construída há uns doze anos, no andar térreo do edifício do fórum, tem todos os erros das construções coloniais do mesmo gênero. A de São Francisco passa por ser a mais segura do Estado. É um caixão hediondo, com paredes de alvenaria descomunais, onde se sepultam os réprobos perigosos, para no isolamento e na treva, aguçarem a temibilidade. A de São Francisco é uma masmorra celebre. É um monumento de impiedade. O réu penetra nela com duas condenações: a da liberdade e da saúde. A tuberculose leva a todos a sua visita sinistra e faz daquele ambiente uma cultura da morte.³⁰

Trevas, morte, masmorras, são as imagens criadas para representar a situação das cadeias, sugerem que os cárceres eram vistos com tristes lembranças de um passado que ressurgira para assombrar os vivos. *“As nossas cadeias dão uma impressão dolorosa de incultura num ramo do direito que nos tempos modernos tem sido a preocupação pertinaz e diligente de todos os homens de governo”*.³¹ Símbolos de atraso, este sistema de segurança irracional era um auto do flagrante contra a nossa

²⁹ Jornal A República, 07 de Outubro de 1926.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

humanidade. Em um outro momento, o mesmo periódico aponta os males e por negação passa a definir o que entende por uma moderna instituição penal:

Nelas, a construção áspera e hostil, a estreiteza dos compartimentos, a falta de luz e de ar, as paredes enxovalhadas, a umidade do pavimento, atmosfera nauseabunda, resultante do convívio dos detentos que nunca tomam banho, formam, a sombra do desespero e da desilusão.

As nossas cadeias são incentivos de revolta contra a sociedade e os aparelhos mais seguros de saturação criminal. Não tem escolas, não tem oficinas organizadas, não há seleção entre os detentos.³²

Herdadas assim da época colonial, estes estabelecimentos encerram noções sobre crime e criminalidade que contrariam todas as doutrinas modernas de criminologia. Para o articulista o conceito de civilização e de humanidade, sonho de todos os homens e mulheres modernos, *“nos negarão enquanto não assimilarmos o princípio de que a pena não é mais o ferrete de tortura medieval e o instrumento de vingança contra o delinqüente, mas apenas um meio de defesa social, e sempre que possível, uma forma de regeneração”*.³³

Superar este relativo atraso era, ao que parece, uma das metas do Governo Adolpho Konder, afinal este foi um dos primeiros projetos que ele enviou à Assembléia Legislativa, quando da sua posse. Dez dias após a publicação deste artigo, o governador sancionou a lei aprovada pelo Congresso Estadual que criava um estabelecimento penal responsável pela implantação em Santa Catarina do regime penitenciário nacional.

³² Jornal A República, 07 de Outubro de 1926.

³³ Idem.

A Lei Estadual número 1547/1926³⁴, designava para a instituição a contratação de um diretor, um chefe de seção penal, um escriturário, um cozinheiro, oito guardas, um chefe da seção industrial e um professor.

Além das questões administrativas, a lei descrevia em detalhes como seria a administração do cumprimento das penas. Os sentenciados, por exemplo, passariam por três estágios: no primeiro, o preso, por um período de até dois anos ou um quarto da pena, permaneceria em total isolamento celular; em um segundo momento, ele desenvolveria trabalhos agrícolas em comum com outros apenados durante o dia e seria segregado a noite e, por fim, realizaria trabalhos em liberdade condicional.

Após o período de preparação, o cotidiano de vinte e quatro horas dos presos estariam divididos em oito horas de trabalho, oito horas para instrução/refeição e oito horas para repouso.

Quatro vezes ao ano se reuniria o tribunal de sentenciados, formado, entre outros, pelo diretor e pelo professor, que deveriam examinar e classificar cada um dos presos de acordo com as notas de comportamento registrado diariamente. Destas notas dependia o direito às benesses ou punições. Os presos ficavam entregues aos funcionários. Da docilidade, obediência, disciplina e fidelidade dependia o seu destino.

Construída no atual bairro da Trindade, a Penitenciária Estadual da Pedra Grande foi planejada para conter celas, quatro oficinas, enfermaria e cozinha. Seu modelo de funcionamento, seguindo a experiência de São Paulo, foi D'Auburn moderado. Nele a administração das penas centrava-se na segregação dos presos em celas individuais durante a noite e trabalhos durante o dia.

³⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC. Lei nº 1547 de 21 de outubro de 1926.

A intenção de se construir uma instituição penal mais adequada aos padrões modernos não era intuito apenas da Capital. Pode-se constatar através de um ofício enviado por uma entidade de Blumenau³⁵ o desejo de naquela cidade se “(...) *construir, num prazo mais breve possível, um edifício destinado aos sentenciados e onde estes encontrem os meios aconselhados para se aproximar da regeneração, fim primordial da pena que lhes foi imposta (..)*”.³⁶

Parece porém que este discurso não passou de uma breve intenção, *ficando apenas nos papéis os desejos* daqueles dirigentes.

Mas se em Blumenau os planos de um estabelecimento penitenciário não saíram dos papéis, em Florianópolis, em 21 de setembro de 1930, fora inaugurada a Penitenciária Estadual da Pedra Grande, pelo então Presidente do Estado, Bulcão Viana. Para as elites locais, esta grande obra muito iria contribuir para colocar a Cidade e o Estado nos trilhos da civilização.

De fato, com a chamada Revolução de 1930 e depois, com o estabelecimento do Estado Novo, estes dirigentes públicos passaram a ter os meios e as condições para implantar sofisticados mecanismos de gestão da população.

Assim, ao que parece, para alguns era um sonho, ou um desejo de estar articulado aos modelos e modas européias. Daí seus discursos tenderem a ser meros projetos que não alteravam ou modificavam em muito as antigas formas de organizar e operar a frágil estrutura existente. Para outros, constituía o projeto de uma vida. Não estamos falando dos leitores de manual, ou das notas que saíam nos jornais de circulação nacional, mas de homens formados nos institutos de educação superior.

³⁵ Para se saber algo mais sobre esta intenção da Cidade de Blumenau, sugiro o trabalho de Antônio Luiz Miranda, já citado aqui anteriormente. O desenrolar deste fato encontra-se na p.35 -36.

³⁶ Idem.

Letrados, viajados, que participavam de congressos internacionais e estavam, ou pareciam estar, comprometidos com uma transformação radical da sociedade florianopolitana.

Em uma pesquisa anterior, acreditava que a penitenciária fora construída sob o clamor da opinião pública. Uma análise mais cuidadosa dos periódicos locais nos permitiu perceber, por exemplo, que certamente a reforma da penitenciária não tinha a devida urgência que imaginava. Não por acaso, o Projeto de Lei aprovado em 1926 somente foi executado em 1930.

Obra de vulto social e político, quando da sua inauguração fez-se muita festa. Os grupos abastados e também o povaréu festejaram conjuntamente. Porém, segundo as evidências a sua administração cotidiana estava muito distante dos sonhos de implementação de uma nova política de combate à criminalidade.

Já no ato da inauguração diversos eram os problemas que a instituição apresentava. Não possuía portões externos, faltava pintura de vários pavilhões e demais medidas de conservação, responsabilidade atribuída a empreiteira Corsini & Irmão, contratada para a total execução da obra. Outro problema talvez mais relevante ainda foi a construção inadequada de portas laterais, que só vinham a prejudicar a segurança do estabelecimento, pois dificultavam o controle de entrada e saída de pessoas no prédio. Segundo Antônio Luiz Miranda, “(...) a Penitenciária de Florianópolis foi a última grande obra construída nos governos da chamada Primeira República ou República Velha”³⁷.

Apesar da total execução da obra do prédio, ainda não se havia instituído um regime penitenciário para o efetivo funcionamento do estabelecimento. Além dos

³⁷MIRANDA, Antônio Luiz. *A Penitenciária de Florianópolis.....*, op. cit. p.39.

problemas de ordem física do edifício, problemas de ordem administrativa também eram apontados pelos respectivos diretores do estabelecimento neste período³⁸, como observamos em seus relatórios: “*Os penitenciários ali recolhidos faziam da vida comum, numa ociosidade condenável, sem oficinas de trabalho*”.³⁹

Em seus cubículos, conforme o relatório de um dos diretores, “*os sentenciados guardavam navalhas, tesouras, canivetes e outros instrumentos cortantes*”.⁴⁰ Além disso, completa o Diretor: “*viviam em completa promiscuidade, numa camaradagem perniciosa à disciplina e à moralidade do estabelecimento*”.⁴¹

Percebemos através destas palavras que o novo governo, ou melhor, o governo revolucionário, como eles se auto-proclamavam, tinha uma certa preocupação com os problemas da instituição e, ao que tudo indica, pretendia estabelecer “*em toda a sua amplitude, o regime penitenciário no estado, aproveitando-se é certo, das bases lançadas pelo governo deposto*”.⁴²

Através dos Decretos 146 e 147⁴³ de 01 de agosto de 1931, o General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, estabelece o regime penitenciário no Estado tentando, assim, dotar esta instituição com os “*mais modernos conceitos de ciência penitenciária*”.⁴⁴

No primeiro Decreto de n.º 146, o então Interventor, além de procurar estabelecer o regime Penitenciário no Estado nos moldes instituído no Código Penal,

³⁸ A Penitenciária estadual da Pedra Grande, neste período 1930-1935, teve diversos diretores que não ficavam mais de um ano a frente da direção do Estabelecimento, chegando na maioria das vezes a ficarem apenas alguns meses.

³⁹ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária, da fundação até 15 de Setembro de 1933.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ APESC. Decretos 146 e 147 de 01 de agosto de 1931.

⁴⁴ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária, da fundação até 15 de Setembro de 1933

afirma que abrirá os necessários créditos para que o mesmo possa ser efetivamente implantado.

Quanto à administração da Penitenciária, estabelece através deste documento que será confiada a um Diretor, que contará com o apoio de um Chefe de seção penal, um Chefe de seção industrial, um Médico, um Escriturário, Professor, Datilógrafo, Almoxarife, Enfermeiro, Vigilante-chefe, Cozinheiro, Chauffeur e dez Vigilantes. Afirma ainda que em relação aos funcionários, às licenças, substituições e aposentadorias, seriam reguladas pelas leis em vigor no período, sendo que os mesmos teriam direito a 15 dias de férias a cada ano, salvo aos que tivessem quatro ou mais faltas anuais sem justificção.

Outro ponto que também chama a atenção neste Decreto é a possibilidade de o governo, no caso de saldo das rendas da Penitenciária, abonará todos os funcionários do estabelecimento com "*gratificações pro labore*".⁴⁵

O Capítulo IV deste Decreto refere-se mais diretamente aos sentenciados, quando deixa evidente que os mesmos serão classificados por um tribunal de comportamento, composto pelo Diretor, Chefe da Seção, Professor e Vigilante Chefe, que se reunirá sempre na primeira quinzena dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro. Por esse tribunal os sentenciados poderão ser enquadrados em três diferentes grupos de classificação: bom, médio e mau; sendo que a classificação é feita segundo o seu comportamento, que pode ser: bom, regular, médio, sofrível e mau, de acordo com a contagem dos pontos obtidos, das notas concedidas diariamente pelo tribunal.

Ao Decreto n.º 147, são acrescentados alguns capítulos, artigos e seus respectivos itens, como o Capítulo III – que trata das atribuições e deveres dos

⁴⁵Idem.

empregados da Instituição, e mais especificamente da diretoria. Neste, fica estabelecido que o Diretor poderá residir no estabelecimento e que, sendo a principal autoridade, deve ser por todos obedecido e acatado, incumbindo ao mesmo algumas funções específicas como: examinar a correspondência dos sentenciados, superintender os serviços das oficinas, designar a oficina onde deve trabalhar cada sentenciado, bem como visar dos meios a seu alcance e nos termos das Leis em vigor para reprimir qualquer violência ou resistência da parte dos condenados.

Já no Capítulo VI do mesmo Decreto, colocam-se os deveres dos condenados, sendo estes obrigados a obedecer sem observações e murmúrios aos encarregados de sua vigilância; atender quando lhe chamarem por seu número; ser delicado e polido no trato com os empregados; manter completo asseio do seu corpo; quando se julgar perseguido apresentar queixa ao Diretor; não recusar o trabalho que lhe for imposto; não fazer representações coletivas; nas oficinas, executar com boa vontade suas tarefas; não escrever nem receber cartas, senão nos dias designados podendo a correspondência ser aumentada ou diminuída de acordo com a conduta do sentenciado; não poderão pedir aos empregados que levem recados ou cartas à alguém; as cartas inconvenientes não serão entregues e muito menos remetidas; não podem receber visitas de parentes com penas criminais já cumpridas, etc.

Percebe-se que as restrições aos apenados são muitas, chegando a mais de 50 itens só neste Capítulo. Já no Capítulo que segue, que trata efetivamente do regime penitenciário, procura-se frisar algumas características relativas às penas: fica estabelecido que são expressamente proibidos os castigos corporais, porém os condenados quando cometerem faltas graves, sofrerão a pena disciplinar de solitária por 8 a 15 dias, a pão e água com um dia intercalado. Em seguida, como numa forma de

piedade, propõe-se que os sentenciados que se destacarem por seu bom comportamento serão aproveitados como mestres de turma, terão pecúlio melhorado, direito a mais visitas, maior recreio, fumo em maior quantidade, correspondência mais freqüente, sendo tratados e conhecidos por seus nomes próprios.

Percebemos, aqui, que na tentativa de abrandar tantas obrigações e restrições, cede-se ao prisioneiro bem comportado algumas vantagens, como num jogo de deveres e direitos. É claro que o apenado sempre fica em condição desfavorável, pois como recompensa aos seus bons atos, lhe são concedidos nada mais do que pequenas *regalias*, coisas simples, rotineiras e quase insignificantes para alguém que desfruta por completo o seu direito de liberdade. Aqui contudo, a situação é bem diferente, trata-se de uma pessoa cujo nome deve ser esquecido e substituído por um número. Assim, buscavam as autoridades conseguir maior eficácia da pena, tentando concretizar o papel de uma instituição regeneradora, através deste jogo de cartas marcadas.

Assim é que serão vistos e comentados por um diretor do período as modificações feitas na Penitenciária, quando da posse do *governo revolucionário*, “(...) *introduziu-se vários melhoramentos e oficinas de trabalho, modificando-se a vida carcerária e amenizando a solidão da cela*”⁴⁶.

Mesmo com tais medidas, podemos perceber que ainda faltava muito o que se fazer para a Penitenciária cumprir o papel que a ela foi atribuído quando da sua criação, o de uma instituição penal moderna. Se num momento o Diretor enaltece as atitudes do novo governo, num outro, ele faz quase que um apelo, para dotar a seção penal de todas as instalações exigidas pelas técnicas modernas e que até então eram

⁴⁶APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária, da fundação até 15 de Setembro de 1933

deficitárias, dado os poucos recursos e a situação financeira agravada pelas dívidas que pesavam no orçamento do Estado. Para o Diretor Cleto Barreto,

Junto à Seção de Medicina deveria existir a de criminologia, encarregada de proceder todos os exames dos sentenciados, para debaixo do ponto de vista científico, antro-po-psicológico e outros métodos mais completos, permitir a investigação até as origens do crime e as determinantes bio-psíquicas do delito. Somente em face desses exames é que se pode aqualitar das condições do delinqüente; do grau da sua temibilidade e a sua predisposição para a delinqüência.⁴⁷

Podemos perceber, nas palavras do então Diretor, a preocupação que permeava os diferentes grupos políticos do momento, com a tentativa de se estabelecer modernas técnicas penais e com os novos preceitos de antropologia criminal e de medicina legal. Sendo assim, tais preceitos ultrapassavam as divergências políticas e se tornaram o principal objetivo de todo governo que desejasse levar adiante o advento da modernidade e de uma sociedade civilizada.

Neste momento porém, ao que parece, mais importante que a implantação de um efetivo regime penitenciário no Estado era a consolidação do governo revolucionário, pois até nos relatórios os Diretores apontavam para a importância do “*movimento libertador de outubro*”⁴⁸ como fator responsável para o decréscimo do índice de criminalidade no Estado, impulsionado pelo aparelhamento policial que era exercido pela milícia estadual dirigida por “*oficiais disciplinados e disciplinadores*”.⁴⁹

⁴⁷ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária, da fundação até 15 de Setembro de 1933

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

Acredito que apesar de os diretores tentarem enaltecer os feitos e a própria administração revolucionária, não deram devida importância à antigos e persistentes problemas que afetavam a instituição e que passaram despercebidos. Tampouco perceberam novos problemas que já começavam a surgir após três anos de funcionamento da casa. Problemas que podemos evidenciar através dos próprios relatórios, como o caso da superlotação do estabelecimento que, em meados de 1933, já contava com 68 detentos, sendo que esta possuía apenas 70 vagas.

Exposta a situação acima, surgem algumas dúvidas: não sei se estes dirigentes faziam vistas grossas a tais problemas, principalmente à superlotação, ou acreditavam piamente na força e eficácia da política repressora do governo instituído. Sei, porém, que ao que tudo indica a Penitenciária era apenas uma realidade que já se havia transformado em uma instituição ultrapassada. A Pedra Grande, ao que parece, neste período 1930-1935, havia se transformado em um grande “cadeião”⁵⁰ Era uma grande casa com lotação para setenta presos, cozinha e não possuía espaço para enfermaria e tampouco tinha muros.

No que diz respeito aos aspectos políticos e administrativos em Santa Catarina, este período também caracterizou-se por ser um momento bastante conturbado. Após a revolução que abalou o País em 1930, o Estado passou a ser governado pelo Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil. As divergências políticas locais eram muitas, a intervenção foi a alternativa encontrada pelo Governo da União para restabelecer a ordem política não só aqui em Santa Catarina, como em outros Estados do país.

⁵⁰ Cadeião é um termo que uso para ilustrar a situação da penitenciária naquele momento. Uma grande casa sem o mínimo de cuidados com os sentenciados que ali cumpriam as mais variadas penas, sem distinção de crimes, sexo ou idade.

Em meio às disputas políticas pelo governo do Estado, neste período começavam a se despontar as famílias oligárquicas da Região de Lages. Com fortes ligações políticas a governos anteriores, destacam-se nomes como o de Aristiliano Ramos e Nereu Ramos. Este último foi eleito Governador Constitucional do Estado em 1935, após um bom período de interventoria que procurava acalmar os ânimos políticos.

Com a promulgação da Constituição de 1934, realizaram-se as eleições que o levariam frente ao Governo do Estado. Nereu Ramos tornou-se um político de projeção nacional; além de Governador, já havia sido antes eleito Deputado Estadual, Federal, e membro do primeiro Conselho Penitenciário do Estado, em 1928. Já que era um político bem relacionado, supomos que de certo modo isto o levou a ter maior facilidade na obtenção de verbas e recursos para o Estado; além, é claro, de estar de acordo com os novos projetos que se pretendiam para o País, o que veio de certo modo facilitar a execução de grandes obras aqui em Santa Catarina.

De acordo com este contexto, ao assumir o Governo estadual, em 01 de maio de 1935, Nereu Ramos, ao que parece, com uma política fortemente voltada para o ideal de nacionalidade, com a qual caberia ao poder público o papel de construtor de uma sociedade unida, cordial e solidária, traçou para imediata execução, um largo plano de realizações no antes tão relegado setor da assistência social.

Tais obras repercutirão num primeiro plano diretamente sobre as camadas mais pobres da população, ajudando definitivamente ao poder público retirar das ruas os *desajustados*, colocando cada um em seus devidos lugares.

Nereu Ramos, a serviço de Getúlio Vargas, deu continuidade e intensificou o processo modernizador, consolidando-se definitivamente no poder do Estado. Lembrando que esta era uma das principais exigências feitas pelas elites

florianopolitanas desde governos anteriores e passaram a ser feitas ao novo governo com mais veemência, posto que este era símbolo de modernidade.

Logo que assumiu o governo, tratou de instalar na Capital, “*como imperativo social,*”⁵¹ o Juízo Privativo de Menores, segundo o Governador, já existente em quase todos os Estados do Brasil. Com esta instituição tinha-se o intuito de resolver o problema da infância abandonada.

Nereu Ramos também faz menção à construção do hospício, dentro dos padrões da moderna psiquiatria. “*Já é tempo de se cuidar da construção pelo Estado de um estabelecimento em que se recolham os alienados e onde se lhe ministre o tratamento que a psiquiatria vai aperfeiçoando*”.⁵²

Os dementes até aquele momento eram internados nos Hospitais de Azambuja e Joinvile, o que acarretava grandes despesas para o Estado. Para ser mais exata, o governador chega a mencionar o valor de tal despesa no ano de 1935, a importância era de 177:472\$500.

Outro ponto ao que ele chama atenção é para o problema da lepra, que segundo ele “*sobre o qual muito se há escrito e divagado em relatórios e mensagens, mas nada se há feito*”.⁵³ Neste sentido, percebeu também a urgência da construção de uma instituição voltada aos leprosos, para a qual designou a verba de 210 contos de réis; este foi mais um item no seu programa social a se fazer.

Procura através desta mensagem citada aqui como referência, também dar destaque para o estado em que se encontravam as cadeias de quase todos os municípios. Para ele, estas não satisfaziam mais as exigências de segurança, muito menos de

⁵¹ APESC. Mensagem do Governador Nereu Ramos a Assembléia Legislativa, 1936.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

higiene. Precisava-se de novas e melhores cadeias que viriam ajudar a um melhor cumprimento do regime carcerário legal no Estado.

Em meio a tantos projetos na área social, dá destaque à Penitenciária do Estado e à sua situação naquele momento.

Em suas mensagens, Nereu Ramos não é tão crítico quanto governos anteriores quando trata deste assunto, diz apenas que, considerando todas essas circunstâncias, resolveu aumentar o edifício, procurando corrigir ao mesmo tempo “os defeitos que a experiência lhe apontou”.⁵⁴ Sobretudo com essas palavras busca não criticar seus inimigos políticos, mas, procura intimidá-los, demonstrando ter pleno domínio sobre o assunto, graças a sua *experiência*.

Suponho que ele queira fazer aqui relação com a experiência que teve enquanto membro do Conselho Penitenciário que fora em 1928, querendo sobretudo se afirmar como um experto na moderna Ciência Penal.

Não sei se realmente os fatores que levaram Nereu Ramos a perceber a importância de se reformar a Penitenciária são fruto apenas da sua experiência. Outras questões aqui, neste momento, se acham em aberto e nos levam a conhecer outros motivos que podem ter impulsionado o governo a dispender tantos recursos nesta grande obra. Percebo que conjuntamente a este importante fator há uma série de interesses políticos e econômicos, fatores internos e externos à instituição que, por certo, ajudaram a transformar profundamente a Pedra Grande.

Além de procurar corrigir os erros que faziam falhar ali o sistema penal e, conseqüentemente, acarretar despesas aos cofres do Estado, segundo o próprio Nereu, a

⁵⁴ APESC. Mensagem do Governador Nereu Ramos a Assembléia Legislativa, 1936.

Penitenciária com a nova organização do regime e com as oficinas devidamente aparelhadas não seria mais fonte de despesas, podendo se bastar a si mesma. Percebe-se novamente a tentativa de torná-la uma instituição autônoma e rentável. Assim manda-se mais um recado aos que porventura venham insurgir-se contra tais ações do governo. *“Confia o governo em que, por ocasião da vossa próxima reunião, possa anunciar-vos que a Penitenciária, hoje simples cadeia mais ou menos confortável, está começando a preencher a sua finalidade”*.⁵⁵

Graças ao relatório feito pelo novo Diretor Edelvito Campelo D’Araujo, que assumiu a direção da Penitenciária em 14 de abril de 1936, se expôs e se procurou chamar a atenção para o estado em que se encontrava a instituição. Pode-se enfim iniciar as obras em 1936, contando concluí-las em um ano aproximadamente.

Diversos são os itens apontados pelo Diretor no seu relatório. Segundo este, concorriam para aquele cenário problemas como a falta de uma direção técnica estável e mal remunerada; a superlotação do estabelecimento, excedida quase em dobro; poucas oficinas e mal aparelhadas, funcionando num ambiente quase sem espaço. Enfim, para a instituição cumprir o seu papel de uma moderna penitenciária dentro dos novos preceitos penais que eram de domínio e pleno conhecimento do Diretor, era necessário reformá-la.

⁵⁵Idem.

Capítulo II

A Reforma

II.1 – É Necessário Reformar

A chamada Revolução de 1930 e o Estado Novo que a ela se seguiu marcam a construção do projeto de Estado determinado a promover mudanças políticas importantes na sociedade brasileira. Procura-se passar a idéia de construção de um novo tempo, negando-se as diferenças sociais e implementando um projeto unificado com o intuito de constituir uma sociedade unida, cordial, trabalhadora, honesta e higiênica. Lança-se, como um dos fundamentos desta política, o papel positivo do trabalho, sobretudo como fator de superação da miséria social.

A idéia de operosidade e produtividade era lançada como fator indispensável para o progresso do País e, principalmente, como um meio de se acabar com a pobreza, já que esta antes vista como inevitável, agora adquirira o significado de perigosa.

Para o projeto governista, ser pobre não significava ser desocupado. Assim, o trabalho era dever de todos os cidadãos e, nesse sentido, a desocupação ganhava estatuto de crime contra o próprio Estado. Na Constituição de 1937, passou a se definir trabalho como um dever social, já que a falta de ocupação não só acarretava diferenças sociais, como também a cobiça e, conseqüentemente, prática de crimes.

Podemos perceber que o Governo Vargas procurava sobretudo organizar a sociedade dentro de novos padrões de vida, implantando uma política social. Para isso,

precisou transformar e criar diversos órgãos, a fim de levar a cabo este projeto de Nação. Na verdade, o regime autoritário vive sob a ameaça concreta de uma convulsão social sem precedentes. Uma grande contribuição das experiências governamentais fascistas da Alemanha e da Itália tornaram possível uma mudança brutal no modo como era pensada a gestão estatal. Buscou-se introduzir na administração do governo uma racionalidade técnica e burocrática. Como diria Foucault,

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça.(...)¹

Pretendia-se um Estado gestor da população. Para tanto, era fundamental o efetivo controle da mesma, sendo que caberia ao Estado o papel de disciplinador, principalmente daquela parcela que representava riscos à sociedade que se pretendia. Antigos costumes deveriam ser moralizados, as diferenças étnicas, raciais, sociais deveriam desaparecer a fim de criar um Brasil uno e, por sua vez, nacionalizado; pretendia-se assim, *uma Nação para todos*.

Procura-se neste contexto recuperar as teorias raciais, sobretudo moldá-las às necessidades do Estado e, de certo modo, superar o paradoxo presente na era do pessimismo racial da 1ª República, uma triste combinação de liberalismo e racismo. Dois grandes modelos teóricos explicativos equivalentes e, no entanto, contraditórios: *“o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo*

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder...*, op. cit.p.289.

*retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo, entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular”.*²

O Governo Vargas, sobretudo o Estado Novo, vieram modificar o cenário brasileiro. Sem modificar em muito o ideário racista, com auxílio de intelectuais importantes como Arthur Ramos e Gilberto Freyre, a Administração varguista construirá um novo modelo de Brasil centrado no mito da democracia racial e no homem cordial. Nele o que era visto como um problema tornava-se a solução para muitos países assolados por conflitos raciais. Um país mestiço, formado por três raças fundamentais, dava a um mundo conturbado pelo racismo, o modelo de convivência racial brasileiro.

Hoje sabemos que este modelo tão propalado baseia-se num projeto centrado na tolerância e no assimilacionismo. Pensava-se um Brasil para todos, desde que os diferentes, leia-se os não brancos, aderissem ao modelo civilizatório europeu, tão bem representado na obra de Monteiro Lobato. Um Brasil que constrói e descobre a diferença para melhor poder controlá-la.

De fato, o Estado Novo parecia ser um regime obcecado pelo controle. Buscava-se a gestão total da população através, entre outras, de instituições como, abrigos, hospícios, hospitais, etc. que surgem, ou são reorganizadas neste período, como uma avalanche que inunda a sociedade e busca retirar das ruas todos que não se adequassem a esta nova fase da vida brasileira. Nela a implementação de um efetivo regime penitenciário fazia sentido.

Com a implantação do Estado Novo, mais do que nunca os governos estaduais deveriam se enquadrar com a política nacional. É neste contexto que Nereu Ramos, em 1935 eleito governador constitucional do Estado, em 1937 nomeado

² SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças...* op. cit. p.14.

Interventor Federal, dá destaque ao seu plano de *assistência social*. Incumbido de levar adiante a construção da rede de instituições sociais em Santa Catarina, Nereu Ramos se torna símbolo de modernidade no provinciano Estado catarinense. Como já vimos, diversas foram as obras de cunho social que vieram modificar o cenário catarinense neste período, entre elas a construção do Abrigo de Menores, da Colônia de Alienados Santana, Colônia de Leprosos Santa Tereza e a efetivação da reforma da Penitenciária da Pedra Grande.

Quanto à reforma da Penitenciária, através de leitura dos documentos referentes ao funcionamento da Instituição no período, percebemos que o novo Diretor, Edelvito Campelo D'Araújo, a pedido do Governador do Estado, Nereu Ramos, elaborou um minucioso relatório referente aos poucos meses de sua administração e baseado em dados internos, também sobre o exercício do ano anterior (1935) a sua posse.

Os problemas apontados pela nova direção da Instituição eram muitos, e daí, principalmente, supomos ter apontado a necessidade e urgência de reformá-la.

No relatório apresentado ao Secretário do Interior e Justiça, pelo Diretor da Penitenciária Edelvito Campelo D'Araújo, referente ao exercício de 1935 e aos meses de Janeiro a Abril de 1936, procura-se expor a situação daquela instituição prisional.

O Diretor indicou, em diversos pontos do relatório, a precariedade da Penitenciária:

Desde a sua situação, encravada, por assim dizer numa grande pedreira lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que a isolem e proteja, provido de um numero pequeno de celas, com poucas e acanhadas salas, tendo logo a entrada a cozinha, possuindo somente quatro oficinas ainda por organizar, até o pessoal administrativo sem a devida técnica, tudo

faz da Penitenciária mais uma grande cadeia com os inconvenientes todos das grandes prisões.³

Como num apelo, o Diretor procura chamar a atenção dos superiores envolvidos com a questão penitenciária, afirmando que o regime penitenciário falha ali por completo, e mesmo o prédio sendo fruto de construção recente, encontra-se muito aquém das finalidades a que se propõe uma instituição penal.

Ligado ao projeto nacional, que procurava estabelecer uma ordem urbano-industrial e modernizar o País, Edelvito Campelo D'Araújo procura dar destaque à precariedade das oficinas que funcionavam em número de quatro e com grande deficiência, situadas em salas com pouco espaço e conseqüentemente mal aproveitadas, trabalhando nelas apenas 40 homens.

Os demais condenados, com exceção daqueles que trabalhavam na lavanderia, cozinha ou prestando serviços externos, num reduzido número, aliás, se encontravam sem nenhuma ocupação, entregues ao ócio e segundo o mesmo, *“com o pensamento vazio de idéias, quando não cheio das preocupações que somente a despreocupação cria, perdendo o pouco amor ao trabalho”*.⁴

Explicita em grande parte de seu relatório o problemático funcionamento das oficinas, que nem sempre davam o lucro desejado, muitas vezes ficando em prejuízo, apontando como causa principal de tal fato o mau aparelhamento das mesmas.

A alfaiataria só dispunha de duas máquinas de costura, sendo uma delas de sapateiro e contando com apenas cinco funcionários encarregados da confecção dos uniformes dos detentos. Na carpintaria, a situação era ainda pior, dispondo de um número pequeno de ferramentas. Esta não era capaz nem de construir os caixões

³ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, referente ao exercício de 1935.

⁴ Idem.

mortuários para os que vinham a falecer na Penitenciária, sendo os mesmos adquiridos fora e acarretando despesas ao Estado.

A oficina de encadernação, com todas as dificuldades, mesmo sem dispor de uma máquina de douração, ainda é a que melhor cumpre a sua função, prestando trabalhos principalmente para as repartições públicas.

A desorganização das oficinas e outros problemas que a instituição apresentava sugere que a idéia de um regime penitenciário, baseada na recuperação do preso através da disciplina, trabalho e educação, não havia até, aquele momento, seduzido grande parte dos dirigentes estaduais e funcionários públicos envolvidos na questão.

Até este período, a Penitenciária parece ter sido encarada como um grande depósito de indesejáveis. Em 1935, dos internos, eram cento e trinta e seis sentenciados, nove pronunciados, cinco moedeiros falsos, oito comunistas e três presos sem classificação. *“Muitos deles (vivendo) em comum, por salas, corredores e enfermarias, dormindo uns sobre velhos colchões, outros pelo chão, num atentado flagrante ao regimen.”*⁵

Num outro prédio, porém dentro do terreno da Penitenciária, ficava a cadeia, onde se encontravam 19 presidiários, segundo o Diretor, totalmente fora do regime, vivendo vigiados uns pelos outros.

Junto à instituição correcional funcionava o manicômio que o diretor intitulava *“Casa dos Enterrados Vivos”*⁶, pois as suas condições eram ainda piores do que a da Pedra Grande. Ali não havia nenhuma preocupação com a higiene ou com o tratamento, muito menos conforto. Para Edelvito Campelo D’Araújo, o louco tinha ali a

⁵APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, referente ao exercício de 1935.

⁶ Idem.

sua sala de morte. O hospício funcionava sem nenhuma condição, sendo que “(...) os dementes em piores estágios de suas doenças eram enviados para receber tratamento no Hospital de Azambuja e no Hospital Municipal de Joinville. Na mesma situação se encontravam os doentes de lepra, sem um estabelecimento devidamente adequado para lhes tratar.”⁷

Enfim, todo este painel apresentado pelo próprio Diretor precisaria ser modificado, a fim de que a penitenciária se tornasse uma verdadeira “*escola de regeneração, de forma a restituir à sociedade, quando livres, homens cujo presente seja uma garantia para o futuro, livres dos erros e defeitos que os arrastavam à prática do crime.*”⁸

Mesmo levando em consideração que o texto poderia tender a desqualificar as administrações anteriores, afinal era um relatório que igualmente deveria servir para avaliar o trabalho da direção atual da unidade prisional, é difícil não se deixar encantar pela figura de Edelvito Campelo D’Araújo e seu esforço para instaurar efetivamente na Pedra Grande o regime penitenciário.

Sua meta era pô-la em harmonia com os, então, novos preceitos da moderna ciência penal. Já que ele se considera um homem moderno e com grandes conhecimentos em Direito Penal, buscando centrar o cumprimento da pena com a efetiva restrição de liberdade, eficaz vigilância e sobretudo de acordo com os moldes de higienização e modernização.

A sorte estava lançada. Além de expor toda esta situação de precariedade e desestruturação da Penitenciária, o Diretor reafirmava a promessa do Governador do Estado de construir de imediato um novo pavilhão, com capacidade para 120 detentos,

⁷Idem.

⁸APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

ajudando, assim, em muito a Penitenciária e facilitando à direção impor um regime *diferente e melhor*.

Para ele, porém, não bastava o aumento na parte física da instituição. Caso não fosse possível uma reforma na parte técnico administrativa, ela continuaria a ser sempre uma grande, condenada e dispendiosa prisão, não cumprindo o seu verdadeiro papel de uma casa de regeneração de criminosos.

O primeiro passo a ser tomado, segundo o Diretor, antes mesmo de se iniciar a reforma, seria instruir os funcionários, ensinando-lhes a cuidar, observar e dirigir os reclusos, pois *“sem um corpo de funcionários pacientes, educados e delicados, ninguém conseguirá impor um regimen novo á Penitenciária”*.⁹

Entende, assim, o Diretor que, para a Penitenciária entrar na tão esperada fase de prosperidade e de eficácia que se almeja, é fundamental contar com o efetivo apoio, dedicação e qualificação do corpo de funcionários, pois conseguindo isso, segundo ele, já se terá alguma coisa de muito útil.

Sugere que também seja elaborado um novo regulamento, definindo melhor as atribuições e responsabilidade de cada funcionário, os deveres e direitos dos presidiários, determinando-lhes horário de trabalho, exercício, recreio e silêncio, dividindo o período da pena de acordo com os preceitos do Código Penal. Criar novas e melhores oficinas e sobretudo se edificar um pequeno hospital, a fim de atender aos presidiários que adoecem e são removidos para o Hospital de Caridade, acarretando enormes gastos ao Estado, colocando em risco o cumprimento da pena, além da inconveniência que representa o afastamento de um guarda apenas para vigilância do mesmo, sendo obrigado a passar noite e dia em vigília.

⁹Idem.

Todos estes relatórios eram confeccionados anualmente, onde o Diretor do período procurava expor o movimento da Penitenciária, reclamar e solicitar melhorias. Era o instrumento de comunicação mais importante entre a Direção e o Governo do Estado. Sobretudo eram apresentados e enviados em primeiro plano ao Secretário do Interior e Justiça, responsável pelas questões judiciárias do Estado.

Como principal via oficial de comunicação nada deveria escapar, sendo que o mesmo era confeccionado através de uma leitura e conseqüente interpretação que o Diretor fazia de pequenos relatórios, que eram pedidos e enviados pelas diferentes seções que compunham a Penitenciária naquele momento.

Os relatórios representavam também um instrumento de comunicação entre Direção e funcionários, muitas vezes eram aproveitados para finalidades diversas a estas, como, pedido de aumento de salário de alguns funcionários e diminuição de responsabilidades e tarefas de outros que se achavam sobrecarregados; criação de novos cargos; mudança na aquisição de produtos para o consumo da Penitenciária; alteração na forma de pagamento do pecúlio dos sentenciados; enfim, pude perceber que este era o meio mais *certo* de se conseguir alguma coisa que fosse respeito especificamente a cada seção. Tornando-se este um momento especial onde funcionários conseguiam ter voz através de suas reivindicações, como podemos evidenciar em parte deste relatório do chefe do almoxarifado:

Os vencimentos do Almoxarife marcados em lei, são de 350\$000 mensais, o que não se justifica, pois os almoxarifes de outras repartições, com menos responsabilidades percebem até 500\$000 mensais. Desde Dezembro de 1932 que venho pleiteando aumento de vencimentos ou equiparação aos outros almoxarifes.

Aliás, os Diretores que por esta repartição passaram, nos seus projetos de orçamento, pediram a equiparação do meu cargo, embora na época de elaborar o projeto de orçamento existissem apenas, como em 1932, cerca de 50 sentenciados.

Ora, se naquela época já era justa a minha pretensão, quanto mais atualmente, que existem cerca de 130 sentenciados. 30 presos aguardando julgamento e oito dementes que, sem dúvida, vieram aumentar o serviço.¹⁰

Em ofício enviado à Secretaria do Interior e Justiça, em 09 de novembro de 1936, o almoxarife sugeriu que o almoxarifado pudesse receber adiantada e bimensalmente do Tesouro do Estado a quantia necessária para a compra dos gêneros, utensílios e matéria prima, procurando evitar que tais produtos fossem comprados a crédito, o que vinha acarretar um sensível aumento nos preços, aumento este que decorria das despesas com emissão de duplicatas, selos de requerimento e demora no pagamento. *“Ouso insistir neste assunto por estar convicto de que as compras á vista nos trarão compensadores resultados, quer quanto ao preço, quer quanto à qualidade. Temos, aliás, experiência com a compra dos gêneros destinados ao sustento dos sentenciados, que é feita á dinheiro”*.¹¹

Lança ele aqui, neste momento, algumas questões referentes também aos valores destinados à compra dos produtos, mostrando através de fatos que a quantia repassada é insuficiente para o sustento de cada sentenciado e vigilante. Este valor era de (2\$000) dois mil réis, o mesmo que em 1930, quando da inauguração da Penitenciária, porém, contando com o aumento e carestia de todos os gêneros, segundo o almoxarife, a quantia já não vinha mais atender aquelas necessidades. Pedia, assim, que para o próximo ano (1937), essa diária fosse aumentada em (1\$000) mil réis.

¹⁰ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

¹¹ Idem.

II. II - Reforma à Vista

Em junho de 1936, foram iniciadas as obras na Penitenciária, com o compromisso de finalmente se instituir o efetivo regime penitenciário no Estado. Através de mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em julho de 1937, pelo Governador Nereu Ramos, podemos perceber que a Penitenciária começava a pequenos passos se adaptar a sua finalidade ou, como diria o próprio Governador elogiando o Diretor recém empossado, *“Graças a essa esforçada e inteligente direção, a Penitenciária já começou se adaptar á sua finalidade, nada obstante estarem ainda por concluir obras que o governo ali avisadamente empreendeu”*.¹²

É possível observar que não só o Governador lança elogios a profícua administração da Penitenciária. No relatório do exercício de 1936, o Secretário do Interior e Justiça salienta que a Instituição vem passando por uma completa remodelação, além do prédio que está sendo acrescido de um novo e grande pavilhão, a organização interna e administrativa também ingressa em nova fase, *“(...) moldada no que de mais moderno e avançado existe a cerca do regime penitenciário, em cujo estudo o seu dedicado Diretor, Dr. Edelvito Campelo D’Araujo, se vem especializando e de que já aparecem resultados práticos bastantes satisfatórios”*.¹³

Além de lançar elogios à nova administração, o então Secretário ressalta que a Penitenciária da Pedra Grande, nas proporções das possibilidades e exigências

¹² APESC. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em julho de 1937, pelo Governador Nereu Ramos.

¹³ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

imediatas, foi recebendo a assistência mais efetiva do “*governo social*”¹⁴ e lhe assegura meios de aumentar a sua eficiência e o âmbito de sua *influência moral*.

Pela direção da Penitenciária já haviam passado cinco diferentes diretores, o que representou sérios problemas à Instituição até aquele momento. Esperava, assim, o novo governo, com esta direção conseguir sanar problemas até então não resolvidos, pois a instabilidade e descontinuidade administrativa só vinham a acarretar mais problemas.

A Pedra Grande, finalmente, começava sofrer alterações visíveis. A direção logo adotou a divisão dos sentenciados em classes, obrigando-os ao cumprimento dos períodos da pena, impostos pelo novo Regulamento da Casa e pela legislação penal, alterando já o que considerava um quadro de diferenças e privilégios existentes antes entre os internos. Parece que o Diretor percebeu a existência de um certo sistema de privilégios de alguns detentos em detrimento de outros, ou seja, nas relações internas da Penitenciária, alguns sentenciados gozavam de muitas regalias, enquanto outros não tinham nem o que era de direito.

Este problema não dizia respeito apenas aos sentenciados. A questão era muito mais ampla, pois para a existência de tais relações internas era preciso uma certa abertura por parte dos funcionários da casa, que de alguma maneira acabavam se envolvendo com os presos, dando margem a tais ações. Ações estas que na visão da nova direção precisavam acabar, a fim de se implantar um efetivo regime penitenciário, baseado no Sistema Progressivo ou Irlandês, sendo obrigados os sentenciados a cumprirem todas as etapas do regime.

Ou, lido de outro modo, os funcionários, segundo a lei de criação da instituição foram remanejados de outras instituições prisionais, em verdade cadeias, e

¹⁴ Aqui o Secretário do Interior e Justiça se refere ao Governo de Nereu Ramos, como *Governo Social*.

certamente trouxeram para penitenciária suas experiências em lidar com sentenciados da Justiça. E, a se acreditar no relatório do Diretor, muito úteis a um período em que a unidade deveria ter-lhes parecido um grande cadeião.

Esta era uma nova preocupação por parte da direção, mudanças na forma de tratar o preso deveriam transformar este cenário. Tais ações sugerem que nas direções anteriores diferentes critérios eram utilizados no tratamento dos sentenciados e talvez quesitos como ter melhores condições econômicas, ser violento ou submisso interferiam diretamente no modo de tratar o apenado.

A Seção Penal, tendo a sua frente desde 29 de abril de 1936, o Sr. Nicolau Glavan de Oliveira, nomeado pela resolução nº 1.300, de 29 do mesmo mês e ano, em substituição do Sr. Antônio Padua Pereira, procurava na medida do possível, auxiliar a Direção na execução do “*novo programa de reorganização da Penitenciária*”¹⁵.

Para o chefe da Seção Penal, grandes reformas deveriam ser introduzidas ali, a fim de que a mesma pudesse de maneira conveniente preencher suas finalidades. Procurou-se dotá-la de pessoal, note-se, competente exigindo não só a identificação dos sentenciados, como, também o registro de suas faltas e merecimentos, buscando levar à direção do estabelecimento, “*um perfeito e rápido conhecimento da vida carcerária do detento*”.¹⁶

Fazia-se necessário ainda, para se obter melhores resultados nos serviços desta seção, segundo o seu chefe, de dois auxiliares de escrita, para desafogar e manter em dia a escrituração dos prontuários, fichas e demais dados referentes aos sentenciados, além de um gabinete de identificação, a fim de se evitar que a ficha datiloscópica do sentenciado fosse tirada no Gabinete de Identificação da Secretaria de

¹⁵ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

¹⁶ Idem.

Segurança Pública, para onde eram remetidos os presos após a sua internação, significando grande prejuízo para o serviço e disciplina do Estabelecimento.

Aqui podemos perceber que a prisão torna-se além de lugar de execução da pena, local de observação e produção de conhecimento sobre o apenado. Através de técnicas que buscam evidenciar seu comportamento, *suas recaídas e melhoras*, procurando aperfeiçoar a sutileza das técnicas correcionais, frutos de um poder calcado num saber técnico, gerido segundo o modelo hospitalar, busca-se sobretudo, pôr em prática um maior controle sobre o detento.

É nesse sentido que o Diretor da Penitenciária, ao que tudo indica, profundo conhecedor deste novo saber técnico calcado nas novas teorias penais, dá relativa importância à falta de um gabinete de identificação e antropológico, bem como de auxiliares práticos, que pudessem levar a um efetivo desempenho a Seção Penal que, segundo o mesmo, deveria executar os seus múltiplos e crescentes deveres e obrigações, lançando mais um apelo a fim de aparelhar esta seção o mais rápido possível, pois para ele, esta *“é o centro de apoio e equilíbrio que mantém e assegura a vida da Penitenciária”*.¹⁷

A importância que o Diretor dá à Seção Penal e às funções que a mesma deve desempenhar nos leva a perceber que era um adepto da *“Antropologia Criminal”*¹⁸, que esteve em alta entre os homens de Direito em princípios do século, sobretudo em meados das duas primeiras décadas, e que tinha como principais representantes, Lombroso, Garófalo e Ferri.

Para estes, o crime cometido não deveria ser o alvo principal, mas sim o criminoso, visto enquanto um fenômeno antropológico, era dividido e classificado de

¹⁷Idem.

¹⁸ Sobre a Antropologia Criminal, sugiro a leitura de SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças...*, op. cit. p.159.

acordo com três fatores: físicos, antropológicos e sociais. De acordo com esta escola se fazia extremamente necessário então a existência de salas e gabinetes onde se pudesse *conhecer* um pouco mais a respeito do apenado, já que as características físicas seriam fatores irrelevantes à sua regeneração.

Outro fator que o Diretor julgava ser de essencial importância era tornar o trabalho obrigatório para os sentenciados que já tivessem cumprido o que eles chamavam de primeiro período da pena, ou seja, até dois anos ou, um quarto da pena, procurando dar-lhes instrução prática e aumentando as reduzidas rendas das pequenas e desaparelhadas oficinas.

De acordo com Michel Foucault¹⁹, o trabalho é utilizado como uma das peças essenciais de transformação e socialização progressiva dos detentos. Adquire duplo sentido. Por um lado, visto como direito, já que através do mesmo o apenado pode ter uma fonte de renda, mesmo estando preso, e assim colaborar para o sustento da família e, por outro, como dever, já que nenhum apenado deve permanecer desocupado, uma vez que a desocupação leva o mesmo a ter maus pensamentos.

No caso específico da Penitenciária de Florianópolis, os presos ganhavam como fruto de seu trabalho um certo valor que era designado como pecúlio, o termo lembra o regime escravista, sendo uma parte depositada em caderneta de poupança no nome do sentenciado, para ser retirada quando o mesmo cumprisse sua pena, e a outra parte ajudava nas despesas pessoais que o mesmo tinha dentro da prisão. Porém, todos deveriam trabalhar, gozando de menor ou maior liberdade, esta era uma tarefa obrigatória a todos.

¹⁹ Foucault em seu obra *Vigiar e Punir*, faz uma discussão sobre o que ele chama de, “*as sete máximas universais da boa condição penitenciária*”, que são na verdade princípios que segundo ele regem as condições penitenciárias há quase 150 anos.

Acreditamos haver logrado algum resultado, não ainda satisfatório, porém já um pouco digno de nota, com a obrigatoriedade do trabalho oficial, de vez que tivemos, pela vez primeira, a renda da Penitenciária ultrapassando a receita orçada, dando-nos um *superavit* de mais de dois contos de réis, e a especialização de alguns detentos em ofícios que lhes eram de todo desconhecidos.

Com os sentenciados que se encontram no terceiro período da pena temos feito o nivelamento dos terrenos da Penitenciária, afim de aproveitá-los, em breve, n'um grande, bom e produtivo jardim.

Preocupamo-nos, também, com o pecúlio dos presos operários, fazendo recolher a Caixa Econômica Federal, nesta Capital, em cadernetas nominativas, as importâncias que constituem o pecúlio de reserva de cada detento. Nenhum sentenciado, ao assumirmos a direção da Penitenciária, possuía pecúlio(...).

Com o pecúlio disponível eles amparam as famílias necessitadas e adquirem fumo, selo para a correspondência e outras cousas permitidas pelo Regulamento, que outrora que lhes eram fornecidos pelo Estabelecimento.²⁰

Na construção do novo pavilhão da Penitenciária e em obras executadas pelo Estado nas proximidades do estabelecimento penal, diversos eram os sentenciados com os dois primeiros períodos da pena cumprida que já trabalhavam e recebiam diárias, segundo o Diretor, idênticas aos demais operários livres. Estas diárias eram divididas em duas partes iguais, uma ficava para o Estabelecimento, para contribuir nas despesas que o Estado tinha com o sustento de cada preso, eram denominadas pela direção como "*Economias da Administração*"²¹ e depositada em conta bancária. A outra parte (restante), pertencia ao detento e era dividida em duas partes iguais, constituindo-se uma no pecúlio de reserva e outra no pecúlio disponível.

Podemos constatar, porém, através do pequeno relatório do chefe do almoxarifado, que nem sempre conseguia-se pagar o pecúlio dos sentenciados operários da maneira que se esperava. Por força de uma autorização da Secretaria do Interior e Justiça, constante do ofício número 1958, de 24 de novembro de 1936, o pecúlio pago

²⁰ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande de 1936.

²¹ Idem.

aos detentos deveria ser deduzido ao produto carcerário, por não haver, ainda sido fixada verba apropriada para este fim.

Esta forma de pagamento, segundo o almoxarife, trazia grandes desvantagens ao Estabelecimento. Procurando explicar esta divergência, afirma que nem sempre se tinha disponível a importância correspondente ao pagamento integral dos pecúlios, pois o recebimento do valor dos produtos processados nas oficinas geralmente vinham com atraso, chegando às vezes a demorar muito tempo para que se conseguisse receber, principalmente quando o comprador era alguma repartição pública. Outro fato comum era ainda o pagamento feito diretamente ao Tesouro do Estado por meio de autorização, não restituindo este o valor do pecúlio do detento, o que ainda vinha a sacrificar bastante a renda das oficinas.

O trabalho do apenado, deste modo, contribuía para aumentar as rendas da Penitenciária que já começavam a se acumular. Através de um ligeiro balanço feito pelo almoxarife, referente à dívida ativa do Estabelecimento, o mesmo pode constatar a existência de um crédito de mais de doze contos de réis, correspondente aos exercícios anteriores. Para tentar sanar estes problemas referentes à economia do Estabelecimento, publicou no jornal A República,

(...) um convite a todos os devedores para saldarem, dentro de certo prazo, os seus débitos. Quanto a funcionários da Penitenciária e que se encontravam em débito para com esta repartição baixei portaria facultando o direito de liquidarem parceladamente as suas contas.

Logramos receber, somente, por conta desses débitos, até setembro, a quantia de seiscentos e oitenta e três mil e setecentos réis (683\$700).

Deverei enviar, em breve, ao Tesouro do Estado, para cobrança judicial, a relação dos devedores que ainda continuam em mora.²²

²²Idem.

Podemos perceber que a venda de produtos e serviços prestados pela Penitenciária começava a dar lucro, como também as economias feitas na aquisição de produtos para o consumo da Instituição através de licitações aumentavam os saldos da conta bancária da Penitenciária da Pedra Grande. Segundo o Diretor, assim se conseguiria satisfazer as necessidades urgentes que a Direção da casa verificava e para as quais não dispunha de verbas suficientes.

O Diretor indica *neste relatório*²³ algumas melhorias que já podiam ser evidenciadas, mesmo que a pequenos passos. Dá destaque para a Seção Médica, que se encontrava sob responsabilidade do Dr. Fernando Emilio Wendhausen, médico da Polícia Civil e diretor do gabinete de identificação da Secretaria de Segurança Pública. Esta Seção não estava devidamente equipada para surtir seus verdadeiros efeitos, porém para o Diretor, já passava a prestar mais eficiente auxílio à administração, com um melhor tratamento dos presos doentes e na escrituração das fichas antropológicas dos sentenciados.

O Gabinete Odontológico melhor aparelhado, porém não devidamente como se esperava, já começava a prestar seus serviços, "*cuidando com maior carinho da boca do detento*".²⁴ Aproveitou-se o saldo da verba dotada para o Gabinete Dentário, para adquirir regular quantidade de materiais, os de que mais se ressentia no momento. Faltava ainda, segundo o cirurgião dentista Ary Bittencourt Machado, responsável pelo gabinete dentário, um vulcanizador, para a instalação do gabinete protético, além de uma sala mais espaçosa e *decente*.

A Seção Industrial também havia entrado numa outra fase, segundo a direção, mais organizada e produtiva, tendo a sua frente como responsável o Sr. Agenor Marçal

²³ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande de 1936.

²⁴ Idem.

Cardoso. Esta seção era composta pelas diversas oficinas que a Penitenciária tinha, sendo os mestres das oficinas subordinados ao chefe da Seção Industrial.

As novas aquisições feitas para as oficinas vinham colaborar muito para esse melhor desempenho. Para a oficina de encadernação, consegue-se adquirir uma máquina de douração em três de julho de 1936, vindo esta a prestar bons e proveitosos serviços e concorrendo para aumentar bastante a renda da mesma. Observou-se este fato pela quantia de encomendas que lhe eram feitas, porém se precisava ainda de outras máquinas a fim de aumentar ainda mais o volume de pedidos. Lembrando que precisava-se, agora, de uma máquina de numerar e outra de cortar cantos, bem como de algumas fontes de tipos de vinhetas, a fim de melhor aparelhá-la.

A alfaiataria naquele momento produzia apenas para o consumo dos sentenciados. Bastante deficiente, encontrava-se sem a supervisão de um mestre, segundo o Chefe da seção industrial, “(...)entregue por conseguinte, á competência de sentenciados que mal conhecem o ofício e desaparelhada de máquinas, porém tem prestado relevantes serviços á Casa”.²⁵

Contudo, somente o fardamento da guarda interna era confeccionado fora do Estabelecimento. Esperava-se, entretanto, que logo contratando um mestre para dirigi-la e assim que a provesse de melhores máquinas de costura, estes últimos poderiam ali ser confeccionados, conseguindo-se assim proveitosa economia para a Penitenciária e para o próprio Estado.

O Chefe da Seção Industrial aproveita no seu relatório e lança algumas sugestões, como a de se fazer nos terrenos devolutos que a Penitenciária possuía uma lavoura, já que tais alimentos eram adquiridos no mercado e por preços às vezes

²⁵ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

elevados. Pretendia-se, assim, plantar nesta horta verduras, frutas e hortaliças, para o consumo diário.

É nosso propósito fazer-nos uma grande horta e um bom pomar que baste às necessidades da Casa, aproveitando para isso uma boa faixa de terra abandonada.

A pequena horta já existente será desprezada por se encontrar mal localizada. Para cuidar da horta, pomar e do jardim, bem como do aviário que projetamos, também, fazer, iremos precisar de um vigilante especial e pratico, que se encarregue também de instruir e fiscalizar os sentenciados, ensinando-lhes a cultivar a terra.²⁶

A escola já possuía freqüência de sessenta detentos, sendo dirigida pelo professor Aristeu Ruy Gouvêa Schieffler, aluno do curso de direito e que, segundo a direção, vinha prestando grande serviço com a alfabetização e educação moral dos sentenciados. Esta precisava ainda porém, devido ao progressivo aumento da população carcerária, de mais um professor. Também, para se constatar sua completa eficiência, as aulas a partir deste momento deveriam ser ministradas à noite, a fim de se evitar que os sentenciados fossem obrigados a abandonar os trabalhos das oficinas para comparecer à escola.

Algumas Seções, porém, encontravam-se ainda emperradas no cumprimento de seus efetivos deveres, não por falta de cuidados ou préstimo de seus chefes, mas sim, porque muito se havia ainda por fazer. O almoxarifado era uma das mais prejudicadas seções, com problemas de instalação e falta de funcionários. Achava-se o almoxarife chefe sobrecarregado de cargos e funções que lhe traziam cada vez mais responsabilidades, acumulando ao mesmo tempo diversas funções: comprador, pagador, cobrador, tesoureiro, escriturário e distribuidor de gêneros e utensílios ao

²⁶Idem.

Estabelecimento, segundo o próprio almoxarife, faltando muito ainda para o bom desempenho de suas múltiplas funções.

No relatório referente ao exercício de 1936, o almoxarife não conseguiu prestar suas contas devidamente com a direção, o que consistia em irregularidade, porém este fato levou a despertar maior atenção por parte da Direção, que havia de contratar pelo menos mais um funcionário para ocupar o cargo que deveria ser criado de auxiliar escriturário, diminuindo as funções acumuladas do almoxarife.

Outro problema que ainda não havia sido sanado e deixava muito a desejar era relativo ao corpo de vigilantes da Penitenciária, para o qual o Diretor sugeria, “(...) *uma orientação mais prática e útil, orientando-os continuamente no cumprimento dos deveres que lhes são atinentes. Estamos, porém, longe ainda da completa organização dessa guarda*”.²⁷

Pretendia-se, além de oferecer uma melhor orientação aos serviço de vigilância da Penitenciária, aumentar o número de guardas internos. De acordo com o crescimento da população carcerária, desejava-se criar um quadro de guardas aspirantes, suscetíveis de educação e treinamento especial, para o futuro desempenho dos deveres de vigilantes e, finalmente, criar o cargo de sub vigilante chefe, tentando ao máximo diminuir a carga de trabalho e responsabilidades do responsável pela vigilância do Estabelecimento e propiciando a este algum tempo destinado a descanso. já que o mesmo era obrigado a permanecer ininterruptamente no seu posto, sem gozar do direito de folga e repouso que os demais funcionários tinham. Sugere ainda o Diretor que sejam criadas duas ou três classes ou categorias de vigilantes, para que se efetue uma melhor distribuição dos serviços.

²⁷ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

Ao que parece, a reforma da Penitenciária não se deu de forma imediata muito menos tão rápida como esperava a direção. Segundo esta, inúmeras causas, desde a deficiência do pessoal até a superlotação do Estabelecimento, concorriam para dificultar bastante a reforma almejada.

As melhorias iam aos poucos aparecendo, pois não me parece fácil reformar-se um Estabelecimento Penal daquele porte, em tão curto espaço de tempo, diante de certas dificuldades e circunstâncias. As verbas como em qualquer obra pública, não eram concedidas com tanta facilidade. Enfrentando sempre uma certa burocracia, o Diretor tocava a reforma de acordo com suas possibilidades. Os materiais necessários, por exemplo, eram pedidos à Diretoria de Obras Públicas do Estado, porém nem sempre entregues na data prevista, o que geralmente vinha atrapalhar o andamento das obras; *“grande parte interna do Estabelecimento foi pintada e assejada, trabalho esse executado por sentenciados. Não conseguimos terminar a pintura de outras dependências em virtude dos materiais pedidos á Diretoria de Obras Públicas do Estado não terem chegado ainda”*.²⁸

Sobretudo, o que mais dificultava a efetivação da reforma eram as condições em que esta vinha sendo realizada. Para se obter um melhor resultado nas obras da construção do novo pavilhão, precisou-se demolir uma pequena ala da Penitenciária, onde antes funcionava a Seção Feminina; transferiram-se algumas dezenas de sentenciados. Os de melhor comportamento e que se encontravam no terceiro período da pena foram levados para três cadeias externas, instaladas em três casas situadas nos terrenos do Estabelecimento.

Os menores, que até o presente momento viviam no mesmo ambiente que os demais sem muita distinção de idade, como já pode ser evidenciado aqui no primeiro

²⁸Idem.

relatório do Diretor Edelvito Campelo D'Araujo, passaram a ocupar uma pequena área construída que servia de enfermaria para a Casa, procurando-se, assim, afastá-los ao máximo do contato com os demais sentenciados. Não obstante porém de enfermaria, sem um local adequado para o recolhimento e tratamento dos sentenciados doentes, os mesmos eram removidos para o Hospital de Caridade, o que veio a acarretar, segundo o Chefe da seção de medicina e o Diretor, muitos aborrecimentos e maiores prejuízos, perturbando bastante o regime penal, a disciplina da Casa e a própria vida do encarcerado.

Seguiam-se assim, uma série de improvisos a fim de melhor satisfazer as necessidades para se implantar o regime penal almejado. Não dispondo a Penitenciária de um local apropriado para as visitas dos presos, acabou-se aproveitando para tal função uma sala que servia de dormitório para os vigilantes e soldados do destacamento militar, localizada em uma outra casa situada no terreno da Penitenciária, ficando estes últimos acomodados numa sala nos fundos desta mesma casa.

Podemos evidenciar mais precisamente, através dos relatórios enviados pelos chefes das Seções que compunham a Penitenciária, que a situação ali não era ainda tão promissora quanto o Diretor procurava mostrar. Diversas eram as reclamações quanto ao efetivo aparelhamento dos setores; muitos eram os pedidos para se contratar mais funcionários, o espaço físico carecia de grandes obras afim de aumentar e melhorar as oficinas, enfim, havia muito por se fazer.

Na *Mensagem de 1938*²⁹, Nereu Ramos, então na figura de Interventor Federal do Estado, presta contas das realizações do seu Governo junto ao Presidente Getúlio Vargas. Afirma estar quase terminada a construção do novo pavilhão da Penitenciária da

²⁹ APESC. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Presidente da República, pelo Dr. Nerêu de Oliveira Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.

Pedra Grande, sendo o mesmo reconhecido como um dos melhores e mais modernos do País.

As obras do novo pavilhão foram projetadas pelo engenheiro Udo Deecke, que, juntamente com o Diretor Edelvito Campelo D'Araujo, se inspiraram no modelo do Estabelecimento de São Paulo, procurando atender todas as exigências técnicas da moderna ciência penal, levando a Penitenciária do Estado ficar naquele momento entre os três mais modernos estabelecimentos penais do País, só perdendo para o próprio Estado de São Paulo e Minas Gerais. Além da reforma na parte física do prédio, a reforma administrativa também já dava os primeiros sinais rumo à conclusão.

Novas reformas, porém, eram sugeridas pela direção. Desta vez deveriam ser efetuadas obras para melhorar e ampliar os antigos pavilhões penal e administrativo, já que os mesmos estavam quase condenados pela deficiência de espaço, pela impropriedade da construção que se encontrava ultrapassada e em contraste com o novo e moderno pavilhão. Desejava-se, na verdade, alterar completamente a antiga Instituição, a fim de tornar a Penitenciária da Pedra Grande um reformatório. Edelvito Campelo D'Araujo lança, assim, um aviso aos que se levantavam contra tais idéias:

Os que insurgem desatentos, contra as despesas de instalação e manutenção das penitenciárias, esquecem, por certo, que no reprimir o crime, no segregá-lo e no reformar o condenado, como curar-lhe os instintos e dar-lhe uma educação moral e profissional, reside um primordial dever que a tranquilidade e a prosperidade sociais impõem ao Estado e, mal atendem a que, em regra, o egresso da penitenciária é um novo fator de ordem moral e econômica a cooperar em benefício da coletividade.³⁰

³⁰ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1938.

Podemos perceber que o Diretor compreendia a situação da Penitenciária como um problema social e que cabia ao governo no papel de estadista e patriota, fornecer as condições necessárias para se resolver com eficiência estas questões, cabendo à direção fazer as devidas solicitações, assim como a administração do Estabelecimento.

A Direção da Penitenciária tinha grande preocupação não só em ampliar o número de celas, melhor equipar as oficinas, bem como oferecer melhores condições de vida para os internos, apostando alto em uma reforma e organização técnico e administrativa, que, segundo o Diretor, seria possível, “(...) *com o aumento e especialização do funcionalismo , criação de novas seções, permitindo um melhor e mais proveitoso estudo e tratamento do delinqüente e a racionalização do serviço*”.³¹ Demonstra o Diretor ter grande interesse não só com a penitenciária e com a situação carcerária, mas também com a implantação de uma máquina administrativa capaz de produzir informações sobre o crime e os instrumentos disponíveis de combate à criminalidade.

A reforma e ampliação da Penitenciária começa a ultrapassar as paredes da Instituição, tendo respaldo fora do Estado. Esta parecia agora mais uma questão de tempo para se concretizar. Em 1938 o local já contava com um efetivo desenvolvimento do serviço industrial através da reforma das antigas oficinas e instalação de novas, todas providas de modernas máquinas, concorrendo para uma melhor educação profissional do encarcerado, servindo também como meio de subsistência à sua família, bem como, para elevar a renda do Estabelecimento.

Em 27 de setembro de 1937, a Seção Penal foi extinta, criando-se em substituição a Sub-Diretoria, cuja direção foi entregue ao Dr. Rubens de Arruda Ramos,

³¹ Idem.

nomeado pela resolução nº 3.053, de 3 de janeiro de 1938, vindo este assumir o exercício no mesmo dia. A esta Seção foram entregues o cumprimento de múltiplas funções, ficando a seu cargo desde a manutenção da ordem, disciplina, vigilância do estabelecimento, estudo e classificação do condenado, controle de suas relações com a família e a divisão do trabalho de cada um.

Suas funções eram diversas, bem como a sua eficácia no desenvolvimento das mesmas eram de suma importância para o bom funcionamento do Estabelecimento. Por isso, vejo que a prática de qualquer *ato irregular*, ou pequenos deslizes cometidos pelo corpo funcional, poderiam acarretar sérios problemas à Instituição diante do sistema penal que se pretendia implantar, já que o mesmo era baseado na racionalidade e técnica da pena.

A racionalidade da pena é calcada em atos mínimos, que muitas vezes aos nossos olhos não parecem ser grandes ações, porém é através de tais atos, ou técnicas racionais que se busca um efetivo e melhor controle dos ali aprisionados, vigiados e condenados. Por menores que parecessem, todos os dados deveriam ser pensados, analisados e devidamente esquadrihados, para a vida prisional surtir um melhor efeito. Para nós, muitas vezes, tais atos parecem ser apenas pequenos detalhes, já para os criminalistas embasados na moderna ciência penal, o controle de mínimas ações significava obter um maior controle e utilização dos corpos, ou como diria Foucault:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea.³²

³² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, op. cit. p.120.

O internamento de condenados a quem restava menos de um ano da pena a cumprir era bastante comum em 1938³³ e significava para a direção um problema, chegando a ser percebido por esta quase como um entrave ao cumprimento do regime, uma vez que os mesmos perturbavam a ordem do estabelecimento e constituíam um pesado e improfícuo ônus para o Estado.

Temos aqui neste discurso dos dirigentes da Penitenciária diversas questões a serem discutidas, uma é referente à racionalidade das penas, problema muito abrangente por sinal, oscilando desde o campo da disciplina, até a eficácia da própria pena aplicada àqueles que cometiam pequenos atos infratores.

É possível evidenciar no discurso que acima procuramos descrever até que ponto os próprios dirigentes penais acreditavam na recuperação do sentenciado e no papel ressocializador da pena. Eles deixam transparecer que para o apenado esta situação não é nada proveitosa, uma vez que o mesmo é retirado do convívio social, retornando a sua vida como um miserável e excluído.

Naquele momento se encontrava a Penitenciária com um alto número de apenados que se encaixavam nesta realidade, deixando a Instituição lotada e impossibilitada de receber outros apenados que aguardavam por vagas para a sua transferência nas diversas cadeias públicas do Estado.

Esperava-se desafogar a Penitenciária que, em 1938 já contava com 211 sentenciados, não só com a regularização da situação acima referida, mas também através da transferência de parte dos 25 menores que ali se encontravam para o Abrigo de Menores, estabelecimento cuja inauguração era aguardada com muita ansiedade.

³³ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1938. Em 1938 o internamento de condenados que restavam a cumprir menos de um ano de prisão foi de 25% contra 4% em 1937.

Estes menores eram alojados em comum, separados dos adultos por exigência legal, porém segundo o Sub-Diretor,

(...) viviam a perturbar seriamente a disciplina da casa, com atritos diários e depredações contínuas. Já no adendo que, em 26 de março de 1938, fiz ao relatório do Sr. Chefe da extinta Secção Penal, salientei a inconveniência da reclusão desses menores, mostrando a impossibilidade da aplicação dos meios regenerativos indicados, como o do trabalho, em face da formal proibição de contatos com reclusos maiores. Para minorar os males dessa internação, tão logo foi possível, acabei com o dormitório em comum, localizando todos os menores de melhor conduta, livrados, por esse meio, da condenável ociosidade em que antigamente permaneciam. Para as seções de administração, foram ainda designados menores serventes. Essas regalias com que se premiou alguns, foi incentivo poderoso para o comportamento dos restantes. As faltas disciplinares que, ao início, se revestiam sempre de certo caráter grave, hoje, sobre muito espaçadas, salvante uma ou outra, não passam de artes próprias à idade dos internados.³⁴

Outro problema que ainda atrapalhava o efetivo desempenho desta Seção era o recolhimento de presos políticos à Instituição, uma vez que estes recebiam tratamento diferenciado dos demais apenados, gerando situações inconvenientes e quebrando a regularidade do regime. Investindo fortemente neste sentido, o Diretor expõe em seu relatório o seguinte apelo:

Permita-me V. Excia. que insista neste assunto, tão vital aos interesses da Penitenciária que tenho a honra de dirigir, transcrevendo o que disse a respeito, com bastante observação, o Dr. Sub-Diretor: "Patente a inconveniência de serem recebidos presos dessa natureza. A desigualdade de tratamento, que o preso comum observa e recebe como quebra regimental em favor de protegidos, vem dificultar fortemente a ação administrativa, acarretando prevenções para a direção e, sobretudo, para os vigilantes."³⁵

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

As 6 mulheres que cumpriam pena na Penitenciária da Pedra Grande em condições muito precárias e acarretando também sérios problemas à administração, foram transferidas para a cadeia pública da antiga comarca de São José, transformada em seção da Penitenciária através dos decreto-lei nº 162, de 12 de agosto de 1938. A partir deste momento na forma do artigo 3 do Decreto-lei citado, o Poder Executivo ficou autorizado a abrir crédito necessário para a adequação da nova Seção.

Existia naquele momento já uma grande preocupação com relação ao número de sentenciados poder ultrapassar o número de cubículos, ou seja, temia-se a superlotação penitenciária. Em 16 de dezembro de 1938 em *ofício interno*³⁶ enviado ao Diretor da Instituição, o Sub-Diretor Rubens de Arruda Ramos alerta para o pequeno número de cubículos ainda disponíveis, que não ultrapassava a dois, isto porque os sentenciados que neles deveriam estar se encontravam internados no manicômio. Das 211 celas que a Penitenciária possuía, 209 estavam ocupadas.

O Sub-Diretor faz um apelo aos Juizes das comarcas do interior do Estado, para que os mesmos não enviassem àquela Instituição presos com menos de 3 anos de pena a cumprir, pois muitos dos que para lá eram enviados ficavam por apenas alguns meses e em alguns casos, chegam a ficar algumas semanas.

II. III - Uma Nova Fase

A partir de 1938, contando com uma melhor organização, a Penitenciária começava a, além de se adequar às suas finalidades de prisão, também a concretizar

³⁶APESC. Ofício interno 9º volume- Maio/Dezembro de 1938.

uma antiga e desejada missão: ser uma Instituição autônoma, bastando-se a si mesma e desta forma diminuindo as despesas que representava ao Estado.

Com a quase completa organização e aparelhamento das oficinas, estas começavam finalmente a produzir não só para as necessidades da Casa, mas também para vender a outras instituições. O Governo do Estado baixa *dois decretos*³⁷; um reconhecendo as oficinas da Penitenciária e outro, determinando que as repartições públicas do Estado dessem preferência aos produtos manufaturados nas referidas oficinas.

Apesar de a Penitenciária começar a trabalhar num ritmo mais forte para dar conta de seus compromissos com algumas repartições que já adquiriam produtos (dela), não conseguia, porém, honrar o pagamento do pecúlio dos sentenciados que trabalhavam principalmente na Seção Penal. Alguns eram colocados em liberdade e saíam com as mãos abanando, pois não recebiam nenhum tostão daquilo que havia sido prometido pelos dirigentes da Instituição, justificando-se, estes últimos, a falta de pagamento ser devida ao não repasse de verba para efetuar o mesmo.

Os sentenciados Argemiro João Cardoso e Oswaldo Conceição são alguns dos nomes levantados pelo sub-diretor naquele momento para evidenciar a situação em nada agradável para os responsáveis pela seção. Entendia este que na falta de pagamento do pecúlio prometido, muito da credibilidade da Penitenciária era prejudicada, podendo os serviços por ela prestados serem fortemente abalados, já que estes serviços muitas vezes adquiriam o significado de troca de obrigações entre sentenciados e sub-diretoria: o sentenciado entrava com o serviço e a administração da Instituição arcava com o pagamento pelo referido trabalho “*prestado*” pelo apenado.

³⁷ APESC. Decreto-Lei nº 92, de 09 de Abril de 1938 e Decreto-Lei nº 573, de 08 de Outubro de 1938

Neste sentido o Sub-diretor dá destaque para tal fato, chamando a atenção do Diretor e solicitando que alguma atitude fosse tomada:

Com a paralisação dos pagamentos perde a Seção Penal, a atribuição principal da Sub-Diretoria pela qual sou o responsável, um dos motivos que melhor e mais eficientemente a auxiliam no árduo mister de reeducar e ressocializar, e vê margem aberta a que elementos ainda desgregados propaguem a desconfiança entre os companheiros de presidio. Com esta representação, que me manda a responsabilidade fazer, solicito as suas providencias junto a S. Excia., o Dr. Interventor Federal, no sentido de ser feita a necessária, dotação de credito ou permitindo uma movimentação de verba que venha, com urgência, por cobro á atual situação.³⁸

Podemos perceber que a partir de 1938 a Penitenciária começa a produzir dados numéricos e estatísticos, vindo a comprovar o tão desejado efetivo controle sobre a vida dos sentenciados. Vemos que neste momento a Penitenciária começava a concretizar uma de suas principais funções, como diria Michel Foucault,

Trata-se de qualquer maneira de fazer da prisão um local de constituição de um saber que deve servir de princípio regulador para o exercício da prática penitenciária. A prisão não tem só que conhecer a decisão dos juizes e aplicá-la em função dos regulamentos estabelecidos: ela tem que coletar permanentemente do detento um saber que permitirá transformar a medida penal em uma operação penitenciária; que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detento, útil para a sociedade.³⁹

A Penitenciária começava a montar uma espécie de arquivo contendo os mais diferentes dados a respeito do sentenciado e das circunstâncias que o levavam à

³⁸ APESC. Ofícios Internos-5º volume- 1937/1938.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, op. cit. p 210.

prática do crime, bem como faziam muitos paralelos tentando achar razões para a prática dos mesmos, como estes foram praticados; quando; onde; idade; profissão; município com maior números de detentos recolhidos; instrução; raça; situação econômica.

Dados que julgavam de alguma maneira influenciar a vida errante que o criminoso assumira também eram verificados, por exemplo, a influência da idade, do alcoolismo, da filiação ilegítima, da falta de trabalho, etc. Assim a Penitenciária aos poucos ia formando um banco de dados estatísticos a respeito dos sentenciados que ali entravam para cumprir suas penas.

Segundo a antropologia criminal, é preciso conhecer o detento para obter um melhor controle sobre o mesmo, lhe instruí-lo, regenerá-lo, e sobretudo mostrar à sociedade quem e como são os prisioneiros, suas características físicas e psíquicas. Procurava-se esquadrihar um fenótipo do criminoso, deixando em evidência o que poderia levar um homem a se tornar e ser considerado um infrator, um marginal.

Nos relatórios do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, a partir de 1938 é muito comum verificarmos a existência de extensas tabelas e muitos gráficos estatísticos que levantavam dados como esses. Ricos em detalhes, tais materiais na maioria das vezes são levados adiante nas mensagens e falas do Interventor e chegam, muitas vezes, a ser publicados nos jornais da Capital.

Em 1938, o Diretor divulgou em seu relatório que a profissão de lavrador era a que possuía o maior número de sentenciados, contabilizando 51,4 % dos presos, sendo 9,3% operários e 8,3% jornaleiros, ou seja, a maioria dos sentenciados eram pessoas que praticamente não tinham profissão muito definida e muitas vezes habituados aos trabalhos rudimentares da lavoura.

Daí, a dificuldade de se obter, senão com muito esforço e paciência, operários para as diversas e modernas oficinas. Não só a rusticidade dos trabalhos da vida anterior, dificulta a assimilação dos que lhes são ensinados agora, como ainda em muitos casos, a crença da inutilidade de novos conhecimentos para quem vai voltar ao antigo meio de vida(...) ⁴⁰

Os crimes mais praticados eram homicídio com 34,1 %; roubo 18,4 %; lesões corporais 12,6%; furto 10,9 % e violência carnal 9,2 %. Por instrução os presos estavam assim divididos; os sentenciados com instrução deficiente ou nula, respectivamente 54,6 % e 42 %, e apenas 2,9 % dizia possuir instrução regular, sendo que apenas um possuía nível superior.

Estes dados levavam o Diretor a algumas conclusões como, “*ser o crime uma consequência da educação, assistência e vigilância descuidadas*”⁴¹, já que o uso de armas e ferramentas de trabalho, estas últimas muitas vezes adquirindo o mesmo perigo que uma arma, era comum entre estes homens do interior sem nenhuma restrição e controle por parte das autoridades, possibilitando aos mesmos garantir seus direitos e interesses pela força e violência.

Alega o Diretor também que a venda de álcool nestes lugares sem nenhuma regulamentação, de forma barata e fácil, levava estes homens a se viciarem e debilitar diariamente o já depauperado organismo, e a lhe embrutecer a razão, nem sempre esclarecida, aumentando a violência e, conseqüentemente, a delinqüência, nestas regiões do Estado.

Naquele momento estavam recolhidos à Penitenciária, segundo os resumos numéricos apresentados pelo Sub-diretor, de acordo com a extensão da pena, em ordem

⁴⁰ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1938.

⁴¹ Idem.

decrecente, 10 condenados à pena máxima de 30 anos, 19 condenados a 20 anos de prisão, 38 condenados com penas que variavam entre 10 e 20 anos e 211 com penas inferiores a 10 anos, totalizando neste período 278 sentenciados contra 233 do ano anterior, 1937.

No ano seguinte, no relatório do Diretor referente ao exercício de 1939, os dados começam a se alterar. Quanto à profissão dos sentenciados os maiores percentuais eram verificados nas seguintes profissões, 52,9 % dos condenados eram lavradores; 6,5 % eram comerciantes; 4,7 % jornaleiros; 4,0 % militares e o restante dividido em outras diversas ocupações.

A Comarca da Capital foi quem obteve maior coeficiente de condenações, vindo em seguida Canoinhas, Araranguá, Tubarão, Campos Novos, Itajaí, Lages, Mafra, Tijucas e Biguaçu sendo, que esta última, era a única que não tinha até aquele momento condenados recolhidos à Penitenciária.

Neste período, observa-se uma forte preocupação por parte dos dirigentes estaduais quanto à profilaxia de doenças como a lepra, malária, tuberculose, varíola e sífilis. Na Penitenciária, a situação não era muito diferente, pois o sentenciado ao ingressar no estabelecimento logo era vacinado contra a varíola e submetido a exame de sangue para diagnosticar casos de sífilis, o que levava a Penitenciária obter um ótimo estado sanitário. Segundo os seus dirigentes, registrou-se apenas uma caso de óbito naquele ano, ocorrido no Hospital de Caridade, para onde havia sido transferido o condenado Ismael Leopoldo da Silva, portador de doença infecto-contagiosa.

A Penitenciária da Pedra Grande enfim se encontrava pronta, agora constituindo três pavimentos, com 211 celas, sete salas de oficinas, capela e escola. Sua construção foi toda feita de pedra e concreto, com serviços de luz e força, telefone e

sinais de alarme. Através destas fotos podemos perceber alguns dos novos aspectos da casa correcional.



Figura-1 - Vista lateral da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

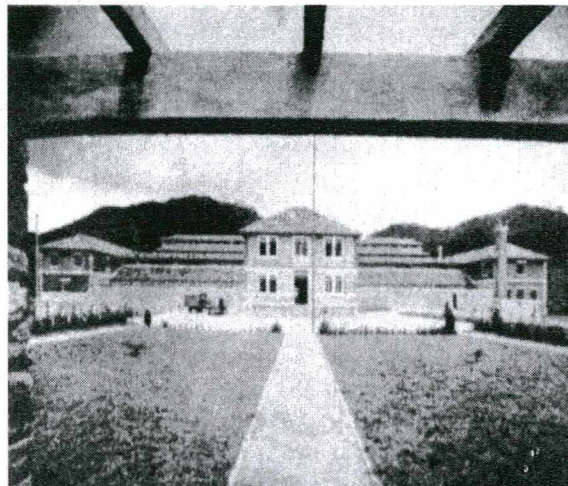


Figura-2 – Vista parte frontal da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

As duas fotos anteriores têm como foco principal, respectivamente, a parte lateral de um dos pavilhões, hoje ao lado da *casa de exposição do detento*⁴², e, a parte frontal da Penitenciária, hoje localizada de frente para o Centro Integrado de Cultura – CIC.

Estas fotos como outras que aparecem no decorrer deste capítulo, foram reproduzidas de um pequeno livro publicado pela Imprensa Oficial do Estado, no qual o Governo procura mostrar para a sociedade o novo regime penitenciário no Estado implementado através da efetiva reforma da Penitenciária. Tais fotos procuram mostrar

⁴² Esta casa do detento, funciona ao lado da Penitenciária e expõe os produtos que ainda são produzidos por alguns dos sentenciados que lá se encontram.

não só a construção do novo pavilhão, como também a reforma que mudou o aspecto dos antigos pavilhões.

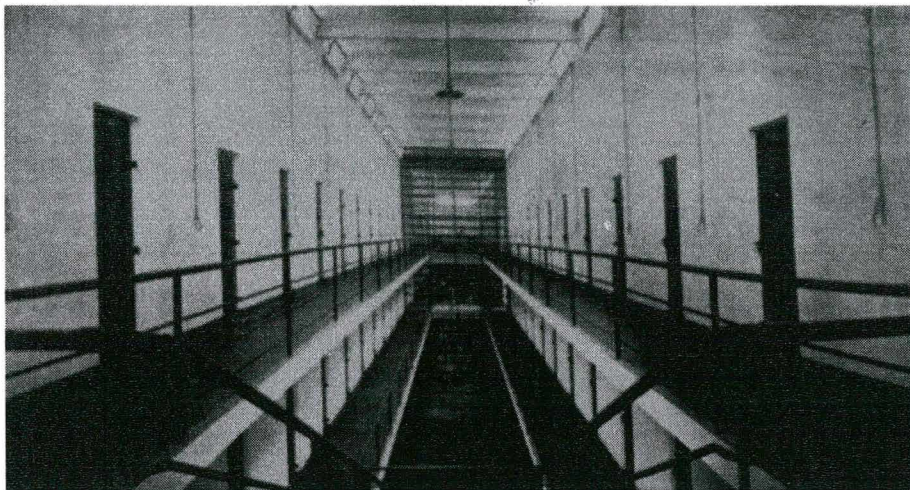


Figura-3 – Vista interior do novo pavilhão da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Instalou-se também, num dos antigos pavilhões, uma cozinha a óleo cru, com caldeirões em aço inoxidável e com capacidade para mais de 250 pessoas. Esta foi importada por intermédio da firma F. R. Moreira & Cia na ocasião em que o Diretor Edelvito Campelo D'Araujo foi a São Paulo, onde se encontrava instalada uma das filiais de tal empresa. Nesta eram produzidas as diversas refeições dos sentenciados, bem como a dos funcionários, contando, para a efetivação de tais serviços, com alguns presos considerados de melhor comportamento e outros que se achavam no período final da pena, já que nesta havia instrumentos que representavam um risco à segurança do Estabelecimento, como facas e demais objetos pontiagudos e cortantes.



Figura – 4 – Cozinha da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado - 1940

Podemos visualizar nesta foto diversos homens trabalhando, aparentemente numa grande e espaçosa sala, todos devidamente uniformizados com aventais e com as cabeças cobertas a fim de contribuir com a higiene do Estabelecimento. Podemos perceber que houve preocupação com a iluminação e ventilação do local.

Em pavilhão especial, construído durante a reforma, colocou-se uma lavanderia a vapor de alta pressão, adquirida também por intermédio da firma F. R. Moreira & Cia. A princípio, lavava-se apenas para a própria Penitenciária, mas logo se iria ultrapassar estes limites e começar a lavar para demais instituições, como o Abrigo de Menores, trazendo significativos lucros para a Instituição. A instalação da lavanderia e da cozinha foram facilitadas pela isenção de impostos conseguida pelo Governo da República e custaram aos cofres estaduais a quantia de 191: 530\$100.

Como podemos observar na próxima figura, outra oficina que procurou modernizar-se foi a sapataria, com a aquisição de dez máquinas movidas a eletricidade, material que teve também um elevado custo, equivalente a 67: 341\$000.

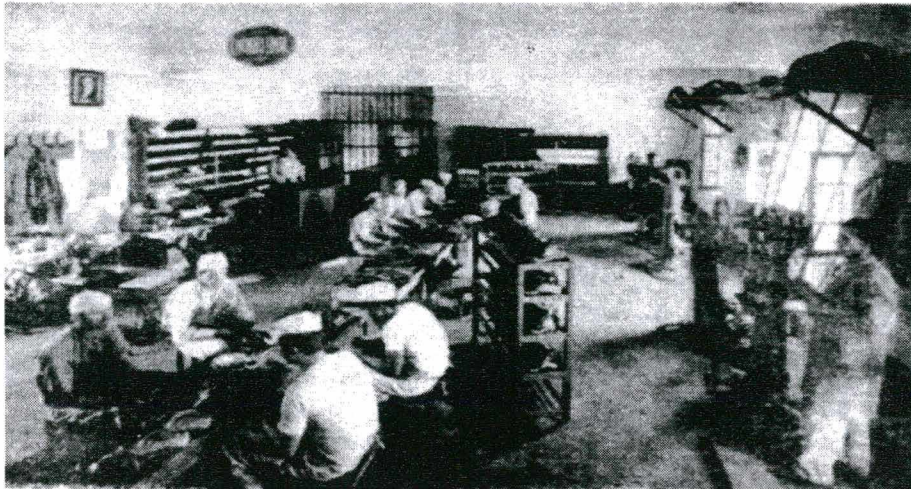


Figura – 5 – Sapataria da Penitenciária
 Fonte: Imprensa Oficial do Estado - 1940

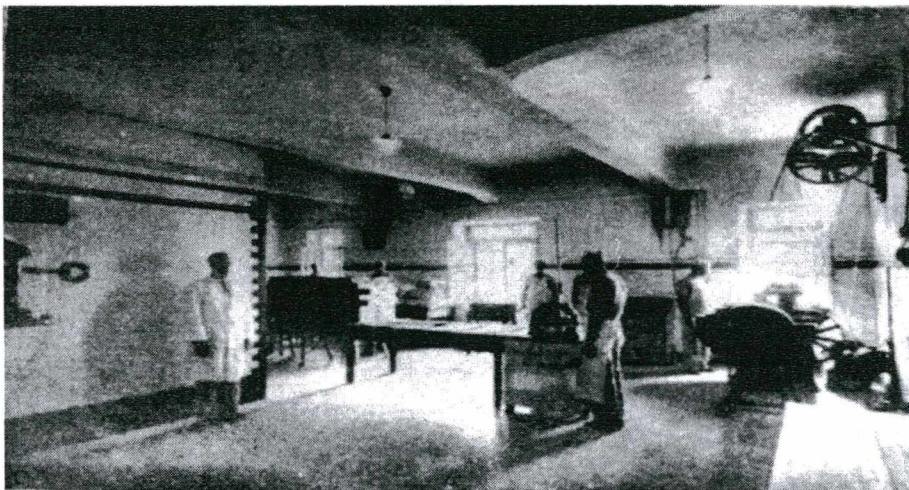
A sapataria, porém, segundo o relatório de 1939⁴³, não pôde funcionar regularmente, devido à falta de matéria prima e de pessoal especializado para trabalhar e desenvolver com habilidade tais serviços que exigiam uma certa prática e conhecimento. Ali, necessitava-se, sobretudo, de uma pessoa especializada para dirigi-la. Tal pessoa deveria ser procurada fora do Estado uma vez que a indústria de calçados em Santa Catarina se encontrava pouco desenvolvida até aquele momento.

Esta tarefa era de grande dificuldade, uma vez que os vencimentos fixados em lei estavam longe de se igualar aos que eram normalmente pagos pelas fábricas em geral, o que vinha quase tornar impossível a procura e escolha desta pessoa, porém o sub-Diretor procurava dar destaque para tal assunto, demonstrando uma certa urgência em resolvê-lo, pois o fornecimento de calçados às repartições públicas estaduais, destacadamente à Força Policial, se encontravam, assim, comprometidos. Sem se falar que se deixava de gerar razoáveis lucros à Instituição que, naquele momento, seriam de

⁴³ APESC. Relatório do Sub-Diretor Rubens de Arruda Ramos, enviado ao Diretor Edelvito Campelo D'Araujo e incluído no relatório equivalente ao exercício da Penitenciária no ano de 1939.

76:349\$860, ou seja, segundo Sub-Diretor mais de 44 %, podendo aumentar ainda mais por ocasião da contratação de tal pessoa e com a venda dos produtos em estoque.

A carpintaria, por se encontrar deficiente e antiga também foi acrescida de novas máquinas e mais materiais. Esta reforma melhorou muito o aspecto da oficina e contribuiu para seu melhor e mais eficiente desempenho, como podemos observar na imagem abaixo.



Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Figura – 6 - Carpintaria da Penitenciária

Diversas foram as melhorias nas 9 oficinas que a Penitenciária possuía, quase todas foram devidamente equipadas. Melhorou-se a oficina de encadernação, agora dotada de uma máquina para dourar que tanto era solicitada pelo chefe daquela oficina. Esta também era importada e custou 22:844\$800. A alfaiataria também foi ampliada e melhorada com a instalação de diversas máquinas, o que aumentou em muito a sua capacidade de produção. Não dispomos infelizmente de fotos que possam mostrar melhor estas oficinas.

Na foto abaixo, podemos visualizar a oficina de móveis de vime. Aí eram produzidos os mais variados móveis, cadeiras, estantes, cômodas, cestos, baús. Enfim, tudo aquilo que se encomendava, a oficina produzia.

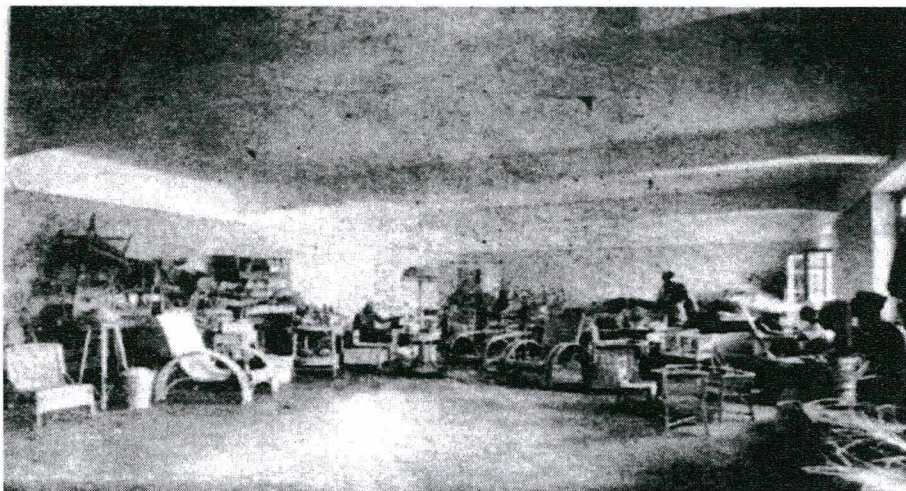


Figura – 7 – Oficina Vime da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Desenvolvia-se de maneira satisfatória e compensadora a Seção Industrial, mesmo que ainda lhe faltassem alguns reajustamentos, segundo Sub-Diretor, “*naturais à primeira fase de organização de seus serviços*”.⁴⁴ Confiada a sua gerência ao Senhor João Medeiros, as nove oficinas apresentavam naquele ano satisfatórios resultados, de acordo com os anseios da administração.

A produção e renda das oficinas, inclusive os serviços de horticultura que ali também foram empreendidos, triplicaram no ano de 1939, atingindo a importância de 246:735\$410 e esta a de 211:183\$700, contra 92:344\$380 e 73:172\$100, respectivamente no exercício de 1938.

⁴⁴APESC. Relatório do Sub-Diretor Rubens de Arruda Ramos, enviado ao Diretor Edelvito Campelo D’Araujo e incluído no relatório equivalente ao exercício da Penitenciária no ano de 1939.

Faziam parte ainda desta Seção uma colchoaria, que produzia colchões para a Penitenciária. Estes eram destinados às celas dos sentenciados e para o alojamentos do destacamento militar. Podemos observar na foto a seguir parte da oficina e os responsáveis pela confecção dos mesmos.

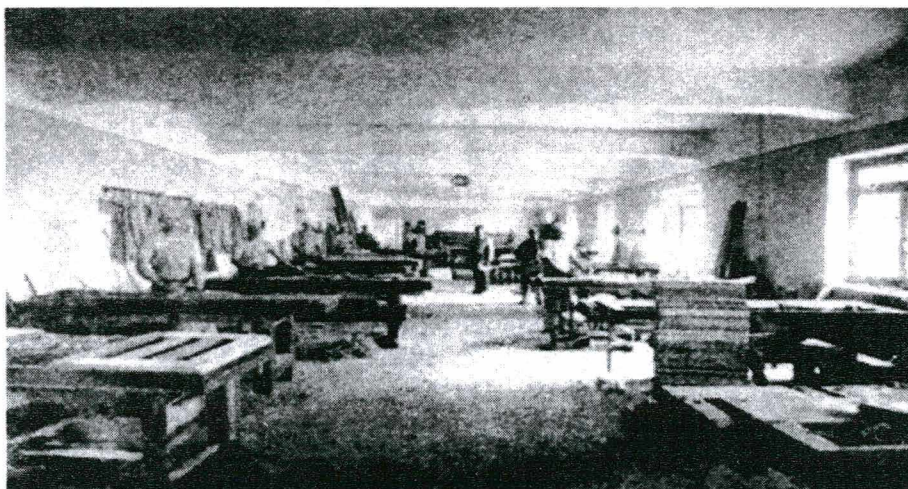


Figura – 8 – Colchoaria da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Por último, podemos visualizar a oficina de vassouras feitas de palha que, como os demais trabalhos desenvolvidos nas diversas oficinas da Instituição, eram confeccionadas pelos sentenciados sob a supervisão e orientação do chefe da respectiva oficina. Esta oficina, como a sapataria, também encontrava ainda dificuldades para funcionar com força total a fim de atender aos pedidos, pois geralmente faltava matéria-prima para a confecção e acabamento das vassouras.

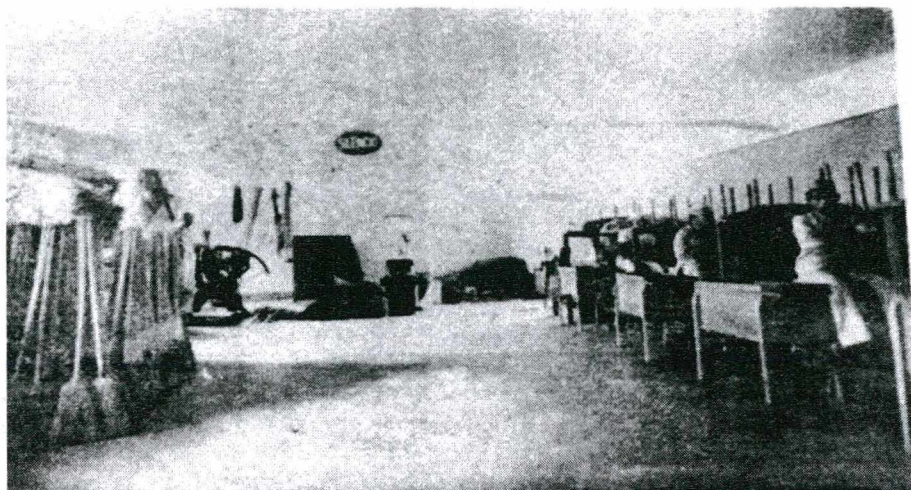


Figura – 9 – Vassouraria da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Sendo um total de nove oficinas, na sua maioria grandes e bastante movimentadas, muitas requerendo conhecimentos especializados, que só podiam ser adquiridos com experiência, tornava-se um árduo serviço a sua gerência, a devida aquisição de matéria-prima para suprir a necessidade de todas as oficinas e a venda de todos os produtos manufaturados, o que vinha avultar em muito, segundo o Diretor, a responsabilidade e os encargos desta Seção .

O Sub-Diretor sugeriu que fosse a verba destinada para a aquisição de matéria-prima depositada em um banco à disposição da Penitenciária, ficando o Tesouro do Estado com plenos poderes de fiscalização. Esta assim disposta, viria a facilitar a compra de matéria-prima que, por ocasião da baixa de preços naquele período, levava a adquirir-se uma boa quantidade do material oferecido. O sistema de recebimento da verba para estas compras, em duodécimo, embora resolvesse em parte a aquisição da matéria, não facilitava, no entanto, fazer-se uma grande compra na ocasião da baixa de tais artigos.

A Seção Industrial era responsável até certo ponto pela autonomia econômica da Instituição, uma vez que o dinheiro recebido pela venda dos produtos e serviços

prestados eram empregados no próprio estabelecimento, livrando em grande parte da dependência direta do Governo e de verbas adquiridas através deste.

Os investimentos na Penitenciária da Pedra Grande não pararam por aí. Em mensagem do Interventor Nereu Ramos⁴⁵, pude constatar a aquisição de um ônibus por 21:725\$000 e um caminhão por 18:850\$000, além de um terreno que se encontrava anexo à Penitenciária e segundo este, “*indispensável ao serviço, com área de 155.394m, pela quantia equivalente a 18:000\$000*”.⁴⁶

Em 1940 adquiriu-se a menos de quatro quilômetros da Penitenciária, uma área de terras onde se instalou a seção agrícola, com o intuito de completar a reeducação dos que deviam retornar ao ambiente rural de origem, ministrando-lhes modernos conhecimentos agrícolas, como reforça o Sub-Diretor :

A alta percentagem de lavradores bem demonstra a necessidade de manter a Penitenciária uma parte agrícola, felizmente já em realização. Nessa Seção, ao lado de cumprir a pena dentro do preceito legal, terá o preso lavrador além da oportunidade de adquirir ensinamentos que lhes serão úteis quando retornar á sua vida primitiva, a de se fazer difusor no seu meio dos processos agrícolas aprendidos.⁴⁷

Sintonizado com a modernidade, o Diretor, em sua fala, deixa bem claro qual sua visão com relação à vida no interior, considerada por ele primitiva. Em contrapartida, mesmo que dentro da Penitenciária, a vida na cidade, era moderna e civilizada. Procura, sobretudo através de seu discurso, dar destaque às modernas técnicas correcionais que foram implantadas na nova Instituição.

⁴⁵ Relatório apresentado em Outubro de 1938 ao Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1939.

Demais Seções também tiveram finalmente a reforma e o aparelhamento concluídos, como gabinete de identificação que foi equipado com modernos aparelhos, desempenhando as suas funções com regularidade, identificando fotográfica e datiloscopicamente todos os sentenciados, mantendo, de acordo com o Decreto nº 568, de 6 de outubro de 1938, regular intercâmbio com o Instituto de Identificação e Médico Legal da Secretaria de Segurança Pública, na pesquisa de antecedentes dos penitenciários. A foto abaixo ajuda-nos a ter uma melhor visualização do mesmo.

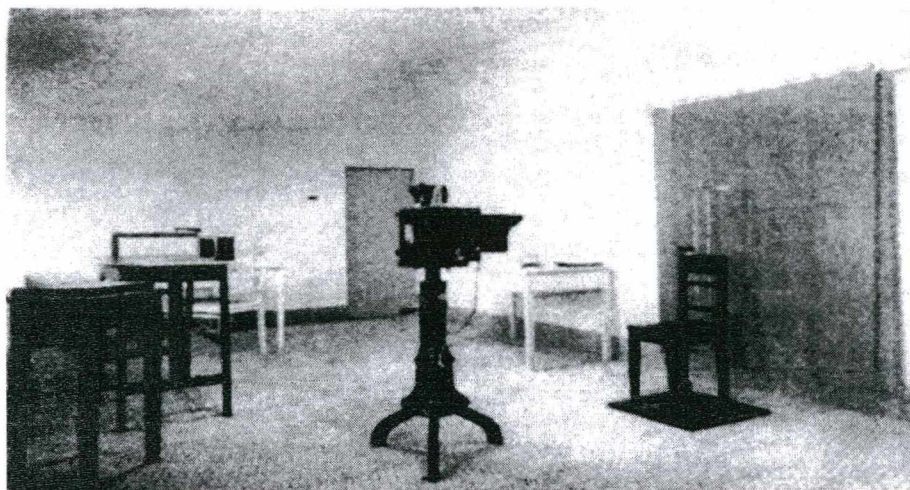


Figura – 10 – Gabinete de Identificação da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

A Seção de Medicina e Criminologia realizava suas funções de acordo com as exigências penais, efetuava exames de sangue para diagnóstico da sífilis na maioria dos sentenciados que lá davam entrada, verificando-se no ano de 1939, 56 reações de Wassermann positivas sobre 214 exames realizados, número alarmante para época, quando o percentual de sentenciados internados portadores da doença chegava a 26,1 % do total da população carcerária.

Segundo o chefe desta Seção, o estado sanitário da Penitenciária era naquele momento ótimo, sem maiores problemas, contando naquele ano com apenas um óbito e sem outras alterações graves. Possuía também esta Seção uma grande farmácia, contendo todos os medicamentos e aparatos médicos que fossem necessários ao médico chefe para desenvolver com eficácia seus trabalhos e um gabinete dentário, agora bem mais equipado.

Podemos observar através da foto a seguir, como se encontrava aparelhado o gabinete médico.

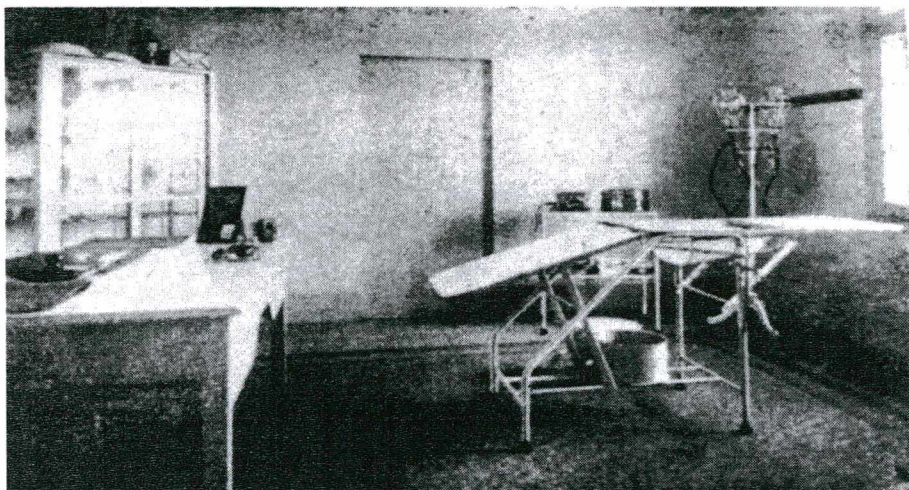


Figura – 11 – Gabinete Médico da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Abaixo trazemos uma foto para ilustrar como ficaram as celas localizadas no novo pavilhão. É possível perceber (através desta) que as mesmas continuavam aparentemente pequenas, contrariando o que relata o Interventor Nereu Ramos, em sua mensagem ao Presidente da República. Possuía cantos arredondados, a fim de se obter uma melhor fiscalização. Procurou-se, dentro do possível, lhe dar um pouco mais de conforto e sobretudo zelar pela higiene, sendo estas inteiramente assoalhadas, tendo o serviço sanitário isolado, dentro de um pequeno quarto ao fundo da cela.

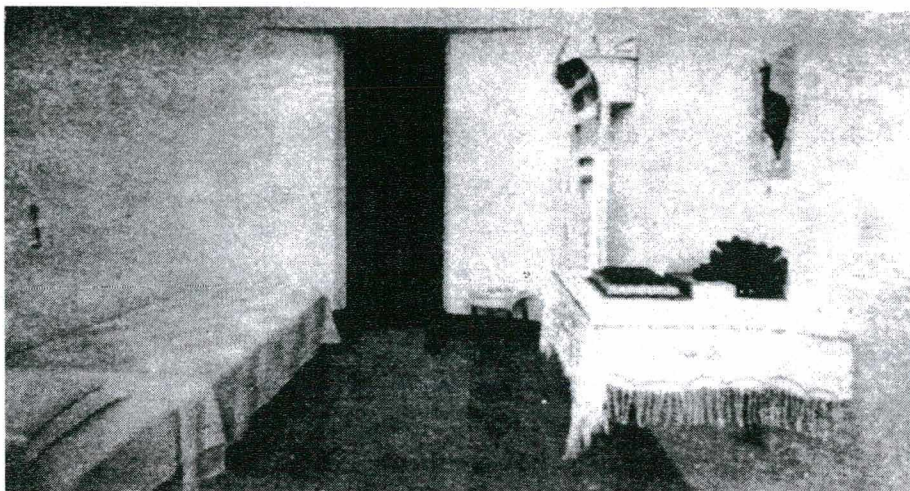


Figura – 12 – Interior Cela da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

A escola foi ampliada e devidamente mobiliada, oferecendo melhores condições ao apenado que ali pretendia adquirir novos ensinamentos, sendo considerado assunto de grande importância pelos criminalistas, um primoroso elemento basilar da reforma do delinqüente. Até então esta era precária e quase nula naquele Estabelecimento. Com muitas dificuldades, procurava-se ensinar dentro das condições existentes algo de bom aos sentenciados, já que segundo o Sub-Diretor, *“a instrução do condenado interessa, sem dúvida, mais à sua regeneração, que ao ensino em geral”*.⁴⁸

A seguir temos a foto da então nova escola da Penitenciária, completamente mobiliada, representando um cenário novo ,bem distante do quadro descrito anteriormente.

⁴⁸APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, referente ao exercício de 1938.

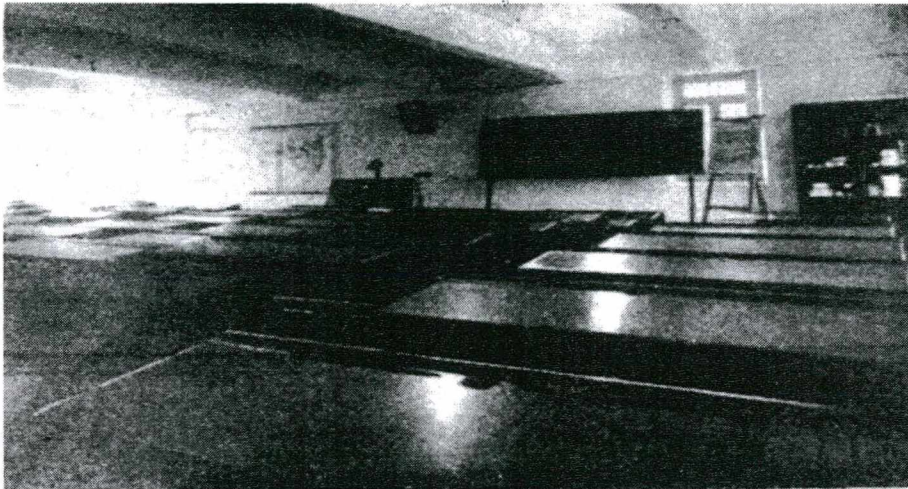


Figura – 13 – Escola da Penitenciária
Fonte: Imprensa Oficial do Estado – 1940

Na mensagem de Nereu Ramos, apresentada ao Presidente da República em 1939, ele reserva um grande e destacado espaço em sua fala, ressaltando as grandes transformações que a Penitenciária do Estado sofreu, não só na parte física, como também na parte técnica e administrativa. O documento lembrava como era anteriormente a situação penitenciária no Estado, criticando por vezes o poder judiciário, que muitas vezes vinha de encontro com situações que só atrapalhavam a implementação de um efetivo regime penitenciário, como no caso já relatado em que presos eram enviados a cumprir penas com menos de um ano de duração.

Essa sábia orientação que desde muito vem seguindo a mais adiantada unidade da República, despegada do rigorismo verbal de certos preceitos da nossa legislação penal. Essa orientação que temos a seguir, quando não por argumentos de razão jurídica, por motivo de ordem material irremovível, qual a limitada capacidade do nosso único estabelecimento pena.⁴⁹

⁴⁹ Idem.

Com grande estilo, a 11 de março de 1940 se dá finalmente a inauguração das obras efetuadas na Penitenciária da Pedra Grande, contando com a presença do Presidente da República, Getúlio Vargas que segundo o Diretor Edelvito Campelo D'Araújo, *“não se escusou o Presidente Vargas, nem se furtam quantos nos visitam, em proclamar a excelencia do nosso estabelecimento correccional, considerado um dos melhores do Brasil pelo sentido humano e técnico da sua organização e aparelhamento”*.⁵⁰

Complementa ainda o Diretor dizendo que outra preocupação não norteou a quantos se consagraram à reforma e ampliação da Penitenciária, senão a de obter *“o máximo de defesa social com o mínimo de sofrimento individual, segundo a concentração de Guyau”*.⁵¹

Fizeram parte das atividades festivas de inauguração uma série de eventos no decorrer do ano de 1940, como a participação das oficinas da Penitenciária na Feira de Amostras do Estado de Santa Catarina, que fora realizada no Lira Tênis Clube, em março daquele ano. A Instituição concorreu, expondo todos os produtos fabricados nas suas oficinas, bem como gráficos da sua organização administrativa. Dos produtos expostos, foram premiados com um grande prêmio e medalha de ouro os móveis e vassouras ali produzidos.

Comemorou-se também o primeiro decênio da inauguração da Penitenciária, em 1930. Para esta o Governo publicou um álbum⁵² com completa exposição escrita e fotográfica de todos os serviços e melhoramentos do estabelecimento nestes dez anos de

⁵⁰ Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940.

⁵¹ Idem.

⁵² Penitenciária Estadual da Pedra Grande. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1940. Aqui em Florianópolis temos duas cópias deste álbum, que se encontram no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado, ao qual fiz uso de suas imagens

sua existência, sendo distribuído às autoridades do Estado de Santa Catarina e de outros Estados do Brasil.

Representando o Interventor Federal Nereu Ramos, participou o Diretor da Pedra Grande da 1ª Conferência Penitenciária, realizada no Distrito Federal, em outubro daquele ano, sendo o convite feito através de proposta do representante do Rio Grande do Sul, Alcêu Barbedo. Nesta foi aprovado em plenário um voto de louvor ao Governo de Santa Catarina pelas suas admiráveis realizações no setor penitenciário.

Em Florianópolis, a partir de 1940 podemos observar a concretização de uma série de empreendimentos feitos pelo Governo do Estado no Setor social, criando-se uma rede de instituições que viriam mudar a cara da Capital. Além da inauguração do novo pavilhão da Penitenciária e suas devidas reformas, foi oficialmente inaugurado, em janeiro de 1940, o Abrigo de Menores, em prédio próprio de dois pavimentos, como podemos observar na foto a seguir.

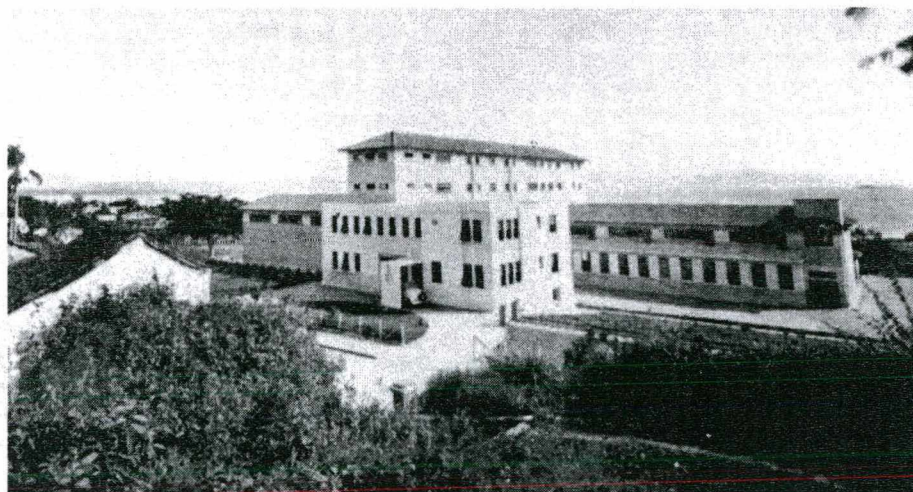


Figura – 14 – Abrigo de Menores
Fonte: Mensagem do Governo do Estado 1938

Estava este estabelecimento a cargo da Congregação dos Maristas e encontrava-se na direção do mesmo o Irmão Ricardo, destacado educador. Diante do regime imposto no Brasil e de acordo com a nacionalização do ensino pregado a risca por Getúlio Vargas e aqui em Santa Catarina por Nereu Ramos, tinha-se uma grande preocupação em admitir para lá trabalharem apenas brasileiros. Em 1941 era clara a intenção do Governo do Estado de ampliar a capacidade do Abrigo, para comportar cerca de trezentos menores e deste modo melhor atender o interior do Estado.

Em Agosto de 1938 foi lançada a pedra fundamental da Colônia de Psicopatas, no lugar Santana, localizado no município de São José, situada a cerca de 20 quilômetros de Florianópolis, ocupando uma área de 7.333.830 m. Em 1939 os cinco pavilhões que constituíam a primeira etapa do plano de construções já se encontravam, segundo Governador, “*em fase de acabamento*”.⁵³ Deu-se a sua inauguração em 1942, e seu aspecto ficou como podemos evidenciar.



Figura – 15 – Colônia Psicopatas
Fonte: Mensagem do Governo do Estado 1938

⁵³APESC. Relatório apresentado em Outubro de 1939 ao Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos.

Sob a direção do Dr. Agripa de Castro Faria, a Colônia Santana contava com cinco pavilhões para ambos os sexos, com instalações modernas de raio X, laboratório, gabinete dentário, gabinete médico. Construída com recursos exclusivos provenientes do Estado, teve um custo de cr\$ 2.862.434,860. Ali Foram recolhidos os doentes dos hospícios de Brusque e Joinvile, que não mais funcionaram, dando entrada no estabelecimento 173 homens e 136 mulheres, totalizando o número de 309 dementes; sendo dos homens 165 adultos e 8 crianças, das mulheres, 124 adultas e 12 crianças.

A colônia destinada aos leprosos também já atendia as necessidades dos mesmos, sediada em grande área, constituía uma verdadeira cidade, possuindo tudo que os doentes da lepra precisassem para viver no isolamento do restante da sociedade. Abaixo podemos ter uma vista parcial desta pequena cidade.

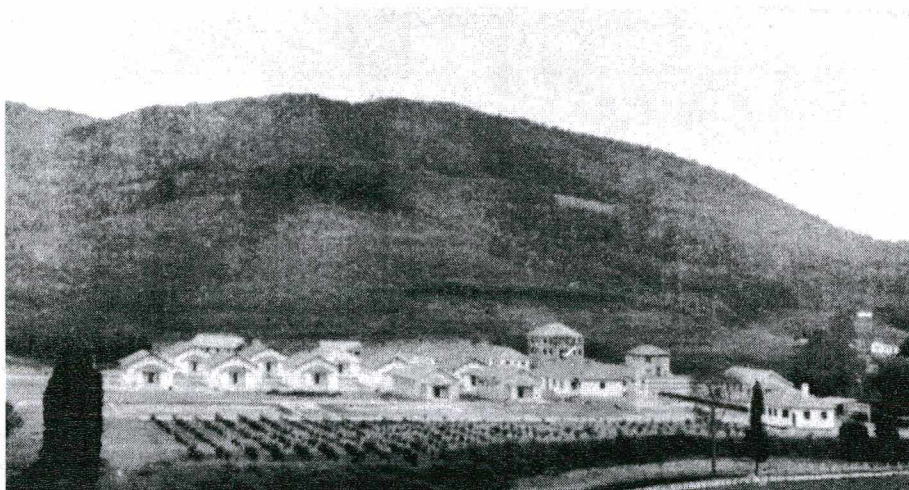


Figura – 16 – Colônia Santa Teresa
Fonte: Mensagem do Governo do Estado 1938

Esta obra foi empreendida pelo governo do Estado, e esperava-se em breve também ficar pronto o Preventório para os filhos dos lázaros, em terreno doado pelo

Estado nas proximidades da Capital, graças ao esforço da sociedade de assistência aos lázaros e defesa contra a lepra.

CAPÍTULO III

O Reformador

III. I –Edelvito Campelo D’Araujo: Um Homem Portador de Um Saber Disciplinar

A efetivação da reforma da Penitenciária Estadual da Pedra Grande levou-a entrar em uma nova fase, superando muitos dos antigos traços que a identificavam com o passado tão próximo. A imagem de um depósito de indesejáveis aos poucos foi se transformado, propiciando ao antigo estabelecimento um novo cenário, dir-se-ia até inédito no estado em matéria de Instituição Penal.

Analisando grande parte da documentação existente referente a este período, foi possível perceber o intenso engajamento do Diretor Edelvito Campelo D’Araujo nesta reforma, tornando-se, eu diria, muito expressivo o seu empenho na efetivação da mesma.

Com o tempo, a presença deste singular indivíduo foi ganhando vulto. Homem moderno, profundo conhecedor de um saber técnico e disciplinar, ligado aos novos preceitos penais, à administração racional das penas; atento às tarefas do governo Estadonovista, mas igualmente um homem comprometido com os modelos de análise sociais oriundos do racismo científico.

À medida em que fomos nos dando conta, com a documentação, de suas idéias e seus obstáculos, Araújo foi se aproximando do belo e enigmático personagem de Cervantes. Um Don Quixote tropical a enfrentar um sem número de gigantes formados pelas práticas tradicionais de combate ao crime e à criminalidade. Sua Dulcinéia, o sonho

de uma política de combate à criminalidade capaz de tornar o indivíduo de comportamento desviante um homem honesto, um pai de família exemplar e um trabalhador ordeiro e produtivo.

Edelvito Araújo nos permite visualizar em pequena escala, um fragmento da história da ocidentalização, da constituição da ordem urbano-industrial no hemisfério Sul do mundo. Ele se tornou peça chave para montarmos uma pequena parte deste grande quebra cabeça.

Em particular, através de seus *feitos*, podemos aprender o novo sentido que se procurou dar à Instituição. Eis a marca, a penitenciária símbolo do regime de Getúlio Vargas deveria encarnar o novo, a preocupação do Estado em enfrentar decididamente os problemas, levando em consideração a população, mesmo aquelas avessas aos padrões normativos instituídos. Buscava-se dar fim a qualquer característica que a identificasse com uma instituição *ultrapassada, anti-higiênica, desorganizada ou irracional*.

Ao seguir as pegadas do Diretor foi possível vislumbrar aspectos do cotidiano interno da instituição, imaginar como se organizavam as relações dentro daquele ambiente, muitas vezes problemáticas e até contrárias aos imperativos técnicos que ali se procurava implantar.

Porém, mesmo em meio a estas situações, buscava-se a todo e qualquer custo levar adiante a imagem de uma Instituição moderna, como exemplo, ou melhor, como bandeira símbolo do processo de civilidade e modernidade que se pretendia para o Estado.

As reformas efetivadas na Penitenciária não vieram como um pacote pronto para ser aplicado e cumprido à risca; como muitas coisas na vida são um processo de transformação, assim também foi nesta Instituição. É possível perceber, no cruzamento da documentação, que se tentava por diversos meios aplicar as novas práticas e técnicas científicas em questão, porém, muitos eram os empasses e obstáculos que levaram a

reforma da Penitenciária, principalmente no que se refere à parte técnico administrativa, caminhar por pequenos passos.

Centralizada na figura do Diretor¹, o processo de reforma procurou mudar aos poucos antigos hábitos que levavam muitas vezes o sistema funcionar de forma precária. Leia-se de modo contrário aos preceitos estabelecidos pela moderna administração racional das penas, e, principalmente, quando determinados hábitos fugiam ao controle dos seres competentes, portadores do *saber* necessário para bem compreendê-las.

As resistências vinham de todos os lados. dos condenados, do corpo funcional, carcereiros, vigilantes e do próprio Conselho Penitenciário. Ao que tudo indica, assim se davam as relações no interior da Penitenciária, um cotidiano às vezes conturbado, o corpo funcional muitas vezes procurava escapar de diversas maneiras das novas práticas, porém não hesitavam em cumpri-las, ou, como afirma Michel de Certeau, ao se referir a colonização dos indígenas pelos espanhóis:

Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “*assimilava*” exteriormente; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo.²

Pretendo aqui neste capítulo mostrar a reforma como resultado dos atos do Diretor Edelvito Campelo D’Araujo e como esta foi recebida por todos que participavam diretamente de algum modo na vida da Penitenciária; as diferenças e choques de idéias e

¹ Quando me refiro ao Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, neste capítulo é especificamente sobre o Diretor Edelvito Campelo D’Araujo, que assumiu a direção da Instituição em Abril de 1935.

² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P.39

práticas entre o centro do poder representado pelo Diretor e todos os demais que a compunham, procurando revelar ou construir imagens da vida interna desta Instituição, afinal “*nunca uma evolução se faz em linha reta. Os sistemas sobrepõem e coexistem*”.³

Profundo conhecedor da moderna ciência penal, Edelvito Campelo D’Araújo foi o diretor que mais tempo ficou à frente da Instituição. Com uma proposta inédita para o período, procurou de imediato chamar atenção para a situação daquele estabelecimento. Seu estado *lastimável* levava-o a percebê-la não como uma casa correcional, mas como um verdadeiro depósito de pessoas, vivendo em comum homens, mulheres, menores infratores, doentes mentais e até pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas.

Em seus *primeiros relatórios*⁴ é bastante comum encontrar por diversos momentos grandes apelos aos órgãos competentes e, principalmente ao Governo do Estado, junto ao qual procurava despertar atenção para os diversos problemas que levavam o estabelecimento a funcionar em meio a falhas que só atrapalhavam e impediam a implantação do regime penal que tanto se almejava.

Problemas referentes à irregularidade da aplicação das penas e às desigualdades existentes entre os presos levavam o Diretor, creio, a perceber que nada havia de moderno, racional ou técnico no cumprimento das penas. Muitos eram os apenados condenados a 30 anos, que gozavam de regalias diversas com menos de dois anos da pena cumprida. Por outro lado, alguns que já estavam prestes a sair da Penitenciária continuavam analfabetos e sem profissão, como entraram.

Em seu discurso o Diretor procura chamar a atenção para as relações de simpatia, sempre existentes em tais ambientes, frutos, segundo ele, de regimes e modelos ultrapassados que deveriam ser superados:

³ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História...*, op. cit. p. 55.

⁴ Refiro-me aos dois primeiros relatórios do Diretor Edelvito Campelo D’Araújo referentes ao exercício dos anos de 1935 e 1936 e enviados ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina.

O encarcerado, na execução da pena, nem sempre obedece aos períodos exigidos pelo Código Penal. Assim é que vimos condenados a trinta anos e com menos de dois de reclusão já trabalhando em oficinas, gozando de vantagens outras obtidas, talvez, em tão curto espaço de tempo, pela simpatia ou pela posição, enquanto que outros encontramos, apesar de velhos presidiários, tão analfabetos e sem profissão como quando entraram.⁵

Pude perceber em diversos momentos que Edelvito, ligado às novas técnicas prisionais, demonstrava acreditar no discurso iluminista, centrado sobretudo na igualdade natural dos homens. Reprimindo muitas vezes os diferentes tratamentos que eram dados aos sentenciados, procurava convencer de que a pena surtia melhor efeito quando os apenados eram tratados de forma mais civilizada, justa e humana.

Via na precariedade desta edificação penal subsídios para o não cumprimento de regras e normas higiênicas e morais, como no caso das celas que possuíam dentro de um mesmo ambiente uma cama e uma “latrina”⁶, ou como “os banheiros que ficavam localizados em dois apertados compartimentos, possuindo cada um três torneiras, sem paredes divisórias, oferecendo, assim, um espetáculo vergonhosos e deprimente por ocasião do banho dos detentos”.⁷

Através destas palavras podemos observar que o Diretor relacionava diretamente a reforma na parte física da Penitenciária à reforma da parte técnico administrativa. Uma não bastava sem a outra, pois para se conseguir um ambiente mais higiênico, além dos hábitos, os espaços precisavam ser remodelados; ou seja, era preciso a

⁵ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1935.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

elaboração de uma nova arquitetura prisional, concorrendo sobretudo, para “*uma nova maneira de comandar os homens, inclusive por meio do ambiente*”.⁸

Edelvito é um técnico, busca através de ações econômicas alcançar uma melhor dominação sobre os corpos visando uma nova prática correcional, calcada sobretudo na disciplina. Os espaços devem conter ambientes claros e bem definidos, os atos vigiados, o tempo melhor controlado; enfim tudo concorre para que se exerça o poder através do saber. Por isso vejo nas práticas de Edelvito algo novo para o período, pois ele percebe que através de um melhor controle da população carcerária é possível produzir-se um saber sobre esta e, como num ciclo vicioso, a posse de um saber sobre esta lhe proporcionará um melhor controle sobre a mesma.

É bastante comum em seus relatórios perceber a preocupação que ele possuía com a disciplina do estabelecimento, uma vez que esta encontrava-se, quando da sua posse, bastante perturbada por diversos motivos:

Concorre bastante para prejudicar a disciplina e ordem da Penitenciária o não dispor ela de celas fortes e de castigos, onde possamos recolher os sentenciados rebeldes, perigosos e anormais, estes quando em observação. Na situação atual tais detentos permanecem nas celas comuns, em meio aos demais presidiários, sem que possível nos seja isolá-los destes ou tornar mais eficiente o castigo.⁹

O saber lhe facilita exercer um maior poder sobre esta população. O poder não é algo que se possui mas que se exerce através de relações diversas e distintas; certas ações podem muitas vezes parecer inofensivas, porém funcionam como instrumentos que levam

⁸ Quem esclarece bem a questão da reelaboração do espaço como meio de se obter um melhor e maior controle sobre as pessoas é Michelle Perrot em **Os Excluídos da História**. No Capítulo dois de seu livro, ela faz uma bela discussão sobre “As Três Eras da Disciplina Industrial na França do Século XIX.”, mais especificamente esta passagem que acima citei que se encontra na p 77, quando ela mostra como os espaços industriais na França vão se moldando e modificando de acordo com as necessidades médico-higienistas.

⁹ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

a uma melhor e mais eficiente prática do poder. Neste sentido, deve-se perceber que nem sempre o poder pode ser identificado com práticas únicas e exclusivamente de cunho repressivo. Muitas vezes práticas que buscam trazer *melhorias*, por exemplo, na estrutura física podem estar diretamente ligadas a um melhor controle e poder sobre a população carcerária.

Como diria Roberto Machado na sua introdução de *Microfísica do Poder*¹⁰, devemos perceber a *positividade* do poder nas mais diversas práticas pois, “*o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo*”.¹¹

Percebo assim, as práticas que Edelvito procura implementar na Penitenciária como ações que buscavam acima de tudo gerir as vidas que lá se encontravam, geri-las em seus mínimos detalhes sem deixar nada escapar, aproveitando ao máximo suas potencialidades, visando e objetivando um efetivo controle sobre as mesmas, buscando transformar o condenado em um homem *útil e dócil*. Por isso, controlava-se tanto o tempo do apenado, dividindo o dia em diversos períodos, nenhum minuto deveria ser desperdiçado e, conseqüentemente, diante destas estratégias podemos perceber a importância dada ao trabalho penal neste período.

Não só na Penitenciária, como em toda a sociedade, o trabalho neste período era imposto como um elemento essencial para que os indivíduos sejam dignos da Nação que se pretendia. A glorificação do trabalho era o único caminho viável de enobrecimento do homem, ou ainda, como diz um ditado popular, *o trabalho ocupa as mentes e as deixa livres de maus pensamentos*. A partir de 1937, o trabalho passa a ser visto como direito e

¹⁰ MACHADO, Roberto. Por Uma Genealogia do Poder. In: *Microfísica do Poder*. Graal, 1996.

¹¹ Idem. p. XVI.

principalmente dever de todos os cidadãos, sendo definido na Constituição de 1937, como dever social. “*Viver honestamente do trabalho, dar a cada um o que é seu, não prejudicar ninguém, encontrar em seu esforço esse sentido de utilidade social capaz de canalizá-lo para o bem comum*” era o maior dever do cidadão e a sua alta virtude no Estado moderno”.¹²

De acordo com estas idéias podemos evidenciar a importância que tinha para o cumprimento do regime penitenciário as oficinas, onde os presos deveriam trabalhar ocupando o tempo disponível em funções diversas. Tal trabalho tinha um valor significativo ao condenado, retribuído através do pecúlio, mas sobretudo significava muito mais à Instituição que por meio deste conseguia manter o ambiente mais disciplinado, obter lucros com a venda dos produtos ali produzidos e impor o regime penitenciário.

Logo que Edelvito assumiu, procurou estabelecer um regulamento para o cumprimento das penas. Instituíram-se quatro períodos diferenciados pela relativa proporção de liberdade que os condenados iam adquirindo. Destes quatro períodos, dois deixam bem claro que o trabalho deve ser um dever do apenado, uma vez que grande parte do contingente de condenados da Penitenciária era de indivíduos sem nenhuma profissão ou qualificação profissional, ocupando-se estes de profissões *marginais*, bicos, meios de subsistência, tomando-se sobretudo, como diria Michelle Perrot, “*os grandes abastecedores da prisão: um subproletariado, em suma, distinto dos “operários honestos” e capazes*”.¹³

Podemos perceber abaixo como ficaria então dividida a pena de um condenado, a partir desses princípios que colocavam a recuperação como consequência do trabalho e da reeducação do apenado, através deste trecho do relatório do Chefe da seção penal:

¹² MARTINS, Silvia Helena Zanirato. Homens Pobres, Homens Perigosos. A Repressão à Vadiagem no Primeiro Governo de Vargas.

¹³ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História...* op. cit. p.260.

Hoje, obedecemos ao critério adotado pelo Sistema Progressivo ou Irlândez, em cuja fonte bebeu ensinamentos o legislador que elaborou o Regulamento da Penitenciária da Pedra Grande.

Instituímos, de uma maneira absoluta, os quatro períodos para o cumprimento da pena:

- 1º - Isolamento celular noturno e diurno;
- 2º - Trabalho em comum nas oficinas, com isolamento noturno;
- 3º - Serviços externos de utilidade pública ou serviços agrícolas;
- 4º - Liberdade ou Livramento Condicional.

Com o aumento da Penitenciária, cuja pedra simbólica foi assentada em fins de 1936, teremos novos horizontes para um maior e mais aperfeiçoada aplicação do regimen penitenciário, o qual, repito, honestamente orientado, enormes benefícios morais e materiais trará ao nosso Estado.¹⁴

Aos poucos os funcionários eram enquadrados no novo modelo de gestão e, portanto, do significado que a operosidade das oficinas representava para aquela Instituição. Para isto foram contratados mestres para administrá-las, pessoas que podiam operar as modernas máquinas que iam sendo adquiridas, e levar adiante um dos lemas das novas técnicas prisionais, *o trabalho como disciplina*. Podemos perceber como era visto o trabalho para o Diretor, numa ocasião em seu relatório, quando falava sobre a Seção Industrial, e o que esta representava para a vida da Penitenciária:

O trabalho nas penitenciárias representa, pelo seu aspecto educacional, higiênico e econômico, elemento dos mais imprescindíveis na reeducação dos condenados. Organizado dentro no critério da utilidade, de forma a assegurar ao recluso meios de adaptação ao ambiente gregário, por ocasião de sua volta ao convívio social importando, por outro lado, em terapêutica moral, vale ainda, como escola de disciplina e fonte de desenvolvimento da capacidade física e mental do sentenciado(...).

Suas oito oficinas, providas de modernos maquinários instaladas em espaçosas salas, com bastante luz e ar, emprestam à Penitenciária um aspecto de salutar operosidade, onde não se desperdiçam atividades, nem se abandona o detento à indolência ou ociosidade.¹⁵

¹⁴ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

¹⁵ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1938.

Organizada em novos moldes, aparelhada com material *indispensável*, e dispondo de pessoal especializado compondo o corpo técnico da Instituição, acreditava-se em que a Penitenciária finalmente, “*de maneira satisfatória e confortadora*,”¹⁶ começava a cumprir o seu papel, o de reabilitar o condenado pelo trabalho, disciplina, educação intelectual, moral, física e profissional, dando a este último novos rumos para uma nova vida.

Edelvito, um homem de direito a serviço de um saber disciplinar, era sobretudo um humanista. Acreditava e procurava fazer acreditar na possibilidade de recuperar os indivíduos que um dia caíram em erro. Para ele todo condenado deveria ver na sua pena a chance do arrependimento, pagando sua penitência de acordo com os novos preceitos penais; quando livre estaria apto a voltar para a sociedade, por isso a importância de ensinar alguma profissão àqueles que nada sabiam fazer.

Crentes, e o somos convictos, de que, a despeito mesmo do crime, não perde o homem a sua personalidade, dela nos socorremos, com proveitosos resultados, na reeducação do penitenciário. Encarando-o como sub-produto social, não lhe negamos, porém, o natural direito à estima e consideração que todo indivíduo merece.

Para valoriza-lo é mister não rebaixá-lo à condição de um proscrito.

A rigidez e o rigor de tratamento sobre despersonalizarem o homem, não o reeducam. A pena não busca mais intimidar ou castigar: é um meio de que se vale a sociedade para obter um fim: a regeneração ou reabilitação do delinqüente.

E, esta só a conseguiremos, sincera e definitiva, com a completa valorização do apenado.

Assim encaramos e executamos a reforma do penitenciário.

E os resultados que temos obtido convencem-nos de que a nossa diretriz está certa.¹⁷

¹⁶ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1939.

¹⁷ Idem.

Os atos do Diretor poderiam ser de um grande homem, um homem de ciência, um estudioso das modernas técnicas penais e criminais, porém, como um ser humano, passível de falhas e contradições, mesmo simbolizando o poder em sua pessoa, não era impossível atacá-lo. A observação mais detalhada de alguns fatos me levaram a perceber que não era bem querido por todos, mais especificamente no meio político.

No seu relatório referente ao exercício de 1936, revela ter impasses com alguns homens deste meio, destacadamente o Deputado João de Oliveira que, em certa ocasião, fez acusações a sua pessoa na Assembléia Legislativa do Estado, o que levou o Diretor solicitar ao Secretário do Interior e Justiça a abertura de um rigoroso inquérito, visando apurar tais fatos.

Não tivemos a possibilidade de identificar em nossa pesquisa que ocorrências foram estas. Porém, é possível perceber que para se obter melhores resultados no tal inquérito instaurado foi preciso o afastamento deste da direção do Estabelecimento, a fim de que se processasse livre de qualquer suspeita por interferência de sua autoridade, vindo a reassumir as suas funções quatro meses após o seu afastamento.

Tais reflexos surgiam como resultados de resistências por parte dos apenados que aí se encontravam. Pode parecer coincidência, mas foi justamente durante o período que o Diretor se afastara, por ocasião das acusações feitas a ele, que ocorreram diversas fugas e alguns incidentes, chegando a gerar, como afirma Antônio Luiz Miranda, em seu trabalho sobre esta Instituição, “*uma espécie de crise na Penitenciária de Florianópolis*”.¹⁸

A fuga do sentenciado nº 193, de nome Porcino Bispo Sant’Ana, foi alvo de várias armações políticas, concorrendo para denegrir ainda mais a delicada condição em que se encontrava a figura do Diretor. Afirmou o Chefe da seção penal que, como não se

¹⁸ MIRANDA, Antônio Luiz. *A Penitenciária de Florianópolis...*, op. cit. p 90.

bastasse esta fuga ganhar destaque no meio político e social, ainda talvez motivadas por este acontecimento, se deu uma espécie de rebelião a 17 de Agosto, liderada pelo sentenciado nº 29, de nome Celestino Silveira.

Parece que reassumindo a Direção da Penitenciária, Edelvito D'Araújo aos poucos foi conseguindo, através da implantação de novas regras disciplinares, retomar o controle do presídio.

Estas evidências nos levaram a entender a Penitenciária como um espaço de resistências múltiplas, bem como visualizar que a sua administração no período estudado não se deu de forma linear e pacífica. Os condenados usavam de táticas diversas para buscar seus objetivos, regalias entre os carcereiros e, acima de tudo, a liberdade. Para isto aproveitam a crise que enfraquecia a direção da Penitenciária, julgando-a como momento propício, para pôr em prática planos até então abafados pela busca incessante da efetivação do regime penal.

Agiam no terreno do inimigo, com as ferramentas que este, mesmo sem querer, acaba lhes oferecendo, transforma as ocasiões em possibilidades únicas. *“A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de um força estranha”*.¹⁹

Resistências por parte dos funcionários, também puderam ser identificadas, no decorrer da administração de Edelvito Campelo D'Araujo. O cozinheiro Rotilio do Livramento, não se sabe por que, mas creio que como numa forma de protesto, serviu por diversas vezes a carne verde oferecida como refeição aos sentenciados, totalmente queimada.

O fato ocorrido foi levado ao conhecimento do Sub-Diretor após algumas reclamações que os próprios sentenciados fizeram ao vigilante do dia, na ocasião em que

¹⁹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano...*, op. cit. p.100.

este se encontrava no pavilhão penal, no momento em que era servido o almoço. De acordo com o depoimento do referido vigilante, foi baixado portaria suspendendo o cozinheiro, por dez dias.²⁰

A guarda externa da Penitenciária também, até certo momento, foi foco de problemas. Com a saída do Comandante Francisco Domingos da Silveira, 2º Sargento e responsável por esta guarda, no final do exercício de 1936, começaram as dificuldades.

Com a sua retirada, mudaram-se as cousas. Ora são conversas em altas vozes no corpo da guarda, ora é sentinela abraçado com o fuzil, absolutamente não se interessando com o pessoal da administração que entra ou sai, como si uma posição de sentido, não satisfizesse o pragmatismo que em qualquer militar destacado, deve existir para com as pessoas de certa posição, que no local trabalham.²¹

Diversos foram os vigilantes internos neste período demitidos, um total de 13 de uma só vez, sendo que 5 outros vigilantes foram punidos com suspensão, variando as penas de 1 a 5 dias, por terem incorrido em diversas faltas, enquadradas como atentados contra os princípios de ordem e disciplina.

Estas falhas precisavam ser sanadas; a eficácia de um corpo de vigilantes concorria para a efetiva aplicação das penas. Diante de tais objetivos, tornava-se indispensável, na visão do Chefe da Seção Penal, contratar novos vigilantes seguindo critérios de seleção, *“uma boa constituição física, coragem e sobretudo alguma instrução”*.²² O panorama da Penitenciária no que dizia respeito ao serviço de vigilância era *deplorável*.

²⁰ APESC. Correspondência da Penitenciária – Vol. 9. Maio/Dez. – 1938.

²¹ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1936.

²² Idem.

Percebemos, assim, que muitas eram as formas de protestos e conflitos, que permeavam as relações e moldaram o cotidiano da Penitenciária Estadual da Pedra Grande, tornando-se uma grande barreira a ser superada a fim de se aplicar um efetivo regime disciplinar. Fato talvez nunca alcançado na sua totalidade, pois como diria Michelle Perrot:

Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.²³

Estas diferentes práticas são vistas por nós não só como formas de resistências, que faziam o cotidiano da Penitenciária, mas sobretudo como choque de idéias e ações entre o *novo*, simbolizado na figura do Diretor e as práticas costumeiras, expressas através das atitudes dos diversos funcionários, consideradas muitas vezes *incivilizadas*.

III. II - A EMERGÊNCIA DE UM SABER SOBRE O CRIME E O CRIMINOSO

Nas páginas iniciais deste capítulo nos havíamos referido à pessoa do Diretor Edelvito Campelo D'Araujo como um ser humano muitas vezes contraditório. Caberia neste momento uma reflexão sobre esta imagem.

²³ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História...op. cit. p. 55.*

É possível perceber nos relatórios da Penitenciária referentes aos exercícios a partir de 1938 uma grande preocupação da direção em apontar detalhadamente dados estatísticos a respeito do crime. Chegamos a ter acesso a diversos gráficos que procuravam demonstrar de formas bem detalhadas as diferentes relações e pesquisas que se faziam acerca dos crimes praticados pelos condenados que davam entrada naquele Estabelecimento.

É um material muito curioso pela riqueza de informações que traz, chegando muitas vezes confesso, causar espanto, pelos detalhes dos dados. Relacionava-se tudo que se possa imaginar a respeito de um crime: hora, local, mês, dia da semana, dia do mês, estação do ano, instrução, profissão, idade, sexo, cor, religião, estado civil, nacionalidade, situação financeira, enfim, procurava-se achar uma explicação para todas as formas de crime, nada escapava aos olhos da administração da Penitenciária.

Acredito que este *trabalho*, ou melhor, estas diferentes formas de apreciação da criminalidade numa gama tão grande de detalhes e relações era *novo* no país, pois em uma parte do relatório do Diretor, ele ressalta o trabalho feito pela sub-diretoria, como podemos observar em suas próprias palavras:

O relatório das atividades desta importante e delicada seção, sobre assinalar a segura e técnica orientação que lhe vai imprimindo o Dr. Rubens Ramos, atesta, por outro lado, a sua capacidade de trabalho.

Os gráficos que completam este relatório, apreciando em vários, aspectos a criminalidade dos penitenciários, como abordar assuntos ainda não pesquisados em outros estabelecimentos congêneres do País, oferecem margem à observação e estudo do crime em nosso Estado.

Trabalho realizado em escassas fontes, pois limitado unicamente às informações processuais, merecem maior desenvolvimento, possível se estabelecida a indispensável cooperação das delegacias de polícia, destacadamente da de Ordem Política e Social.

A boa política penitenciária não pode prescindir desses elementos informativos, com os quais ajustará melhor a reforma e a readaptação do delinqüente, norteando, por outro lado, a ação social contra o crime.²⁴

²⁴ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940.

Quero chamar atenção aqui não apenas para a riqueza dos detalhes destes imensos relatórios e gráficos, mas sobretudo evidenciar a outra face do Diretor Edelvito Campelo D'Araujo: o higienista, que “*assimilou muito bem os conceitos da Escola Positiva, principalmente na sua face racista*”,²⁵ como ressalta Antônio Luiz Miranda em seu trabalho.

Em conformidade com o modelo empregado pelo Estado Novo, o Diretor acabava produzindo documentos e dados que o alinhavam com a Escola Penal Positiva, onde os homens são determinados pelo tipo biológico e pelo seu meio social, como podemos constatar através deste trecho do relatório do Diretor, em que este procura mostrar o crime e as possíveis causas da delinquência, procura ressaltar, sobretudo, que o gráfico em análise “*não obedece a um critério científico*”²⁶, sendo que o mesmo é percebido como uma experiência feita através de uma coleta de dados nas resumidas informações que as comarcas mandam dos condenados.

Estes documentos eram geralmente as cartas de guia e as peças do processo crime, mas assume o Diretor como num breve momento de culpa, “*que nem sempre forneciam elementos necessários à indagação etiológica do crime*”.²⁷ Mas nem por isso deixa-se de pôr em evidência a tal *pesquisa* feita por aquela direção:

No gráfico em foco, por isso, deve haver confusão entre a causa e o efeito. Por sobre isso ainda não foi adotado um método que sistematizasse as causas de delinquência. Os autores estudam-nas sob aspecto demasiadamente generalizado, não se aventurando a esquematizá-las. Teoricamente as mais apontadas são a prostituição, a vagabundagem, a mendicância e o alcoolismo. Na realidade, entanto, muita vezes, essas causas, não passam de meros efeitos. Inegável que condições físicas ou ambientais (clima, influências telúricas, temperatura, etc.) e individuais, congênitas e hereditárias, orgânicas e psíquicas – tenham atuação ponderável nas manifestações delituosas.

A conhecida complexidade do assunto dispensa maiores considerações.

²⁵ MIRANDA, Antônio Luiz. *A Penitenciária de Florianópolis...*, *op. cit.* p. 94.

²⁶ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940.

²⁷ *Idem.*

O que consta do gráfico, como já frizamos, é um levantamento sem maiores preocupações técnicas. O resultado revela a causa próxima ou aquela que se mostra mais à superfície da ação criminosa.²⁸

Acreditavam sobretudo que o apenado era impulsionado sem resistência a ações criminosas, sendo visto como produto de fatores muito mais de ordem moral e biológica do que econômica. Edelvito estava ligado às noções da *Antropologia Criminal*, que acreditava na degeneração do homem baseado na racialidade; senão, não produziria textos desta ordem.

Alguns destes dados produzidos pela direção da Penitenciária, vem de acordo com o que Michelle Perrot procura nos esclarecer sobre as práticas do que ela chama de “*Primeira Criminologia*”²⁹ quando diz que esta “*baseia-se em duas idéias fundamentais: a constância e a regularidade do fato criminal, cujo retorno poderia ser previsto anualmente, pois obedece a leis*”.³⁰ Ao me reportar para a documentação pesquisada, pude perceber grande semelhança nos dados levantados por aquela equipe administrativa com as afirmações desta autora.

Aqui justifica a importância de por que se saber tantos detalhes a respeito do criminosos. A pena deveria atentar diretamente sobre aquele, numa tentativa de se obter uma maior eficácia com a punição aplicada. Estes tinham grandes significados para o estudo do criminoso, pois tratava-se de critérios científicos, embasados em diversas outras disciplinas como a geografia, geologia, biologia e sobretudo a antropologia.

Tecem-se considerações preliminares a respeito do criminoso, classificando-o em categorias comparativas. Procura-se observar e relacionar os dados estatísticos

²⁸ Idem.

²⁹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História..*, op. cit. p. 254.

³⁰ Idem. p.254.

levantados, mostrando um saber sobre o apenado e objetivando um completo domínio sobre a vida do criminoso. Acreditavam na existência de uma tendência natural de certos *fenótipos humanos*, caracterizados por eles mesmos, possuírem uma inclinação para a vida criminosa.

Esta idéia culmina no modelo do “*criminoso nato*”³¹, desenvolvido por Lombroso, um forte adepto da Antropologia Criminal, considerado no final do século passado, como um dos principais representantes da mais moderna forma de combate ao crime, e até citado algumas vezes nos relatórios do Diretor, como quando este procura explicar a relação do crime e a religião do criminoso:

Evidente que a religião não aparece nesse demonstrativo como fator de criminalidade, o que seria contra senso e aberraria dos princípios de qualquer credo religioso idôneo. As influências da religião sobre o crime, disse-o Lombroso, são ainda mais complexas do que as da riqueza e da própria civilização.

Só há ligação direta da religião com o crime, quando este for cometido em função daquela. Entre os nossos penitenciários nenhum está nesse caso.³²

Em seu livro, Lilia Moritz Schwarz, quando procura evidenciar a força que a Escola Criminal Positiva exercia sobre os estudiosos e homens de direito aqui no Brasil, afirma que:

Contrária à teoria do livre-arbítrio, a escola criminal positiva acreditava que o universo regido por leis mecânicas, causais e evolutivas não dava margens à liberdade do indivíduo. Esse era “*uma soma das características físicas de sua raça, o resultado de sua correlação com o meio*” (RAFDR, 1913:58). O fenótipo passava a ser entendido, portanto, como “*espelho d’alma*”(RAFDR, 1921:71), no qual se referia virtudes e vícios.³³

³¹Idem. 254.

³² APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940.

³³ SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças...op. cit.* p 166.

No caso da Penitenciária, a prática do crime muitas vezes podia até ser relacionada com fatores sócio econômicos, mas no discurso a respeito de tais casos, sempre imperava uma justificativa biológica, ou a questão de predisposição do praticante a atos desta natureza.

Quando o Diretor procura explicar o crime e a relação com a situação financeira do praticante, podemos evidenciar esta questão. Ele afirma que a prática de crimes é muito mais comum entre as “*classes menos favorecidas da fortuna*”³⁴ porque entre os “*miseráveis e pobres*”³⁵ as causas ambientais, sociais e individuais se dão com maior frequência, representando uma forte tendência à prática de delitos.

Em seu relatório segue fazendo um enorme discurso sobre esta possível relação, demonstrando ser um profundo conhecedor de teóricos da época ligados à escola penal positivista, salientando que:

O gráfico anexo ao presente mostra que dos delinqüentes de 1940, 54,6% eram miseráveis; 32,3% pobres; 11,7% de recursos estritos; e 1,4% abastados. Destes últimos, num total de 4 entre 288, 3 eram comerciantes condenados por crime contra a segurança nacional.

As percentagens aqui expostas coincidem com as que seguem, observadas por Lombroso, e também coincidentes com outras averiguadas por Guillaune na Suécia, por Stevens, na Belgica e por Marro, na Italia: 56% indigentes; 32,15% n’oyant que le nécessaire pour vivre; 10,13% passablement aisés et 1,72% aisés et riches. Comentando esses algarismos, que nos mostram uma enorme proporção de crimes entre pobres.³⁶

Outro gráfico interessante é a respeito do crime por mês, neste procurava-se mostrar, como já disse a relação de fatores biológicos, ou melhor, naturais com a prática de crimes. Nesta relação não só se colocam as estações como consequência de atos criminosos

³⁴ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

mas também, se faz uma mescla entre os dados sobre a profissão que mais delinqüia – lavrador e a ocasião que levava com maior freqüência este a delinqüir.

Através de levantamentos estatísticos percebeu-se que o lavrador era quem mais delinqüia e o mês de julho era o com maior incidência de crimes no estado, segundo a direção, por ser justamente julho o mês em que os lavradores preparavam as terras para os grandes cultivos, como também época de derrubadas. Neste caso algumas questões ficam em incógnitas, levando o Diretor a supor que entre estas causas também podem permear causas climáticas.

Os demais meses fornecem, segundo este, explicações mais claras e fáceis de serem interpretadas. Como em Fevereiro, por exemplo, em que é alto o índice criminal, apesar de este ter apenas 28 dias, porém justificado por ser o mês em que geralmente se fazem os festejos carnavalescos; ou em dezembro que também é um mês que apresenta índices elevados por ser o mês das comemorações de fim de ano. Segue assim num detalhamento minucioso o relatório do Diretor, procurando informar sobre todos os meses do ano.

O crime e a cor talvez seja a maior evidência da simpatia do Diretor pela escola criminal positivista. Através de dados estatísticos, ele procura mostrar o crime como consequência da *degeneração do homem*, esta calcada em teorias raciais procurava explicar a criminalidade sobretudo pelas características físicas de um povo. Procura assim, chamar atenção para o *alto* índice de criminalidade cometido por “(...)mulatos, pardos ou mixtos, quarteirão ou oitavão”³⁷ e procura ainda, dar explicação acerca de tais informações, como podemos perceber através deste seu relato:

³⁷ Idem.

Não há dúvida que proporcionalmente às respectivas populações as segundas dessas percentagens são as mais altas.

A predisposição ao crime nos pardos, segundo se apurou, decorre da herança de caracteres de grupos étnicos diversos, que, no elemento de transição, geralmente degenera. Nas prisões são indivíduos instáveis nas atitudes, simuladores, avessos à disciplina e refratários ao trabalho. Entre os pardos está a maioria de reincidentes. Dos crimes – que cometem, dois terços são de sangue e o restante, geralmente, contra a propriedade.³⁸

Atos como estes são possíveis de se encontrar durante toda a administração do Diretor Edelvito Campelo D’Araujo, o que vem a reforçar a afirmação de Michelle Perrot, que “*nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente*”.³⁹ Prova disto é que em 1942, um caso ocorreu envolvendo pessoas que ocupavam cargos de confiança, como o Sub-Diretor e o Chefe dos Vigilantes.

Precisando aquela direção da escala de serviço noturno externo do dia 13 de Outubro, para confrontá-la com a do dia 14 do mesmo mês, a fim de se evitar que vigilantes menos afeiçoados fossem escalados, viu-se na obrigação de solicitar ao vigilante permanente de dia o documento, supondo que o mesmo estivesse no arquivo da repartição.

Voltando o referido vigilante, informou que a mesma se encontrava sob o domínio do Sub-Diretor, Rubens de Arruda Ramos, e que este se recusara a entregá-la. Diante de tal negação, o Diretor viu-se obrigado a dirigir-se ao gabinete do Sub-Diretor a fim de compreender a tal recusa e repreendê-lo na sua atitude “*desrespeitosa e ilegal*”⁴⁰, alertando-o de que tal fato poderia resultar na sua punição disciplinar, o que foi feito.

Este fato me despertou grande curiosidade, pois se tornou uma intriga entre o Diretor, o Sub-Diretor e o Guarda Chefe. Uma série de acusações múltiplas me levaram a perceber que a harmonia não reinava mais nas relações entre estes funcionários, se é que

³⁸ APESC. Relatório do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande referente ao exercício de 1940

³⁹ Aqui repito um pequeno trecho da Obra de Michelle Perrot, *Os Excluídos da História...* citada por mim já anteriormente na página 12, Capítulo I, deste trabalho.

⁴⁰ APESC. Requerimento de nº 2085, de 20/10/1942, em que próprio Rubens de Arruda Ramos pede a anulação da portaria que o suspendeu. Informações da Penitenciária de 1941 a 1946.

algum dia reinou. Como num desabafo, o Diretor menciona as graves faltas que o Sub-Diretor vinha cometendo já há algum tempo, com um aparente desinteresse de suas funções. Comparecia esporadicamente ao expediente e aos poucos deixava de comunicar à direção fatos graves ocorridos na vida penal do estabelecimento, como fugas de sentenciados, embriaguez de alguns e até mesmo quando outros abandonavam o Estabelecimento para a satisfação de desejos sexuais com mulheres das proximidades.

O que vinha ocorrendo realmente é que o Sub-Diretor procurava encobrir as falhas diversas que diziam respeito ao Guarda Chefe, Agenor Marçal Cardoso, antigo funcionário da Instituição. Não pude constatar, porém, por que ele tinha tais atitudes e aqui ficam algumas questões sem esclarecimento: será que era simplesmente para desmoralizar o Estabelecimento e prejudicar a sua disciplina? Ou para destruir as boas relações de “*amizade e coleguismo*”⁴¹ existentes entre a direção e a sub-diretoria? Ou como terceira hipótese, talvez a mais plausível, todas estas questões fariam parte de um esquema que procurava prejudicar a figura do Diretor e levar a tecerem considerações a sua pessoa como não mais merecedor deste cargo.

A prisão moderna é vista como fruto da sociedade industrial burguesa. Está fundada sobre a propriedade e o trabalho, busca defender-se do seu produto. Através da intensificação das relações entre grupos, esta sociedade moderna Ocidental procurou cada vez mais multiplicar as diversas formas de interdições e normas, na maioria constrangedoras e repressivas; deram por codificar tudo e, conseqüentemente, dar origem a diversas categorias de marginais, mendigos, loucos, vagabundos desempregados e delinqüentes.

⁴¹ Idem.

Muitos eram os choques de idéias e práticas existentes entre o Diretor, com sua visão de mundo e anseios baseados na *moderna ciência penal*, e o Conselho Penitenciário. As relações talvez não eram tão serenas e harmoniosas quanto nos apresentam os documentos, uma vez que o Diretor acreditava no sentido regenerador da pena, esta vista como penitência última que o criminoso precisava passar; após enfrentar sua condenação, bastava cumpri-la, com disciplina e trabalho, para ser dado como prêmio a sua liberdade condicional.

Para o Conselho Penitenciário, por outro lado, muitas outras coisas estavam em questão. Toda a vida do sentenciado, principalmente dentro da prisão, servia de embasamento para as práticas deste, seu comportamento nos mínimos detalhes serviam como parâmetros para conceder-lhe ou não a liberdade condicional, ou o pedido de perdão.

Com práticas punitivas, ligadas muito mais a técnicas ultrapassadas, e baseadas ainda nas Ordenações Filipinas, o Conselho Penitenciário estabelecia de certo modo um confronto com as visões de mundo do Diretor.

Criado pelo Decreto nº 16.665 de 06 de novembro de 1924, teve como primeiros integrantes nomeados pela resolução nº 6.040, de 19 de outubro de 1928, Bulcão Viana como presidente, e entre os membros Nereu de Oliveira Ramos, Heitor Blum, Carlos Corrêa, o desembargador José Boiteux, Americo Nunes, Procurador Geral do Estado e Edmundo Moreira, Procurador Geral da República.

Em 1931, com a exoneração de Bulcão Viana, foram nomeados para Presidente Antonio Bottini e como membros, Salvio Gonzaga, depois substituído respectivamente por Urbano Sales, Vasco Henrique D'Avila e José Rocha Ferreira Bastos. Em 1936, integravam o Conselho Penitenciário do Estado os seguintes membros: Carlos Corrêa,

como Presidente, e como membros, Donato Melo, Davi Ferreira Lima, José Rocha Ferreira Bastos, Othon Gama D'Eça, Vasco Henrique D'Avila e Raulino Tavora.

O Conselho se reunia em sessões ordinárias, efetuadas todas as Quintas-feiras, na sala de sessões da Ordem dos Advogados e, em sessões solenes, realizadas sempre na última Quinta-feira do mês, na sala da Escola da Penitenciária.

O Conselho Penitenciário tinha como função principal verificar as informações sobre os condenados que já haviam cumprido 2/3 da pena e solicitavam a liberdade condicional, ou perdão. Este era como uma espécie de *tribunal interno* da Penitenciária, através de informações como nº de identidade, matrícula, biografia do apenado, crime cometido, sentença, estado mental, vida penitenciária, procedimentos, trabalhos internos e externos prestados, instrução, faltas cometidas, castigos, regalias, enfim até as correspondências com a sua família serviam de indícios para este Conselho dar o seu veredicto sobre o pedido do condenado.

Estabeleciam-se notas através do comportamento do apenado, a fim de transformar em números os atos que este tinha dentro da Penitenciária. As informações eram na maioria levantadas pela Sub-Diretoria, encaminhadas primeiramente ao Diretor, que dava um parecer a respeito do condenado e, posteriormente, eram repassadas aos membros do Conselho, que avaliavam a história prisional do condenado, concedendo-lhe ou não o que era de direito seu.

A palavra final era do Conselho Penitenciário, mas o Diretor, quando as enviava, procurava expressar a sua opinião acerca do sentenciado. Como no caso do sentenciado de matrícula nº 195, de nome Manoel Joaquim da Silva, vulgo *Pernambuco*, que fora condenado pelo Juiz de Direito da Comarca de Joinville a cinco anos e quatro meses de prisão celular, por haver praticado juntamente com Porcino Bispo Santana, vulgo *Bahiano*,

um crime que se tornou alvo das manchetes de jornais em todo o Estado, pela crueldade do ato. A respeito do condenado conhecido por *Pernambuco*, informava a Sub-Diretoria:

Preso preventivamente a 16 de dezembro de 1933, deu entrada neste Estabelecimento, a 20 de setembro de 1934. Após cumprir com a primeira fase do regime Penitenciário, foi a 21 de dezembro, designado para trabalhar na oficina de vime, onde permaneceu até 13 de novembro de 1935, tendo ali desempenhado o cargo de 3º oficial (...). Da sua ficha de Antropologia Criminal, constam os seguintes dados: apresentação, um pouco acanhado; desde criança aos 9 anos trabalhava com o pai no açougue, “preferindo este trabalho a outro qualquer”; atenção, boa; ideação, regular; associação de idéias, regular; linguagem, responde as perguntas feitas e não se prolonga por muito tempo sobre o assunto abordado; temperamento, calmo; religião, católica; procedimentos para com as autoridades nos negócios e nos cárceres, bom.⁴²

Logo à frente o Diretor procura dar uma espécie de conclusão aos fatos levantados por esta Seção, afirmando que pelo horror do delito praticado pelo requerente, que num ato de cumplicidade, cooperou para que fossem eliminados fria e calculadamente um casal de velhinhos, abalaram profundamente os “(...) *sentimentos de humanidade da população dêste Estado*(...)”,⁴³ persistindo pelas características do fato, perdurando na “(...) *consciência da sociedade*”.⁴⁴

Segue o Diretor dando suas justificativas a fim de esclarecer sua posição a respeito deste condenado, afirmando que nunca, até aquele momento, havia ocorrido crime tão bárbaro no Estado e por isso era da seguinte opinião a respeito do livramento condicional deste condenado:

⁴² APESC. Informações da Pe – Jan/Dez – 1938. Estes dados se encontram mais especificamente nas informações da Penitenciária de 21 de Janeiro de 1938.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

Por isso, somos da opinião que se não deva, ainda, conceder ao requerente a liberdade condicional que ora pede, tanto mais quando esteve ele ausente deste Estabelecimento por quase dois anos, hospitalizado em estabelecimento particular onde não nos era possível sujeitá-lo ao regime penitenciário, e, muito menos observá-lo”.⁴⁵

Outro caso que estava em análise pelo Conselho Penitenciário era o pedido de livramento condicional da sentenciada nº 297, de nome Joana Mangold, natural da Alemanha, solteira, acusada de ter cometido o crime de infanticídio, em fins do ano de 1935.

Nas informações sobre a sua vida penitenciária, o Diretor atesta que as deficiências dos estabelecimentos penais femininos deixam muito a desejar, prejudicando muito o cumprimento da pena dentro dos modernos preceitos criminais, como podemos observar a seguir, através das palavras de Edelvito Campelo D’Araujo:

(...) A manifesta impropriedade da Penitenciária para a reclusão de mulheres condenadas, admitidas somente pela ausência de outro estabelecimento especial e pela impossibilidade de conservá-las detidas nas cadeias do interior, que inseguras, insalubres e impróprias ao seu fim, lhes corroeriam a saúde e perverteriam mais o caráter, obriga-nos a manter as delinqüentes desse sexo num regime penitenciário todo especial e, por isso mesmo, talvez, sem as suas finalidade regenerativas e educativas.

A delinqüente aqui não pode educar-se no trabalho e não tem, dada a sua pequena porcentagem, a escola que corrige e instrui. Vive completamente segregada, apenas saindo do cubículo para as poucas horas de recreio diário. A fim de não deixa-la em completa ociosidade, pequenos trabalhos de costura lhe são confiados, com as quais ela suaviza as suas longas horas de reclusão.⁴⁶

O Diretor finaliza o seu discurso, dizendo que a ficha Antropológica Criminal da detenta é *boa*, por esta assinalar bons sentimentos e ausência de qualquer doença psíquica, afirmando que é favorável à Liberdade Condicional da mesma.

⁴⁵ APESC. Informações da Pe – Jan/Dez – 1938. Estes dados se encontram mais especificamente nas informações da Penitenciária de 21 de Janeiro de 1938.

⁴⁶ Idem.

Certo ou não, o Diretor dava a sua opinião calcada no conhecimento que detinha sobre cada condenado e, sobretudo, a respeito de como fora a vida prisional destes, procurando interferir diretamente sobre os resultados do Conselho Penitenciário, colocando-se como detentor de um saber todo especial e particular. Existe uma vasta quantidade de fichas como estas comentadas aqui. Fichas de sentenciados elaboradas com muita precisão e ricas em detalhes sobre os mais variados aspectos das suas vidas. Quando entregues ao Conselho Penitenciário, serviam para justificar as mais diversas atitudes tomadas em relação a vida dos condenados. Do Conselho e, destas fichas, dependia o *futuro* e a *liberdade* dos sentenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como muitos outros colegas de viagem pelos bosques da academia, chegamos ao final de uma já longa jornada. Empreendimento que começou meio sem querer pelos idos de 1995, como um projetinho de iniciação de pesquisa, transformou-se após anos de caminhos e descaminhos por arquivos, bibliotecas e outras repartições públicas, em uma dissertação de mestrado.

Mas, afinal aonde chegamos? O que aprendemos neste imenso vale de lágrimas que se tornou o processo de elaboração do trabalho?

É tão difícil dizer estas palavras, quando nos achamos completamente vazios de termos para expressar sentimentos como angústias e alegrias que surgem no desenrolar de uma pesquisa.

Talvez esta seja a *parte* mais difícil de ser elaborada por nós, pois muitas vezes os sentimentos se misturam e não sabemos se estamos aliviados por terminar mais uma etapa de nossa vida acadêmica ou, até certo ponto, perturbados por não conseguirmos contemplar tudo aquilo que almejávamos no princípio da pesquisa.

Algumas certezas surgiram. Esperamos que este texto contribua para a consolidação da historiografia catarinense, das reflexões sobre instituições disciplinares, uma vez que outrora poucos eram os trabalhos sobre esta temática. Hoje, felizmente, muitos outros campos se estenderam aos trabalho do historiador. De certo modo, vários colegas passaram a estudar as demais instituições disciplinares no estado. Pude constatar o surgimento de várias pesquisas em andamento sobre a Colônia Santana, o Asilo de

Mendicidade Irmão Joaquim, o Hospital de Caridade, Colônia Santa Tereza, Abrigo de Menores.

Nós mesmo nos situamos, de algum modo, na continuação de um trabalho importante, *A Penitenciária Estadual de Florianópolis*, de Antônio Luiz Miranda. Enquanto este delimita seu período entre a criação em 1926 e a posse de Edelvito Campelo D'Araújo em 1935, nós centramos nosso estudo nas reformas estruturais executadas entre 1937 e 1943.

Nossa preocupação fundamental era compreender o sentido das reformas. Uma primeira hipótese era de que elas foram fundamentais na implantação de um efetivo regime penitenciário. Contudo, no decorrer do trabalho outras questões foram aparecendo. Em verdade, a própria forma como procurávamos abordar nosso objeto de pesquisa se transformara

Antes, numa leitura muito colada aos procedimentos de pesquisa de Michel Foucault, estávamos por demais preocupados com as estruturas, o saber disciplinar, a constituição de corpos dóceis. À medida que nos emaranhávamos nas pilhas de documentos, falas, relatórios e ofícios, questões novas passaram a ser formuladas.

Mais do que estruturas, o que emergiu de nossas pesquisas foram pessoas. Pessoas letradas dispostas a implantar um novo tipo de gestão governamental. Pessoas tornadas agentes penitenciários com suas experiências de como lidar com presos. Presos indóceis que seduziam através da astúcia aqueles que deviam normatizá-los.

Ao lado de estratégias dos que detêm o poder, existiam as táticas, através das quais os homens e mulheres procuravam arrancar de situações penosas, duras, fragmentos de uma vida autônoma e digna.

Em muito desejávamos encontrar mais evidências da ação dos sentenciados. Mas até então, elas haviam-se perdido no tempo. Para os novos aventureiros um consolo:

descobrimo-las na própria penitenciária. Mas, infelizmente tarde demais para incluí-las neste estudo.

Para os apaixonados por Foucault, encontramos, sim, evidências de um saber disciplinar. Porém, um saber produzido por pessoas de carne e osso, homens com nome e sobrenome, carregados de incoerências e enfrentando inúmeros obstáculos.

Sem dúvida, compreender os anseios da Direção da Instituição na elaboração da reforma e sua possível relação com a emergência de um saber disciplinar tornou-se uma tarefa que apareceu no momento em que buscávamos desvendar, nos ofícios, evidências que levassem a se perceber de forma mais *transparente* o cotidiano da Penitenciária.

Saltou –nos aos olhos que a reforma da Penitenciária Estadual da Pedra Grande não foi fruto direto, como a princípio suspeitava, de uma opinião pública atuante e desesperada. O que nos leva a pensar que tais mudanças foram empreendidas por um conjunto de forças nascidas do interior do Estado e encarnadas no Diretor Edelvito Campelo D’Araujo.

Um homem ligado às modernas técnicas penais, centrado em um saber disciplinar, percebia nova política como uma técnica. Profundo conhecedor dos instrumentos técnicos de gestão da população que consegue, apesar de alguns contratempos, levar adiante a racionalização da administração das penas naquela Instituição.

Contraditório, pregava um discurso iluminista centrado na igualdade natural dos homens, no crime como um erro e, como tal, passível de recuperação via disciplina e trabalho. Por outro lado, fortemente ligação a Antropologia Criminal e aos modelos de análise social centrado nas teorias raciais que a embasavam, em outros momentos, reforçava discursos higienistas que responsabilizavam o cruzamento racial como a causa dos comportamentos a degenerados que levavam ao crime.

Acreditamos que este homem faz parte desta história da efetivação da reforma da Penitenciária e a conseqüente implementação do regime penal neste estabelecimento. Se esta saiu do papel e colocou-se em prática também foi graças à sua credibilidade junto ao Governo de Nereu Ramos e aos seus apelos bem fundamentados feitos aos órgãos responsáveis.

De um modo geral, a execução das reformas pode ser imaginada como uma história, em pequena escala, da imposição em Santa Catarina de um projeto nacional autoritário. O Estado gestor cria uma rede de instituições que servirão de instrumentos de controle e manejo da população e de formação daquilo que conhecemos por Brasil e os brasileiros.

A Pedra Grande pode ser percebida, naquele momento, como elo desta enorme rede, digo, corrente. A partir da sua remodelação organizou-se a construção das demais instituições, com a finalidade de cada uma abrigar um tipo de *doente social*, já que a esta não cabia mais recolher todos que fugissem aos modernos padrões de civilidade, uma vez que para se atingir tais objetivos, deveria se tratar *adequadamente* estes supostos *doentes sociais*.

Bem, nem tudo o que nós pretendíamos explorar neste trabalho, na verdade não conseguimos dar conta. Dos objetivos expostos no projeto inicial desta pesquisa podemos agora visualizar que alguns ficaram a desejar, ou nem tudo saiu como nós realmente esperávamos.

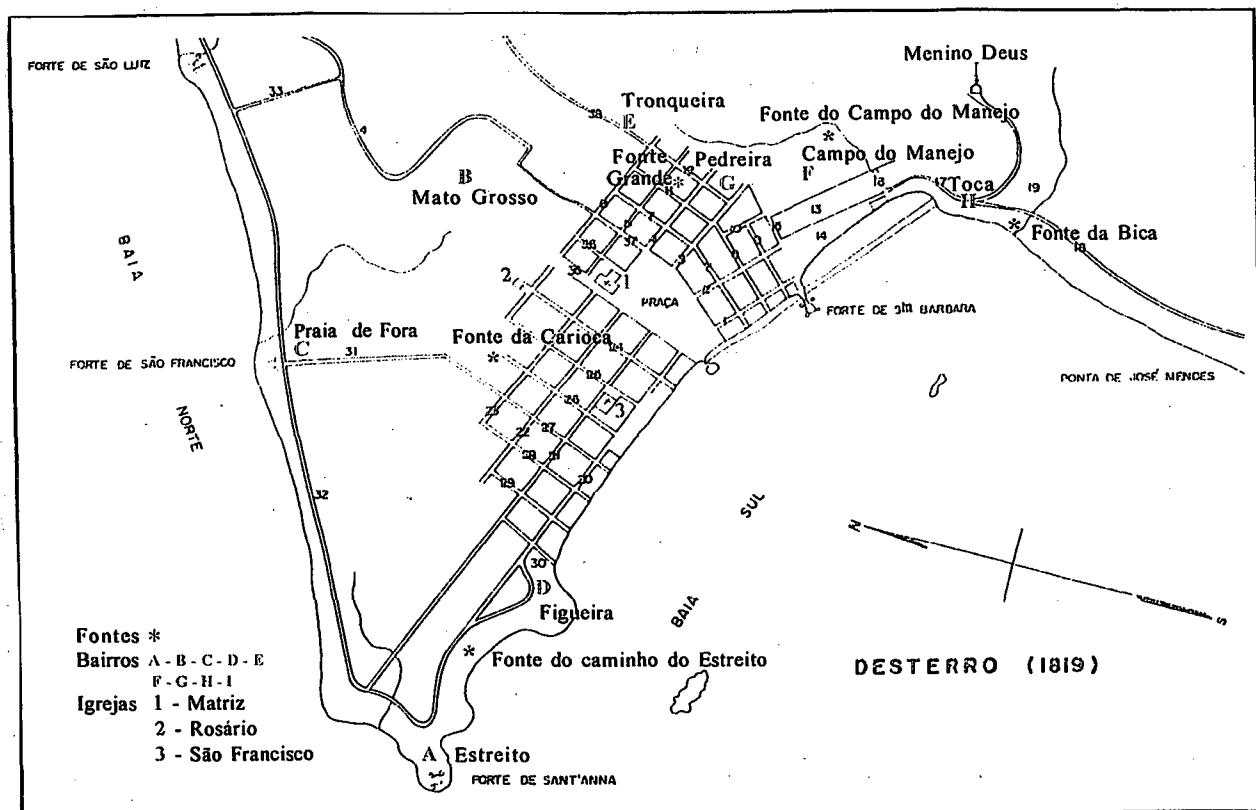
Sabemos, por outro lado, que o cotidiano não é marcado apenas por relações verticais, mas também, como em qualquer sociedade, por relações horizontais, relações de compadrio, baseadas na confiança e na reciprocidade.

Assim mesmo, encerramos esse trabalho confiantes em que venhamos a contribuir de alguma maneira para o estudo da temática, pois muito há ainda para ser explorado e desvendado...

Aos que virão, obrigada e boa sorte!

ANEXO

Mapa da antiga Desterro Meados do século XIX



Mapa 1 – Desterro em 1819. Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis, Memória Urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993. P. 92. Neste mapa se encontram as principais ruas, logradouros públicos da cidade, bairros, fontes de água e três igrejas do período. Apesar da fonte inicial ser de Eliane Veras da Veiga, este foi marcado com sinalizações afim de torná-lo mais claro, pela Mestre em História Cláudia Mortari e, cedido pela mesma.

FONTES CONSULTADAS

1 – ACERVOS

1.1 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA-APESC (1909-1945)

- Atas de Entrega de Cadernetas de Livramento Condicional - Penitenciária
- Atas da Penitenciária - 1936/7 - 1V.
- Boletim da Penitenciária – 1940 – 1V.
- Cartas Guias da Penitenciária – 1938/42 – 45 –1956 – 3Vs.
- Correspondência da Penitenciária – 1931/48 – 14Vs.
- Decreto nº 16.665 – 1924
- Decreto nº 38 de 14 de outubro de 1929
- Decreto nº 2454 de 22 de agosto de 1930 – Secretaria do Interior e Justiça
- Decretos nº 146 e 147 de 01 de agosto de 1931
- Informações da Penitenciária – 1930/35 – 1938/39 – 1941/46 – 7Vs.
- Lei nº 1547 de 21 de outubro de 1926
- Lei 1671 de 16 de outubro de 1929
- Lei nº 1675 de 29 de agosto de 1930
- Memorando da Penitenciária 1940/45 – 1952 – 3Vs.
- Mensagens e Falas dos Governadores – 1936/45
- Minutas do Interior e Justiça para Penitenciária – 1940/45
- Ofícios do Interior da Penitenciária – 1937/38 – 2Vs.

- Ofícios da Penitenciária para a Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde – 1940/1953
- Ofícios da Penitenciária para Juizes de Direito e Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde – 1943/44 – 1V
- Ofícios da Penitenciária para Diversos – 1930/39 – 35 Vs.
- Ofícios da Penitenciária para Diversos – 1939/58 – 75Vs
- Ofícios da Penitenciária para Diversos e Diversos para a Penitenciária – 1936/37 – 1V.
- Ofícios de Diversos para a Penitenciária – 1928/43 – 1945/58 – 53 Vs.
- Ofícios de Diversos para a Penitenciária e Penitenciária para Diversos – 1932/37 – 3Vs.
- Parecer da Penitenciária – 1931/33 – 1938/58
- Pedidos da Penitenciária – 1935 – 1V.
- Pedidos de Processo Crime da Penitenciária – 1940/55 – 1V.
- Portaria da Penitenciária – 1917/31 – 1933/39 – 1948/49 – 26 Vs.
- Portaria dos Governadores – 1942/44 – 3 Vs.
- Registro de Livramento Condicional – Penitenciária – 1939/55 – 1V.
- Requerimento da Penitenciária – 1929/37 – 3Vs.
- Regulamento para as Cadeias Públicas do Estado – 1909
- 1931 - Regulamento que Reorganiza o Regime Penitenciário no Estado (Penitenciária da Pedra Grande) – (Decreto nº 146, de 01 de agosto de 1931)
- 1941 - Relatório do Diretor do Abrigo de Menores ao Secretário da Justiça, Educação e saúde
- 1942 - Relatório do Diretor do Abrigo de Menores Irmão Ricardo ao Interventor Federal

- 1924 – Relatório do Chefe de Polícia, Antero de Assis ao Secretário do Interior e Justiça
- 1929 – Idem.
- 1932 – Idem.
- 1919 - Relatório do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal
- 1933 - Relatórios da Penitenciária da Pedra Grande ao Secretário da Fazenda respondendo pelo expediente da Secretaria do Interior e Justiça
- 1935 – Relatório da Penitenciária da Pedra Grande ao Secretário da Fazenda
- 1936 – Relatório da Penitenciária de Santa Catarina
- 1938 – Relatório do Diretor da Penitenciária do Estado, Dr. Edelvito Campelo D’Araujo ao Secretário do Interior e Justiça, Dr. Ivo D’Aquino
- 1939 – Idem
- 1940 – Idem
- Requerimento da Penitenciária – 1929/37 – 3 Vs.

1.2 – BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- Jornal O Estado - 1926/1935
- Jornal A República – 1936, 1937
- Jornal O Apóstolo – 1938, 1940, 1943
- Jornal A Gazeta – 1940, 1942, 1945
- Álbum de fotos da Penitenciária do Estado de Santa Catarina – Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1940.

2 – BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituições e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARAUJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república.** Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC, 1989.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos Bandidos.** São Paulo: Global, 1983.

BEOZZO, José Oscar, **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização, I: História Geral da Civilização Brasileira.**

BERMAN, Marshal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Will. **Fisionomia da Metrópole Moderna.** São Paulo :Edusp, 1994.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** 4^a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas.** Brasília: Edunb, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Otávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- CHEREM, Rosângela. **Caminhos para Muitos Possíveis**. Dissertação de Mestrado, USP, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre Duas Repúblicas. A revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 35**. Florianópolis: UFSC, 1984.
- _____. **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC, 1988.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo. Juqueri, a História de um aiso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo: 1 – O campo do signo, 1945/1966**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.
- DUPRAT, Catherine. Punir e Curar – em 1819: a prisão dos filantropos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 7(14) 7/58. 1987.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de Trinta**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **História da Sexualidade: 1 a vontade de saber**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GIGENA, Olga Mercedes Paez de. **Relações Sociais e Prisionização: o caso da penitenciária de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis. UFSC. 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- HUNT, Lyn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 7(14). 185/193. Maio- Agosto. 1987.
- KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e Imagens do viver Urbano em Florianópolis, 1910-1930**. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC, 1993.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1989.
- MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário.** Dissertação de mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 1998.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887).** Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC. 1990.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso.** São Paulo: Cortez/ AUT. Assoc. 1987.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- _____. **Nas Tramas entre o Público e o Privado: a imprensa de Desterro (1831-1889).** Florianópolis: (texto datilografado), 1993.
- PEREIRA, Ivonete. **Imagens de Prostitutas. Um enfoque da sociedade florianopolitana na primeira metade do século XX. Revista Esboços.** Florianópolis: UFSC, nº 21, 1994. Pp.26-36.
- _____. **As Decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940).** Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1996.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua história.** Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1983.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. **Raça e Diversidade.** São Paulo: edusp, 1996.
- SILVA, Mozart Linhares. **Do Império da Lei às Grades da Cidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- TEIXEIRA, Mário Aurélio Aguiar. **Dar ul Maraftan. Morada dos que Precisam ser Acorrentados: contribuição ao estudo das relações de poder na instituição**

psiquiátrica. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Florianópolis: UFSC, 1994.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEIGA, Eliane Veras da. **Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis:1850-1930.** Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UFSC,1990.